

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Segunda-feira, 16 de Julho de 2007

Número 135

ÍNDICE

PARTE J

SUPLEMENTO

IMOLEASING — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A.

Relatório n.º 10-D/2007:

Contas de 2000 20 254-(2)

NOVABASE — SGPS, S. A.

Relatório n.º 10-E/2007:

Contas de 2001 20 254-(23)



PARTE J

IMOLEASING — SOCIEDADE DE LOCAÇÃO FINANCEIRA IMOBILIÁRIA, S. A.

Relatório n.º 10-D/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Matrícula n.º 2805/821223; identificação de pessoa colectiva n.º 501339878; número e data da inscrição: 39/27 de Abril de 2001.

Luísa Maria Pedroso Rocha, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa:

Certifica, que foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes às prestações de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

Lisboa, 3 de Outubro de 2001. — A Escriturária Superior, *Luísa Maria Pedroso Rocha*.

Relatório e contas 2000

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: José Manuel Simões Correia.

Secretários:

Salomão Jorge Barbosa Ribeiro.

Vítor Manuel Dinis Lopes.

Conselho de administração:

Presidente: Fernando Miguel Sequeira (nomeado por Caixa Participações, SGPS, S. A.).

Vice-presidente: João Alexandre Rufino Ramos de Sousa Navarro (nomeado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa).

Administradores:

José Gomes Pedro.

António Carlos Bastos Martins.

José Manuel Sampaio Cabral.

José Lourenço Soares (nomeado pela Companhia de Seguros Fidelidade).

Gracinda Augusta Figueiras Raposo.

Secretário da sociedade:

José Hipólito de Oliveira André Figueiras.

Suplente: Maria Teresa Garcia Saraiva.

Fiscal único:

Maria Augusta Cardador Francisco (em representação de Magalhães, Neves & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas).

Suplente: António Marques Dias.

Audidores: Arthur Andersen.

Direcção

Direcção comercial:

Direcção Comercial Norte e Centro: Celestino Alves Vieira.

Direcção Comercial de Lisboa, Sul e Regiões Autónomas: José Silva Barbosa.

Direcção administrativa e financeira:

José André Figueiras.

Joaquim Mira.

Departamento de contratação e contencioso: Dores Soutelinho.

Relatório do conselho de administração

1 — Enquadramento macro-económico

No ano 2000, a economia portuguesa cresceu cerca de 3%, tendo a procura interna registado um abrandamento em consequência da quebra das despesas das famílias. Paralelamente, ter-se-á assistido a um incremento do dinamismo do sector exportador.

O consumo privado, aumentou 3%, o que consubstancia a tendência de quebra do crescimento que tem vindo a caracterizar esta variável macro-económica. Com efeito, a subida das taxas de juro e o impacto do aumento do preço do petróleo na inflação, ter-se-ão reflectido nas decisões de consumo das famílias. Este impacto foi contudo atenuado pela evolução favorável do emprego, encontrando-se a taxa de desemprego em 4,1%.

O crescimento do consumo público por seu turno, registou uma quebra significativa, com um incremento de 3,2%.

A formação bruta de capital fixo, em consequência do dinamismo do investimento empresarial e público, que compensou a quebra do investimento das famílias em habitação, atingiu 5,5%, com um forte contributo do subsector das obras públicas, que terá compensado, a quebra do subsector da construção residencial.

A inflação fortemente condicionada pela conjuntura externa atingiu os 2,9%, em consequência da desvalorização do euro face ao dólar e da evolução do preço do petróleo.

A procura externa, evoluiu ao ritmo da recuperação da actividade económica dos nossos parceiros, com um crescimento de 8,5% das exportações e de 8,3% das importações.

As pressões inflacionistas na União Europeia e a evolução cambial do euro, forçaram o Banco Central Europeu a subir as taxas de juro, pelo que, a taxa a três meses que em 31 de Dezembro de 1999, era 3,4%, passou para 4,64% no final do primeiro semestre e 4,97% no final de Dezembro, denotando contudo uma maior moderação no seu ritmo de crescimento no segundo semestre.

2 — Sector da locação financeira imobiliária

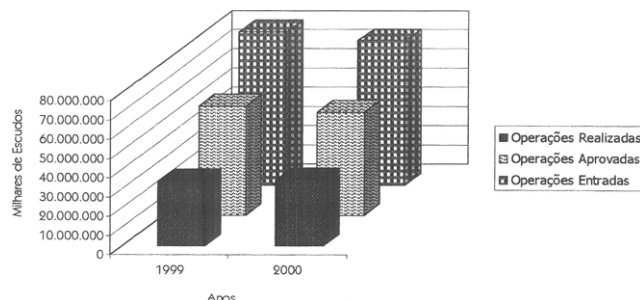
O sector da locação financeira, pelas suas características específicas, apresenta uma forte correlação com a evolução do investimento que apresentou em 2000 um crescimento significativo. É neste contexto que o segmento imobiliário com uma produção de 185 033 milhares de contos (922,9 milhões de euros) registou um crescimento de 13,3%, sendo de 18,2% a quota de mercado da Imoleasing.

No final de 1999, operavam no segmento imobiliário 13 sociedades, 11 das quais eram mistas, operando igualmente no segmento mobiliário. Em resultado dos processos de concentração que se têm vindo a registar no sector financeiro, no final de 2000, operavam no segmento imobiliário 10 empresas, duas das quais operando exclusivamente neste segmento.

3 — Actividade

No exercício de 2000, foram concretizados 390 contratos de locação financeira imobiliária no montante de 34 015 milhares de contos (169,7 milhões de euros), o que representa um crescimento de 0,9%, face ao ano anterior. Do montante produzido, 564 milhares de contos (2,8 milhões de euros) correspondem a contratos de *leasy* — locação financeira imobiliária destinada à habitação.

Actividade comercial



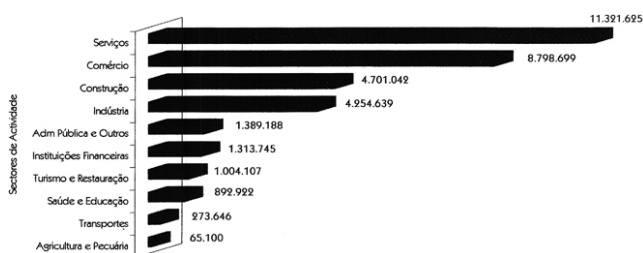
Ao longo do exercício foram captadas 673 operações num total de 75 190 milhares de contos (375,1 milhões de euros) e foram aprovadas 549, no montante de 53 542 milhares de contos (267,1 milhões de euros).

Distribuição das operações por rede comercial

Rede comercial	Montante (milhares de escudos)	Porcen- tagem	Montante (euros)	Número de contratos	Porcen- tagem
Imoleasing	20 391 496	59,9	101 712 353	153	39,2
CGD	10 004 763	29,4	49 903 547	175	44,9
BNU	3 618 454	10,6	18 048 772	62	15,9
Total	34 014 713	100,0	169 664 673	390	100,0

As operações realizadas provenientes da CGD ascenderam a 29,4% do total, tendo as provenientes do BNU representado 10,6%.

Distribuição de operações por sector de actividade



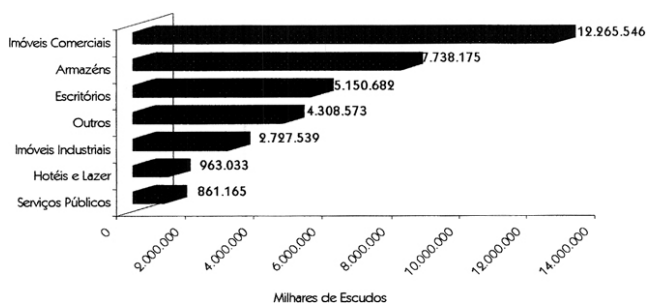
Os contratos realizados, relativos a actividades ligadas aos serviços e comércio atingiram 59,2% do valor total, representando as operações relacionadas com a actividade de construção 13,8% e a actividade industrial 12,5%.

Principais sectores de actividade

	Milhares de contos	Milhares de euros
Serviços	11 321 625	56 472 027
Comércio	8 798 699	43 887 726
Construção	4 701 042	23 448 699
Indústria	4 254 639	21 222 050
Administração pública e outros	1 389 188	6 929 241
Instituições financeiras	1 313 745	6 552 932
Turismo e restauração	1 004 107	5 008 465
Saúde e educação	892 922	4 453 876
Transportes	273 646	1 364 940
Agricultura e pecuária	65 100	324 717
Total	34 014 713	169 664 673

Quanto à tipologia dos imóveis subjacentes às operações realizadas, os imóveis comerciais representaram 36,1% do total, seguindo-se-lhes os imóveis destinados a armazéns com 22,7% e os de escritórios com 15,1%.

Distribuição de operações por tipo de imóvel



No âmbito da gestão dos bens recuperados, que têm vindo a assumir uma expressão crescente, ao longo do exercício, manteve-se um estreito relacionamento com agentes mediadores, objectivando a sua venda ou relocação. Apesar de se ter procedido à venda/relocação de 17 imóveis, no valor de 904 milhares de contos (4,51 milhões de euros),

foram recuperados 16 imóveis no montante de 1115 milhares de contos (5,56 milhões de euros), pelo que o valor global de imóveis recuperados era de 4317 milhares de contos (21,5 milhões de euros) à data de 31 de Dezembro. Nesta data, encontravam-se 13 imóveis, no montante de 1459 milhares de contos (7,28 milhões de euros), a aguardar a realização das escrituras de venda ou relocação.

4 — Organização, meios e investimentos

Na sequência da assembleia geral eleitoral que decorreu em 2000, o conselho de administração passou a ser composto por sete membros, que delegaram em três deles o exercício da gestão corrente.

Um dos administradores assegura a gestão da função administrativa e financeira, outro a gestão da função comercial, cabendo ao outro a gestão de contratos, a contratação e o contencioso.

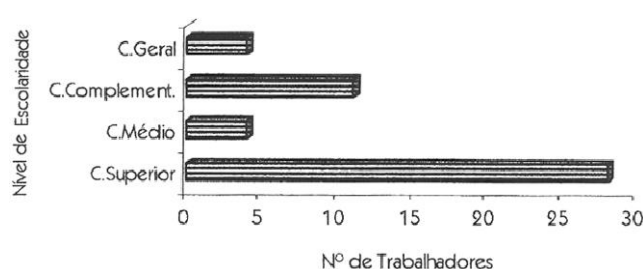
A organização da empresa tem uma estrutura funcional/regional, dividindo-se em duas direcções (comercial e financeira), um departamento autónomo (contratação e contencioso) e um órgão de gestão de contratos.

A área comercial passou a estar dividida em duas direcções comerciais, uma cobrindo as regiões norte e centro do país e outra as regiões de Lisboa, sul e ilhas, em adequada interligação com as redes comerciais do Grupo CGD.

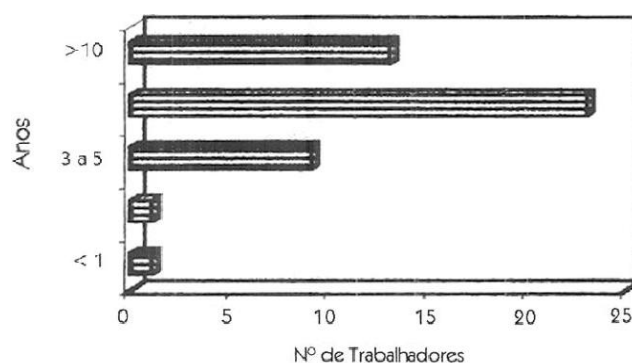
A direcção administrativa e financeira é composta por quatro departamentos funcionais com a responsabilidade pelas finanças e controlo de gestão, contabilidade, gestão administrativa e pessoal e informática.

Em 31 de Dezembro de 2000, prestavam serviço na empresa 47 trabalhadores, com uma média etária de 38 anos, dos quais 68,1% eram detentores de formação académica superior ou média.

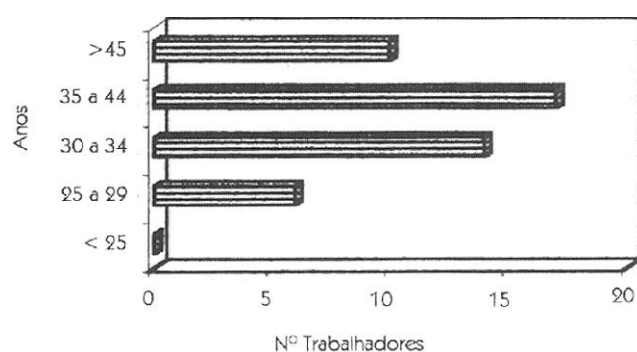
Habilitações literárias



Antiguidade



Grupos etários



Ao longo do ano deu-se continuidade à política de formação dos colaboradores, dada a relevância que esta componente da gestão assume na obtenção dos níveis de eficiência e eficácia que se exigem à organização.

O investimento em imobilizado, totalizou 57 542 contos (287 milhares de euros), dos quais 90,2% em imobilizado corpóreo.

5 — Recursos financeiros

A rentabilização dos capitais investidos, num ambiente de margens reduzidas, exige necessariamente o reforço estratégico da gestão do *funding* que se assume fundamental para a sustentação da rentabilidade.

A taxa de juro, variável exógena da política de *funding* conheceu ao longo do exercício um incremento significativo, situando-se a Lisboa a três meses em 31 de Dezembro de 2000 em 4,9655.

Em 2000, os empréstimos obrigacionistas amortizados atingiram os 3500 milhares de contos (17,46 milhões de euros), tendo-se liquidado parcialmente o empréstimo emitido em 1994 (1.ª emissão). Os empréstimos bancários amortizados totalizaram 17 066 milhares de contos (85,12 milhões de euros).

Os financiamentos bancários, num montante de 29 805 milhares de contos (148,67 milhões de euros), constituíram a principal fonte de refinanciamento externo, contribuindo para a perda de peso relativo do *funding* oriundo do mercado de capitais.

3.6 — Situação económica e financeira

O activo líquido da Imoleasing, em 31 de Dezembro, apresentou um crescimento de 9,29%, face ao período homólogo do ano anterior, representando o crédito sobre clientes 95,9% do total.

No que concerne à economia de exploração, a margem financeira em valor absoluto estabilizou face ao ano anterior, o que reflecte o efeito volume, inerente ao desenvolvimento da actividade.

Os resultados líquidos com um decréscimo de 11%, reflectem o comportamento da margem financeira, associado ao facto de se ter registado um aumento das provisões líquidas, que passaram de 160,4 milhares de contos (0,8 milhões de euros) para 243,8 milhares de contos (1,21 milhões de euros) e um incremento negativo das comissões líquidas de 92 000 contos (0,46 milhões de euros) em resultado da política de comissionamento das operações oriundas das redes do Grupo CGD.

Em consequência da evolução registada pelos resultados, a rentabilidade do capital social com 31,8% apresenta uma redução de quatro pontos percentuais, face ao período homólogo, tendo a rentabilidade dos capitais próprios com 7,3% e a rentabilidade do activo total com 1%, decrescido 1,3 e 0,2 pontos percentuais respectivamente.

No tocante à produtividade, verificou-se um decréscimo de 1,2%, medida pela produção e de 6,2% se medida pelo *cash-flow*.

Dadas as características específicas da actividade, a Imoleasing detém um *ratio* de solvabilidade de 29,5%, o que lhe confere uma forte margem de crescimento dos activos com a actual estrutura de capitais.

7 — Comportamento bolsista das acções

O exercício do ano 2000, ficou marcado pelo lançamento de uma OPA por parte da Caixa Participações, SGPS sobre 1 136 077 acções correspondentes a 31,56% do capital social da Imoleasing, ao preço unitário de 15 euros, que foi posteriormente revisto para o valor de 16,5 euros.

Apesar da revisão do preço, a OPA não alcançou o sucesso esperado.

Contudo, ao longo do exercício, a Caixa Participações, SGPS, S. A., adquiriu acções que lhe permitiram deter 25,88% do capital social e dos direitos de voto da empresa.

O comportamento bolsista da Imoleasing reflectiu naturalmente o processo referido, tendo sido transaccionadas 316,7 mil acções em 145 sessões de bolsa, o que tem subjacente um aumento significativo face ao ano de 1999, em que foram transaccionadas 166 000 acções.

Conforme se constata na análise do quadro seguinte, em 2000, as cotações oscilaram num intervalo entre 20 euros em 12 de Junho e 14,51 euros em 1 de Fevereiro. Em 1999, a cotação mínima verificou-se em 23 de Agosto com 13,90 euros e a máxima em 8 de Janeiro, com 16,46 euros.

(Em euros)

1999						Meses	2000					
Fecho		Mínima		Máxima			Fecho		Mínima		Máxima	
Dia	Cotação	Dia	Cotação	Dia	Cotação		Dia	Cotação	Dia	Cotação	Dia	Cotação
28	15,90	18	15,38	8	16,46	 Janeiro	31	15,19	3	15,01	7	15,99
25	16,26	5	15,16	22	16,30	 Fevereiro	29	15,99	1	14,51	15	16,98
31	15,65	23	15,30	10	16,00	 Março	31	17,00	14	15,40	28	17,00
30	15,00	6	14,65	26	15,79	 Abril	28	16,00	19	14,99	3	16,99
28	14,70	21	14,60	7	15,00	 Maio	31	17,00	8	14,98	12	18,00
30	14,80	29	14,69	2	15,00	 Junho	30	18,30	1	17,00	12	20,00
30	14,40	14	14,10	1	14,80	 Julho	31	18,36	5	17,50	14	19,99
31	14,02	23	13,90	13	14,50	 Agosto	31	16,50	22	15,52	1	18,65
29	14,37	1	14,06	27	14,73	 Setembro	29	17,94	1	16,50	14	17,99
29	14,73	7	14,31	28	14,72	 Outubro	31	17,02	3	16,84	2	17,94
29	14,57	3	14,44	12	15,00	 Novembro	30	18,39	6	16,00	17	18,39
30	15,98	7	14,42	29	15,99	 Dezembro	29	17,00	12	16,80	22	19,39

Em 29 de Dezembro de 2000, a capitalização bolsista atingiu 61 200 000 euros, o que representa um acréscimo de 6,38%, face ao valor de 57 528 000 euros em 31 de Dezembro de 1999.

8 — Política de dividendos

O *payout ratio* da Imoleasing tem reflectido uma política que, não descurando a necessidade de assegurar aos detentores do seu capital um nível de remuneração adequado, tem subjacente o reforço da sua estrutura de capitais e consequentemente da sua estrutura financeira, por via do reforço anual dos seus capitais próprios.

Esta política, visa adequar os interesses em presença, tendo subjacente os superiores interesses da organização assegurando a sua continuidade num contexto concorrencial particularmente agressivo.

(Em percentagem)

	1997	1998	1999
<i>Payout</i>	46,2	45,9	45,8

9 — Súmula de indicadores:

Súmula de indicadores económico-financeiros:

	2000		1999	
	Contos	Milhares de euros	Contos	Milhares de euros
Indicadores de dimensão:				
Activo líquido total	120 026 948	598 692	109 824 714	547 803
Crédito concedido	113 305 321	565 165	103 251 859	515 018
Crédito sobre clientes	116 687 169	582 033	107 461 176	536 014
Capital social	3 600 000	17 957	3 600 000	17 957
Capitais próprios	15 619 053	77 908	14 905 886	74 350
Indicadores de exploração:				
Juros e proveitos equiparados	7 137 745	35 603	6 098 282	30 418
Margem financeira	3 006 038	14 994	3 006 102	14 994
Resultado da actividade corrente	2 070 878	10 329	2 330 733	11 626
Resultados líquidos	1 145 890	5 716	1 289 193	6 430
Cash-flow	1 453 694	7 251	1 518 592	7 575
Indicadores prudenciais:				
Provisões para crédito e juros vencidos	1580 265	7 882	2 187 621	10 912
Grau de provisionamento do crédito vencido (percentagem)	46,7	—	52,0	—
Outras provisões para riscos e encargos gerais	2 161 308	10 781	1 921 878	9 586
Ratio de solvabilidade (percentagem)	29,5	—	32,5	—
Indicadores de rentabilidade (percentagem):				
Rentabilidade do capital social	31,8	—	35,8	—
Rentabilidade dos capitais próprios	7,3	—	8,6	—
Rentabilidade do activo total	1,0	—	1,2	—
Indicadores bolsistas:				
Resultado líquido por acção	PTE 318,3	1,59	PTE 358,1	1,79
Dividendo por acção	—	—	PTE 164,0	0,82
Valor contabilístico por acção	PTE 4 338,6	2 164	PTE 4 140,5	20,65
PBV — Price Book Value	0,79	—	0,77	—
PER — Price Earnings Ratio	10,71	—	8,95	—
Indicadores de produtividade:				
Produção:				
Número de contratos	390	—	427	—
Montante	34 014 713	169 665	33 722 145	168 205
Número de trabalhadores	47	—	48	—
Produção/Número de trabalhadores	723 717	3 610	702 545	3 504
Cash-flow/Número de trabalhadores	30 930	154	31 637	158

10 — Perspectivas para o ano 2001

Num contexto macro-económico previsivelmente menos favorável, impõe-se o reforço da interactividade com o grupo Caixa Geral de Depósitos, que naturalmente se assume como um prestador integrado do conjunto de produtos financeiros que o mercado disponibiliza aos clientes. Neste sentido, a política de venda cruzada deverá permitir um reforço da posição da Imoleasing no mercado.

Considerando a margem actual da carteira, a estimativa para a produção e para a margem, é expectável que no exercício de 2001 se assista a uma redução dos níveis de rentabilidade.

11 — Resultados e proposta de aplicação

Os resultados líquidos da Imoleasing — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A., ascenderam, no final do exercício de 2000 a 1 145 890 409\$80.

Considerando o disposto no artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e a política de dividendos da empresa, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

114 589 041\$ (571 567,73 euros) para reforço da reserva legal.
540 000 000\$ (2 693 508,64 euros) para dividendos.
491 301 368\$80 (2 450 600,90 euros) para outras reservas.

12 — Considerações finais

Ao finalizar o relatório da actividade da empresa referente ao exercício de 2000, o conselho de administração expressa uma menção de agradecimento às entidades e às pessoas que ao longo do ano apoiaram a actividade desenvolvida, contribuindo para os resultados obtidos, nomeadamente:

Aos nossos clientes pela preferência com que nos distinguiram;
Aos nossos fornecedores pela confiança demonstrada;

Aos accionistas, com especial destaque para a Caixa Geral de Depósitos pelo apoio, colaboração e interesse com que acompanharam a actividade da empresa;

Às direcções comerciais e de *marketing* do Grupo CGD, pelo apoio e empenhamento colocados na venda do produto *leasing*;

À generalidade das instituições de crédito pelo excelente relacionamento estabelecido;

Ao fiscal único, auditores externos e consultores pela colaboração prestada,

Aos colaboradores pelo esforço, dedicação e competência demonstrados.

De acordo com o disposto na legislação, declara-se não ter a sociedade quaisquer dívidas em atraso ao sector público estatal, incluindo a segurança social, nem deter acções ou obrigações próprias.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2001. — O Conselho de Administração: *Fernando Miguel Sequeira*, presidente — *João Alexandre Rufino Ramos de Sousa Navarro*, vice-presidente — *José Gomes Pedro*, administrador — *António Carlos Bastos Martins*, administrador — *José Manuel Sampaio Cabral*, administrador — *José Lourenço Soares*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora.

Anexo ao relatório do conselho de administração

1 — Posição accionista dos membros dos órgãos sociais:

Informação sobre a participação dos membros do conselho de administração e do fiscal único na sociedade (artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais):

	Acções	Obrig.
Conselho de administração:		
Fernando Miguel Sequeira, nomeado por Caixa Participações, SGPS, S. A. (a)	—	—
João Alexandre Rufino Ramos de Sousa Navarro nomeado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (b)	—	—
José Gomes Pedro	—	—
António Carlos Bastos Martins	—	—
José Manuel Sampaio Cabral	—	—
José Lourenço Soares, nomeado por Companhia de Seguros Fidelidade (c)	—	—
Gracinda Augusta Figueiras Raposo	—	—
Fiscal único:		
Maria Augusta Cardador Francisco em representação de Magalhães, Neves & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	—	—

(a) A Caixa Participações, SGPS, S. A., de que é representante neste conselho de administração, detinha em 31 de Dezembro de 2000, 931 746 acções, tendo adquirido em 8 de Junho de 2000, 53 626 acções ao preço unitário de 16,5282 euros e em 4 de Agosto de 2000, 518 000 acções ao preço unitário de 19,1728 euros, não sendo detentora de obrigações da sociedade nem tendo efectuado durante o ano de 2000 quaisquer aquisições, onerações ou cessões de titularidade.

A Caixa Geral de Depósitos de que é administrador era possuidora da carteira de acções e obrigações cujos movimentos e saldos, a 31 de Dezembro de 2000, seguidamente se indicam:

Acções				
Data	Preço unitário	Quantidade		Saldo
		Compra	Venda/reemb.	
31-12-1999	—	—	—	2 014 706
22-11-2000	19,1200	5 000	—	2 019 706
22-11-2000	19,1300	5 000	—	2 024 706
31-12-2000	—	—	—	2 024 706

Obrigações/93 — Subsidiárias				
Data	Preço unitário	Quantidade		Saldo
		Compra	Venda/reemb.	
31-12-1999	—	—	—	22
31-12-2000	—	—	—	22

Obrigações/94 — 1.ª Emissão				
Data	Preço unitário	Quantidade		Saldo
		Compra	Venda/reemb.	
31-12-1999	—	—	—	100
31-12-2000	—	—	—	100

Obrigações/96 — 1.ª Emissão				
Data	Preço unitário	Quantidade		Saldo
		Compra	Venda/reemb.	
31-12-1999	—	—	—	165 727
10-1-2000	49,8798	250	—	165 977
17-1-2000	49,8798	1 363	—	167 340
1-2-2000	49,8798	200	—	167 540
2-2-2000	49,8800	10	—	167 550
7-2-2000	49,8800	11	—	167 561
8-2-2000	49,8798	300	—	167 861
8-2-2000	49,8800	40	—	167 901
10-2-2000	49,8796	25	—	167 926
10-2-2000	49,8798	1 428	—	169 354
11-2-2000	49,8798	110	—	169 464
15-2-2000	49,8798	3 000	—	172 464
16-2-2000	49,8798	735	—	173 199
17-2-2000	49,8798	100	—	173 299
2-3-2000	49,8798	100	—	173 399
10-3-2000	49,8800	10	—	173 409
13-3-2000	49,8797	30	—	173 439
20-3-2000	49,8798	1 055	—	174 494
21-3-2000	49,8798	2 234	—	176 728
23-3-2000	49,8798	520	—	177 248
24-3-2000	49,8797	33	—	177 281
24-3-2000	49,8798	3 193	—	180 474
28-3-2000	49,8798	3 925	—	184 399
31-3-2000	49,8798	150	—	184 549
6-4-2000	49,8799	70	—	184 619
6-4-2000	49,8798	100	—	184 719
13-4-2000	49,8798	600	—	185 319
19-4-2000	49,8798	260	—	185 579
26-4-2000	49,8798	980	—	186 559
9-5-2000	49,8798	438	—	186 997
15-4-2000	49,8798	100	—	187 097
16-4-2000	49,8798	518	—	187 615
24-4-2000	49,8800	15	—	187 630
24-4-2000	49,8798	656	—	188 286
29-4-2000	49,8798	40	—	188 326
2-6-2000	49,8798	350	—	188 676
7-6-2000	49,8798	214	—	188 890
16-6-2000	49,8798	200	—	189 090
21-6-2000	49,8798	400	—	189 490
26-6-2000	49,8798	180	—	189 670
4-7-2000	49,8798	652	—	190 322
11-7-2000	49,8797	77	—	190 399
25-7-2000	49,8798	770	—	191 169
31-7-2000	49,8798	500	—	191 669
3-8-2000	49,8798	50	—	191 719
10-8-2000	49,8798	120	—	191 839
11-8-2000	49,8798	186	—	192 025
22-8-2000	49,8798	1 050	—	193 075
28-8-2000	49,8798	400	—	193 475
8-9-2000	49,8798	241	—	193 716
20-9-2000	49,8798	2 575	—	196 291
21-9-2000	49,8798	350	—	196 641
22-9-2000	49,8798	803	—	197 444
25-9-2000	49,8798	1 000	—	198 444
28-9-2000	49,8798	50	—	198 494
29-9-2000	49,8798	900	—	199 394
4-10-2000	49,8798	250	—	199 644
11-10-2000	49,8798	400	—	200 044
18-10-2000	49,8798	100	—	200 144
24-10-2000	49,8799	70	—	200 214
24-10-2000	49,8798	50	—	200 264
26-10-2000	49,8800	17	—	200 281
27-10-2000	49,8798	100	—	200 381
31-10-2000	49,8798	5 550	—	205 931
31-10-2000	49,8799	67	—	205 998
9-11-2000	49,8798	300	—	206 298
14-11-2000	49,8798	500	—	206 798
23-11-2000	49,8798	200	—	206 998
29-11-2000	49,8798	275	—	207 273
11-12-2000	49,8798	385	—	207 658
12-12-2000	49,8798	100	—	207 758
20-12-2000	49,8798	300	—	208 058
26-12-2000	49,8800	10	—	208 068
31-12-2000	—	—	—	208 068

(b) A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa de que é representante neste conselho de administração, detinha em 31 de Dezembro de 2000, 397 469 acções, posição idêntica à de 31 de Dezembro 1999, não sendo detentora de obrigações da Sociedade nem tendo efectuado durante o ano de 2000, quaisquer aquisições, onerações ou cessões de titularidade.

(c) A Companhia de Seguros Fidelidade de que é representante neste conselho de administração era possuidora em 31 de Dezembro de 2000 duma carteira de acções e obrigações, composta por 89 097 acções e o seguinte número de obrigações: 93 110 — 93 Sub.; 113 620 — 94 1E. e 150 000 — 96 1E. Durante ano de 2000 não se registou qualquer movimento nestes valores mobiliários.

2 — Estrutura accionista:

Accionistas titulares de pelo menos um décimo do capital social (artigo 448.º do n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais):

Caixa Geral de Depósitos — 56,24%.

Caixa Participações, SGPS, S. A. — 25,88%.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa — 11,04%.

O Conselho de Administração: *Fernando Miguel Sequeira*, presidente — *João Alexandre Rufino Ramos de Sousa Navarro*, vice-presidente — *José Gomes Pedro*, administrador — *António Carlos Bastos Martins*, administrador — *José Manuel Sampaio Cabral*, administrador — *José Lourenço Soares*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora.

Balanço em 2000**ACTIVO**

(Em milhares de escudos/euros)

Notas	2000				1999	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Milhares de euros	Activo líquido	Milhares de euros
Caixa e disponibil. em bancos centrais	855	—	855	4,26	1 076	5,37
Disponibil. à vista sobre instituições de crédito	18 871	—	18 871	94,13	12 678	63,24
Créditos sobre clientes	14+25 116 687 170	1 591 489	115 095 681	574 094,84	105 249 664	524 983,11
(Dos quais: crédito vencido)	(3 381 849)	(1 580 265)	(1 801 584)	(8 986,26)	2 021 696	10 084,18
Imobilizações incorpóreas	11 49 085	37 305	11 780	58,76	19 015	94,84
Imobilizações corpóreas	11 680 355	202 296	478 059	2 384,55	496 026	2 474,17
(Das quais: imóveis de serviço próprio)	(420 902)	(39 990)	(380 912)	(1 899,98)	(395 301)	(1 971,75)
Outros activos	25+31 4 512 805	778 068	3 734 737	18 628,79	3 269 950	16 310,44
Contas de regularização	27 686 965	—	686 965	3 426,56	776 305	3 872,19
<i>Total do activo</i>	122 636 106	2 609 158	120 026 948	598 691,89	109 824 714	547 803,36

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

Notas	2000		1999	
Débitos para com instituições de crédito:				
A prazo ou com pré-aviso	18	70 379 829	351 053,11	57 641 107
Débitos representados por títulos:				
Obrigações em circulação		23 500 000	117 217,51	27 000 000
Outros passivos	31	1 944 822	9 700,73	2 429 257
Contas de regularização	27	2 211 228	11 029,56	1 716 955
Provisões para riscos e encargos:				
Outras provisões	25	1 372 016	6 843,59	1 131 509
Passivos subordinados	22	5 000 000	24 939,89	5 000 000
Captaí subscrito	46	3 600 000	17 956,72	3 600 000
Prémios de emissão	46	3 207 500	15 998,94	3 207 500
Reservas	46	6 380 404	31 825,32	5 715 362
Resultados transitados	46	1 285 259	6 410,84	1 093 831
Lucro líquido do exercício		1 145 890	5 715,68	1 289 193
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		120 026 948	598 691,89	109 824 714

Rubricas extrapatrimoniais

Notas	2000		1999	
Compromissos perante terceiros	23	15 007 936	74 859,27	12 411 371
Rendas vincendas e valores resid. de contratos de locação financ.		149 307 236	744 741,35	128 612 059

O Conselho de Administração: *Fernando Miguel Sequeira*, presidente — *João Alexandre Rufino Ramos de Sousa Navarro*, vice-presidente — *José Gomes Pedro*, administrador — *António Carlos Bastos Martins*, administrador — *José Manuel Sampaio Cabral*, administrador — *José Lourenço Soares*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora.

Demonstração dos resultados em 2000

CUSTOS					
	Notas	2000		1999	
		Milhares de escudos	Milhares de euros	Milhares de escudos	Milhares de euros
Juros e custos equiparados		4 131 707	20 608,87	3 092 180	15 423,72
Comissões		151 319	754,77	16 010	79,86
Gastos gerais administrativos:					
Custos com pessoal		430 801	2 148,83	381 598	1 903,40
Dos quais:					
(— salários e vencimentos)		(340 559)	(1 698,70)	(281 363)	(1 403,43)
(— encargos sociais)		(89 942)	(448,63)	(79 703)	(397,56)
Outros gastos administrativos		369 421	1 842,66	418 806	2 089,00
Amortizações do exercício	11	64 039	319,42	68 961	343,98
Outros custos de exploração	39	17 294	86,26	22 860	114,03
Provisões para crédito de cobrança duvidosa, crédito vencido e para outros riscos	25	1 192 306	5 947,20	1 130 264	5 637,73
Resultado da actividade corrente		(2 070 878)	(10 329,50)	(2 330 733)	(11 625,65)
Perdas extraordinárias	39	133 137	664,08	198 924	992,23
Impostos sobre lucros	41	891 300	4 445,79	943 400	4 705,66
Outros impostos		51 159	255,18	41 293	205,97
Lucro líquido do exercício		1 145 890	5 715,68	1 289 193	6 430,46
<i>Total</i>		8 578 373	42 788,74	7 603 489	37 926,04

PROVEITOS					
	Notas	2000		1999	
		Milhares de escudos	Milhares de euros	Milhares de escudos	Milhares de euros
Juros e proveitos equiparados		7 137 745	35 602,92	6 098 282	30 418,10
Comissões		59 061	294,59	80 244	400,25
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	25	948 541	4 731,30	969 826	4 837,47
Outros proveitos de exploração	39	282 418	1 408,70	313 060	1 561,54
Ganhos extraordinários	39	150 608	751,23	142 077	708,68
<i>Total</i>		8 578 373	42 788,74	7 603 489	37 926,04

O Conselho de Administração: *Fernando Miguel Sequeira*, presidente — *João Alexandre Rufino Ramos de Sousa Navarro*, vice-presidente — *José Gomes Pedro*, administrador — *António Carlos Bastos Martins*, administrador — *José Manuel Sampaio Cabral*, administrador — *José Lourenço Soares*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora.

Demonstração de fluxos de caixa de 2000

	2000		1999	
	Milhares de escudos	Milhares de euros	Milhares de escudos	Milhares de euros
Actividades operacionais:				
Recebimentos de clientes	27 202 278	135 684,39	19 644 049	97 984,10
Pagamentos a fornecedores	(29 049 230)	(144 896,95)	(25 593 096)	(127 657,82)
Pagamentos ao pessoal	(231 264)	(1 153,54)	(211 518)	(1 055,05)
Fluxo gerado pelas operações	(2 078 216)	(10 366,10)	(6 160 565)	(30 728,77)
Pagamento do imposto sobre o rendimento	(1 422 031)	(7 093,06)	(165 472)	(825,37)
Outros recebimentos e pagamentos relativos à actividade operacional	(1 438 462)	(7 175,02)	(447 162)	(2 230,43)
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	(4 938 709)	(24 634,18)	(6 773 199)	(33 784,57)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	1 800	8,98	11 233	56,03
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(5 636)	(28,11)	(5 954)	(29,70)
Fluxos das actividades operacionais [1]	(4 942 545)	(24 653,31)	(6 767 920)	(33 758,24)

	2000		1999	
	Milhares de escudos	Milhares de euros	Milhares de escudos	Milhares de euros
Actividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Imobilizações corpóreas	6 749	33,66	4 048	20,19
Pagamentos respeitantes a:				
Imobilizações corpóreas	(6 328)	(31,56)	(12 797)	(63,83)
Imobilizações incorpóreas	(7 648)	(38,15)	(5 829)	(29,07)
<i>Fluxos das actividades de investimento [2]</i>	<i>(7 227)</i>	<i>(36,05)</i>	<i>(14 578)</i>	<i>(72,71)</i>
Actividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	16 805 000	83 822,99	16 580 708	82 704,22
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	(7 566 277)	(37 740,43)	(6 326 851)	(31 558,20)
Amortizações de contratos de locação financeira	(32 767)	(163,44)	(31 287)	(156,06)
Juros e custos similares	(3 699 384)	(18 452,45)	(3 038 778)	(15 157,36)
Dividendos pagos líquidos de impostos retidos	(550 828)	(2 747,52)	(411 829)	(2 054,19)
<i>Fluxos das actividades de financiamento [3]</i>	<i>4 955 744</i>	<i>24 719,15</i>	<i>6 771 963</i>	<i>33 778,41</i>
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1] + [2] + [3]	5 972	29,79	(10 535)	(52,55)
Caixa e seus equivalentes no início do período	13 754	68,60	24 289	121,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19 726	98,39	13 754	68,60

O Conselho de Administração: *Fernando Miguel Sequeira*, presidente — *João Alexandre Rufino Ramos de Sousa Navarro*, vice-presidente — *José Gomes Pedro*, administrador — *António Carlos Bastos Martins*, administrador — *José Manuel Sampaio Cabral*, administrador — *José Lourenço Soares*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora.

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2000		1999	
	Milhares de escudos	Milhares de euros	Milhares de escudos	Milhares de euros
Numerário	800	3,99	800	3,99
Depósitos bancários imediatamente realizáveis	18 926	94,40	12 954	64,61
Equivalentes a caixa:				
Caixa e seus equivalentes	19 726	98,39	13 754	68,60
Outras disponibilidades	—	—	—	—
Disponibilidades constantes do balanço	19 726	98,39	13 754	68,60

3 — Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias:

a) A *Molessing* tinha disponível, junto do sistema bancário, facilidades de crédito por utilizar no montante de 9,9 milhões de contos.

As notas não consideradas no presente anexo não têm aplicação, por inexistência de valores ou situação a reportar.

O Conselho de Administração: *Fernando Miguel Sequeira*, presidente — *João Alexandre Rufino Ramos de Sousa Navarro*, vice-presidente — *José Gomes Pedro*, administrador — *António Carlos Bastos Martins*, administrador — *José Manuel Sampaio Cabral*, administrador — *José Lourenço Soares*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora.

Anexo às contas anuais

(De acordo com o Capítulo VII do Plano de Contas para o Sistema Bancário):

1 — Não foram realizados ajustamentos relativamente aos valores publicados no exercício de 2000, que possam afectar uma correcta comparabilidade com os do exercício de 1999.

2 — Não se verificaram situações em que valores constando de uma rubrica do balanço, pudessem ser, no todo ou em parte, incluídas noutras rubricas.

3 — Os critérios de avaliação aplicados e os métodos de cálculo utilizados são os estabelecidos no PCSB, encontrando-se explicitados no n.º 2 das notas às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações aos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas em vigor.

9 — Os créditos sobre empresas coligadas, incluídos na rubrica de créditos sobre clientes do activo, encontram-se referidos no n.º 3 das notas às demonstrações financeiras.

11 — Os movimentos e saldos do activo imobilizado são explicitados no n.º 4 das notas às demonstrações financeiras.

14 — A rubrica do activo, créditos sobre clientes, está explicitada em função da sua duração residual, no n.º 3 das notas às demonstrações financeiras.

18 — O valor da rubrica do passivo, débitos para com instituições de crédito — a prazo ou com pré-aviso, encontra-se explicitado em função da duração residual no n.º 7 das notas às demonstrações financeiras.

19 — A rubrica do passivo, débitos representados por títulos — obrigações em circulação, que se vencem em 2000, são explicitadas no n.º 8 das notas às demonstrações financeiras.

21 — Os débitos perante empresas coligadas incluídas nas rubricas de débitos para com instituições de crédito e débitos representados por títulos do passivo estão referidos no n.º 7 das notas às demonstrações financeiras.

22 — A rubrica de passivos subordinados encontra-se referida na nota n.º 12 das notas às demonstrações financeiras.

23 — O montante dos compromissos assumidos pela sociedade, incluindo os assumidos mediante a prestação de garantias, consta do n.º 25 das notas às demonstrações financeiras.

24 — As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência estão explicitadas no n.º 2, alínea g) das notas às demonstrações financeiras.

25 — Os saldos de provisões são apresentados no n.º 11 das notas às demonstrações financeiras.

27 — Os saldos das contas de regularização — acréscimos e diferimentos de proveitos e custos estão indicados nos n.ºs 6 e 10 das notas às demonstrações financeiras.

31 — A natureza e valor dos principais elementos patrimoniais que integram as rubricas de outros activos e outros passivos estão indicados nos n.ºs 5 e 9 das notas às demonstrações financeiras.

34 — O efectivo médio anual de trabalhadores ao serviço está explicitado por grandes categorias profissionais no n.º 23 das notas às demonstrações financeiras.

35 — As remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, explicitam-se no n.º 24 das notas às demonstrações financeiras.

37 — Os montantes globais dos elementos do Passivo expressos em moeda estrangeira, encontram-se mencionados no n.º 7 das notas às demonstrações financeiras.

38 — Os proveitos correntes gerados pela actividade da sociedade foram realizados no continente e regiões autónomas dos Açores e Madeira.

39 — As principais componentes das rubricas de outros custos e proveitos de exploração e perdas e ganhos extraordinários estão desenvolvidos nos n.ºs 21 e 22 das notas às demonstrações financeiras.

40 — Os encargos imputados e pagos relativos a passivos subordinados estão indicados no n.º 12 das notas às demonstrações financeiras.

41 — Carga fiscal — As imputações e os pagamentos referentes ao exercício de 2000 e aos dois exercícios anteriores estão explicitados no n.º 17 das notas às demonstrações financeiras.

43 — As contas da sociedade, são consolidadas nas contas da Caixa Geral de Depósitos, com sede em Lisboa.

45 — O montante das operações em locação financeira é apresentado no n.º 4 das notas às demonstrações financeiras.

46 — Os movimentos ocorridos em cada uma das rubricas de capitais próprios, encontram-se mencionados nos n.ºs 14 e 15 das notas às demonstrações financeiras.

As notas não consideradas no presente anexo, e previstas no Plano de Contas para Sistema Bancário (PCSB) não têm aplicação, por inexistência de valores ou situações a reportar.

O Conselho de Administração: *Fernando Miguel Sequeira*, presidente — *João Alexandre Rufino Ramos de Sousa Navarro*, vice-presidente — *José Gomes Pedro*, administrador — *António Carlos Bastos Martins*, administrador — *José Manuel Sampaio Cabral*, administrador — *José Lourenço Soares*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora.

Balanços em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

Notas	2000			1999
	Activo bruto	Provisões e amortizações	Activo líquido	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	855	—	855	1 076
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	18 871	—	18 871	12 678
Créditos sobre clientes	3 e 11 116 687 170	(1 591 489)	115 095 681	105 249 664
Imobilizações incorpóreas	4 49 085	(37 305)	11 780	19 015
Imobilizações corpóreas	4 680 355	(202 296)	478 059	496 026
(Das quais: Imóveis)	4 (420 902)	(39 990)	(360 912)	(395 301)
Outros activos	5 e 11 4 512 805	(778 066)	3 734 737	3 269 950
Contas de regularização	6 686 965	—	688 965	776 305
Total do activo	122 636 106	(2 609 158)	120 026 948	109 824 714

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2000	1999
Débitos para com instituições de crédito:			
A prazo ou com pré-aviso	7	70 379 829	57 641 107
Débitos representados por títulos:			
Obrigações em circulação	8	23 500 000	27 000 000
Outros passivos	9	1 944 822	2 429 257
Contas de regularização	10	2 211 228	1 716 955
Provisões para riscos e encargos:			
Outras provisões	11	1 372 016	1 131 509
Passivos subordinados	12	5 000 000	5 000 000
Capital subscrito	13	3 600 000	3 600 000

(Em milhares de escudos)

	Notas	2000	1999
Prémios de emissão	14	3 207 500	3 207 500
Reservas	14	6 380 404	5 715 362
Resultados transitados	15	1 285 259	1 093 831
Resultado líquido do exercício	14	1 145 890	1 289 193
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		120 026 948	109 824 714

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2000	1999
Compromissos perante terceiros	25	15 007 936	12 411 371
Rendas vincendas e valores residuais de contratos de locação financeira		149 307 236	128 612 059

O Conselho de Administração: *Fernando Miguel Sequeira*, presidente — *João Alexandre Rufino Ramos de Sousa Navarro*, vice-presidente — *José Gomes Pedro*, administrador — *António Carlos Bastos Martins*, administrador — *José Manuel Sampaio Cabral*, administrador — *José Lourenço Soares*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2000 e 1999**CUSTOS**

	Notas	2000	1999
Juros e custos equiparados	18	4 131 707	3 092 180
Comissões	19	151 319	16 010
Gastos gerais administrativos:			
Custos com pessoal	20	430 801	381 598
Dos quais:			
(— salários e vencimentos)		(340 559)	(281 363)
(— encargos sociais)		(89 942)	(79 703)
Outros gastos administrativos		369 421	418 806
Amortizações do exercício	4	64 039	68 961
Outros custos de exploração	21	17 294	22 860
Provisões para crédito de cobrança duvidosa, crédito vencido e para outros riscos	11	1 192 306	1 130 264
Perdas extraordinárias	22	133 137	198 924
Impostos sobre lucros	5 e 9	891 300	943 400
Outros impostos		51 159	41 293
Resultado líquido do exercício		1 145 890	1 289 193
		8 578 373	7 603 489

PROVEITOS

	Notas	2000	1999
Juros e proveitos equiparados	18	7 137 745	6 098 282
Comissões		59 061	80 244
Reposições e anulações de provisões	11	948 541	969 826
Outros proveitos de exploração	21	282 418	313 060
Ganhos extraordinários	22	150 608	142 077
		8 578 373	7 603 489

O Conselho de Administração: *Fernando Miguel Sequeira*, presidente — *João Alexandre Rufino Ramos de Sousa Navarro*, vice-presidente — *José Gomes Pedro*, administrador — *António Carlos Bastos Martins*, administrador — *José Manuel Sampaio Cabral*, administrador — *José Lourenço Soares*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

	2000	1999
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	27 202 278	19 644 049
Pagamentos a fornecedores	(29 049 230)	(25 593 096)
Pagamentos ao pessoal	(231 264)	(211 518)

(Em milhares de escudos)

	2000	1999
Fluxos gerados pelas operações	(2 078 216)	(6 160 565)
Pagamento de imposto sobre o rendimento	(1 422 031)	(165 472)
Outros recebimentos e pagamentos relativos à actividade operacional	(1 438 462)	(447 162)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	(4 938 709)	(6 773 199)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	1 800	11 233
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(5 636)	(5 954)
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	<i>(4 942 545)</i>	<i>(6 767 920)</i>
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas	6 749	4 048
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	(6 328)	(12 797)
Imobilizações incorpóreas	(7 648)	(5 829)
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	<i>(7 227)</i>	<i>(14 578)</i>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	16 805 000	16 580 708
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(7 566 277)	(6 326 851)
Amortização de contratos de locação financeira	(32 767)	(31 287)
Juros e custos similares	(3 699 383)	(3 038 778)
Dividendos pagos, líquidos de impostos retidos	(550 829)	(411 829)
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	<i>4 955 744</i>	<i>6 771 963</i>
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	<i>5 972</i>	<i>(10 535)</i>
Caixa e seus equivalentes no início do período	13 754	24 289
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19 726	13 754
	<i>5 972</i>	<i>(10 535)</i>

O Conselho de Administração: *Fernando Miguel Sequeira*, presidente — *João Alexandre Rufino Ramos de Sousa Navarro*, vice-presidente — *José Gomes Pedro*, administrador — *António Carlos Bastos Martins*, administrador — *José Manuel Sampaio Cabral*, administrador — *José Lourenço Soares*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora.

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

(Montantes expressos em milhares de escudos)

1 — Actividade económica:

A Imoleasing — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A. (sociedade) foi constituída em 29 de Outubro de 1982, tendo iniciado a sua actividade nesse mesmo ano. A sociedade tem por objecto o exercício da actividade de locação financeira imobiliária e a prestação de serviços conexos, nos termos da legislação aplicável ao sector e normas emitidas pelo Banco de Portugal. Tem um capital social de 3 600 000 milhares de escudos (nota n.º 13), sendo as acções que o representam cotadas no Mercado Oficial da Bolsa de Valores de Lisboa e Porto.

A sociedade é participada maioritariamente por empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, S. A. (Grupo CGD) (nota n.º 13). A CGD e o Banco Nacional Ultramarino, S. A., funcionam também como angariadores de operações de locação financeira.

As demonstrações financeiras da Sociedade são consolidadas a nível da CGD.

2 — Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos:

Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos da Sociedade, mantidos em conformidade

com as normas relativas à contabilização das operações das sociedades de locação financeira imobiliária estabelecidas pelo Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2000 estão pendentes de aprovação pela assembleia geral. No entanto, o conselho de administração da sociedade admite que estas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

Principais critérios valorimétricos:

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Créditos sobre clientes:

Crédito concedido:

O custo dos imóveis locados, líquido de quaisquer antecipações de rendas, é registado como crédito concedido.

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira. De acordo com este método, a amortização calcula-se tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos.

Esta rubrica inclui também os valores relativos à aquisição de terrenos e ao financiamento da respectiva construção, no âmbito dos contratos de locação financeira imobiliária já celebrados, e os adiantamentos referentes aos contratos de promessa de locação financeira imobiliária.

Crédito e juros vencidos:

Nesta rubrica são registados o capital, juros e outros valores vencidos e não cobrados relativos a contratos de locação financeira ainda em vigor.

Esta rubrica inclui também o capital vincendo referente a contratos de locação financeira imobiliária com prestações vencidas e relativamente aos quais foram enviadas cartas de fixação de prazo para a sua resolução, embora não se tenha ainda verificado a recuperação do imóvel.

Estes montantes são classificados por classes temporais contadas a partir da data de início do incumprimento.

O capital, os juros e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato de locação financeira, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Relativamente aos contratos com valores registados em crédito e juros vencidos há mais de três meses e que se enquadrem no âmbito do disposto na Carta Circular n.º 89/N-DSB, de 7 de Julho de 1993, no que respeita à anulação de proveitos, os juros correspondentes só são contabilizados como proveitos quando cobrados.

b) Provisões:**i) Provisão para crédito e juros vencidos:**

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores vencidos, relativos a contratos de locação financeira imobiliária. Esta provisão cumpre o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, que estabelece as percentagens mínimas de provisionamento, segundo a antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e a existência ou não de garantias.

Os imóveis objecto dos contratos de locação financeira são considerados como garantias reais, até ao limite do respectivo valor de avaliação.

Quando se estima que poderão ser realizadas perdas em contratos com crédito vencido superiores aos mínimos exigidos pelo aviso acima referido, são constituídas as provisões adicionais consideradas economicamente necessárias.

ii) Provisão para crédito de cobrança duvidosa:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital vincendo relativo a contratos que apresentem prestações em mora de capital e juros ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. De acordo com o aviso n.º 3/95, considera-se como crédito de cobrança duvidosa o capital vincendo relativo a contratos ou a clientes cujos valores vencidos excedam 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos.

Os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base na percentagem mínima permitida pelo Banco de Portugal, a qual corresponde a 50% da percentagem média de cobertura do crédito vencido por provisões, relativamente a cada cliente nesta situação.

iii) Provisão para riscos gerais de crédito:

A provisão para riscos gerais de crédito, cujo valor satisfaz as orientações do Banco de Portugal fixadas no Aviso acima mencionado, é uma provisão de natureza geral e destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido.

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo dos contratos de locação financeira imobiliária, sobre os adiantamentos relativos a contratos de promessa de locação e sobre outros créditos concedidos, nomeadamente os empréstimos aos funcionários da sociedade. À base de cálculo são deduzidos os créditos cedidos em regime de consórcio, o valor do crédito concedido a instituições de crédito e a câmaras municipais e o capital vincendo incluído no cálculo da provisão para crédito de cobrança duvidosa.

iv) Provisão para imóveis recuperados por resolução de contratos e para imóveis recebidos em dação:

Esta provisão destina-se a fazer face às perdas potenciais em imóveis não locados, sendo determinada com base em avaliações independentes dos respectivos imóveis.

v) Provisão para outros riscos e encargos:

Trata-se de uma provisão destinada a fazer face a perdas potenciais decorrentes da actividade da sociedade, nomeadamente processos judiciais, contingências fiscais e outros riscos. Esta provisão não é aceite como custo fiscal.

c) Anulação de juros. — No âmbito das instruções do Banco de Portugal, a sociedade anula os juros incluídos nas rendas em atraso, cujo montante exceda o presumível valor de mercado dos imóveis, avaliados por entidades independentes, deduzido do capital vincendo dos respectivos contratos e acrescido dos valores de outras garantias existentes.

O montante total dos juros anulados nos exercícios de 2000 e 1999 foi de 57 994 milhares de escudos e 84 745 milhares de escudos, respectivamente, dos quais 42 394 milhares de escudos e 61 244 milhares de escudos foram abatidos à rubrica de juros e proveitos equiparados (nota n.º 18) e 15 600 milhares de escudos e 23 501 milhares de escudos foram registados na rubrica de perdas extraordinárias (nota n.º 22), dado se tratarem de juros contabilizados em exercícios anteriores.

d) Reconhecimento de custos e proveitos. — Os custos e proveitos, nomeadamente os juros a pagar de empréstimos obtidos e os juros a receber de crédito concedido, são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

e) Imobilizações incorpóreas. — Referem-se, fundamentalmente, a despesas de estabelecimento e a custos com os sistemas de tratamento automático de dados. Estes custos são amortizados segundo o método das quotas constantes, durante um período de três anos.

f) Imobilizações corpóreas. — Os imóveis recuperados por resolução de contratos que tenham sido arrendados são registados no imobilizado corpóreo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato. O restante imobilizado encontra-se reflectido ao custo de aquisição.

O imobilizado corpóreo é amortizado segundo o método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas pela legislação fiscal em vigor. As taxas utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios	50
Obras em imóveis arrendados	10
Outros imóveis — edifícios industriais	20
Outros imóveis — edifícios comerciais	50
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5
Equipamento informático	4
Instalações interiores	10
Equipamento de transporte em locação financeira	4
Outras imobilizações corpóreas	10

g) Responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência. — Os trabalhadores da sociedade estão inscritos na segurança social. No entanto, uma vez que assumiu responsabilidades pelo pagamento de complementos de pensões de reforma, em Novembro de 2000 a sociedade constituiu um fundo de pensões para o efeito, cuja contribuição inicial ascendeu a 59 936 milhares de escudos (nota n.º 20).

O fundo de pensões substitui o Seguro Top Reforma Grupo da Companhia de Seguros Fidelidade, S. A., subscrito anteriormente pela sociedade. A contribuição inicial para o fundo de pensões correspondeu ao valor de resgate do Seguro Top de Reforma nessa data.

As responsabilidades por serviços passados encontram-se integralmente cobertas pelo valor do fundo de pensões.

h) Impostos diferidos. — Conforme referido na nota n.º 15, na sequência da alteração do critério de contabilização das operações de locação financeira a partir de 1 de Janeiro de 1994, resultaram diferenças que implicaram um aumento da situação líquida da sociedade e o apuramento de impostos diferidos passivos no valor de 906 930 milhares de escudos.

Atendendo a que o Decreto-Lei n.º 420/93, de 28 de Dezembro estabelece que, para efeitos fiscais, aos contratos de locação financeira celebrados até 31 de Dezembro de 1993 se continua a aplicar o regime em vigor à data da sua celebração, as diferenças resultantes da alteração do critério de contabilização irão ser tributadas durante a vida dos mesmos. Por este motivo, a sociedade registou os impostos diferidos passivos sobre as citadas diferenças (nota n.º 10).

Em 2000 e 1999 foram utilizados 15 194 milhares de escudos e 56 907 milhares de escudos relativos aos impostos que incidem sobre a diferença entre os resultados contabilísticos e os relevantes para efeitos fiscais, no que se refere aos contratos celebrados até 31 de Dezembro de 1993. Naquelas datas, a sociedade já tinha liquidado 781 661 milhares de escudos e 724 754 milhares de escudos, do montante total de impostos diferidos determinado em 1 de Janeiro de 1994.

3 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2000	1999
Crédito concedido	106 498 640	98 460 381
Adiantamentos por conta de contratos de locação	9 324 625	6 857 348
Crédito cedido em regime de consórcio	(2 517 944)	(2 065 870)
	113 305 321	103 251 859
Crédito e juros vencidos	3 381 849	4 209 317
	116 687 170	107 461 176
Provisões:		
Para crédito e juros vencidos (nota n.º 11)	(1 580 265)	(2 187 621)
Para crédito de cobrança duvidosa (nota n.º 11)	(11 224)	(23 891)
	(1 591 489)	(2 211 512)
	115 095 681	105 249 664

Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999 o crédito e juros vencidos inclui um montante de 1 030 444 milhares de escudos referente a um contrato com a HR — Metalomecânica Teixeira e Ramalho, S. A. A sociedade celebrou um contrato de promessa de cedência desta sua posição com a Caixa Geral de Depósitos, S. A. (nota n.º 9).

A provisão para crédito e juros vencidos inclui um montante adicional de 440 000 milhares de escudos face aos mínimos exigidos pelo aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal. Deste montante, 200 000 milhares de escudos foram constituídos no exercício de 2000.

Para fazer face a problemas de realização do crédito concedido, a sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2000 e 1999 ascendia a 1 060 716 milhares de escudos e 951 240 milhares de escudos, respectivamente, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos do passivo (nota n.º 11).

O montante registado na rubrica de crédito cedido em regime de consórcio, corresponde ao crédito cedido a outras instituições financeiras relativamente a contratos de locação financeira imobiliária em que a sociedade assume a liderança da operação.

Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, o crédito vincendo relativo a contratos não rescindidos mas que tinham simultaneamente rendas vencidas há mais de três meses, ascendia a aproximadamente 2 975 000 milhares de escudos e 2 145 000 milhares de escudos, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, a distribuição do crédito concedido e dos adiantamentos por conta de contratos de locação, por sectores de actividade, era a seguinte:

	2000	1999
Comércio, restaurantes e hotéis	38 337 288	34 228 581
Actividades imobiliárias	19 687 642	17 098 122
Indústrias transformadoras	14 993 802	13 865 070
Construção e obras públicas	8 946 156	6 939 033
Bancos, instituições financeiras e seguros	5 908 038	6 636 324
Administ. pública, defesa e segurança social	5 786 736	5 811 605
Saúde e segurança social	4 876 445	4 673 609
Particulares	5 433 352	4 578 925
Transportes, armazenagem e comunicação	3 173 313	4 054 589
Serviços colectivos e sociais	3 126 464	2 371 018
Educação	1 368 019	1 317 023

	2000	1999
Agricult., silvicult., caça e pesca	1 033 778	1 090 639
Electricidade, gás e água	315 832	346 731
Indústrias extractivas	318 456	240 590
	113 305 321	103 251 859

Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, o crédito e juros vencidos apresentava a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

	2000	1999
Até três meses	328 920	328 795
De quatro meses a seis meses	55 503	147 425
De sete meses a 12 meses	358 106	160 738
De um ano a quatro anos	1 430 344	2 598 267
Superior a quatro anos	1 208 976	974 092
	3 381 849	4 209 317

Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, o crédito concedido e os adiantamentos por conta de contratos de locação apresentavam o seguinte desdobramento em função da sua duração residual:

	2000	1999
Até três meses	2 701 712	2 456 205
De três meses a um ano	8 449 614	8 342 819
De um ano até cinco anos	42 734 668	44 362 650
Mais de cinco anos	59 419 327	48 090 185
	113 305 321	103 251 859

Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, os créditos a empresas ligadas incluídos nesta rubrica ascendiam a 1 575 090 milhares de escudos e a 1 826 894 milhares de escudos, respectivamente.

4 — Imobilizações incorpóreas e corpóreas:

Estas rubricas tiveram o seguinte movimento durante os exercícios de 2000 e 1999:

	1999		Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências	Abates líquidos e outros	2000
	Activo bruto	Amortizações acumuladas					Activo líquido
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de estabelecimento	2 719	(2 188)	—	(403)	—	—	128
Sistemas de tratamento de dados	44 736	(26 252)	127	(12 476)	—	—	6 135
Imobilizações em curso	—	—	5 517	—	—	—	5 517
	47 455	(28 440)	5 644	(12 879)	—	—	11 780

	1999		Aquisições	Amortizações do exercício	Transfe- rências	Abates líquidos e outros	2000
	Activo bruto	Amortizações acumuladas					Activo líquido
Imobilizações corpóreas:							
Imóveis	113 155	(22 749)	—	(2 579)	—	—	87 827
Outros imóveis	312 293	(7 399)	—	(7 342)	(4 466)	—	293 086
Equipamento	192 666	(148 601)	4 648	(18 076)	—	(37)	30 600
Equipamento de transporte em locação financeira	90 597	(36 613)	47 249	(23 163)	—	(14 201)	63 869
Outras imobilizações corpóreas	3 174	(497)	—	—	—	—	2 677
	711 885	(215 859)	51 897	(51 160)	(4 466)	(14 238)	478 059

	1998		Aquisições	Amortizações do exercício	Transfe- rências	Abates líquidos e outros	1999
	Activo bruto	Amortizações acumuladas					Activo líquido
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de estabelecimento	7 637	(6 358)	224	(972)	—	—	531
Sistemas de tratamento de dados	46 255	(19 295)	881	(13 653)	4 296	—	18 484
Imobilizações em curso	2 058	—	4 296	—	(4 296)	(2 058)	—
	55 950	(25 653)	5 401	(14 625)	—	(2 058)	19 015

Imobilizações corpóreas:							
Imóveis	113 155	(20 170)	—	(3 603)	—	—	531
Outros imóveis	—	—	—	(7 399)	313 318	—	305 919
Equipamento	185 801	(133 034)	11 655	(20 547)	833	(503)	44 205
Equipamento de transporte em locação financeira	90 500	(28 808)	21 966	(22 787)	(833)	(6 194)	53 844
Outras imobilizações corpóreas	3 173	(497)	—	—	—	—	2 676
	<u>392 629</u>	<u>(182 509)</u>	<u>33 621</u>	<u>(54 336)</u>	<u>313 318</u>	<u>(6 697)</u>	<u>496 026</u>

5 — Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2000	1999
Imóveis recuperados por resolução de contratos	3 813 194	3 588 682
Créditos a empregados	204 674	209 307
Imóveis recebidos em dação	196 532	196 532
Devedores diversos	47 524	41 907
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) a recuperar	250 881	—
	<u>4 512 805</u>	<u>4 036 428</u>
Provisão para imóveis recuperados por resolução de contratos e imóveis recebidos em dação (nota n.º 11)	<u>(778 068)</u>	<u>(766 478)</u>
	<u>3 734 737</u>	<u>3 269 950</u>

Os imóveis recuperados por resolução de contratos e os imóveis recebidos em dação destinam-se a ser vendidos ou a ser objecto de novos contratos de locação financeira.

6 — Contas de regularização — activo:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2000	1999
Proveitos a receber:		
Juros a receber de contratos celebrados	567 372	619 349
Outros	—	5 670
Despesas com custo diferido:		
Campanhas publicitárias	5 884	59 525
Emissão de empréstimos obrigacionistas	7 155	16 320
Seguros	4 894	4 316
Outras	7 660	6 312
Outras contas de regularização	<u>94 000</u>	<u>64 813</u>
	<u>686 965</u>	<u>776 305</u>

7 — Débitos para com instituições de crédito:

Os empréstimos bancários apresentam a seguinte estrutura por entidade financiadora e prazos de vencimento:

	2000			1999
	Curto prazo	Médio e longo prazos	Total	Total
Caixa Geral de Depósitos, S. A.	451 703	17 226 121	17 677 824	11 102 989
Banco Nacional Ultramarino, S. A.	—	1 505 000	1 505 000	2 000 000
Outros bancos	—	19 750 000	19 750 000	9 800 000
	451 703	38 481 121	38 932 824	22 902 989
Mercado Monetário Interbancário	31 447 005	—	31 447 005	34 738 118
	31 898 708	38 481 121	70 379 829	57 641 107

Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, os débitos para com instituições de crédito apresentavam o seguinte desdobramento em função da sua duração residual:

	2000	1999
Até três meses	13 871 184	32 578 768
De três meses a um ano	18 027 524	15 546 285
De um ano até cinco anos	30 018 651	5 962 294
Mais de cinco anos	8 462 470	3 553 760
	70 379 829	57 641 107

Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, os débitos perante empresas coligadas, incluídos nesta rubrica e em débitos representados por títulos (nota n.º 8), ascendiam a 51 736 205 milhares de escudos e a 47 049 366 milhares de escudos, respectivamente.

Naquelas datas, os passivos da Sociedade representados em moeda estrangeira incluídos nesta rubrica ascendiam a 25 155 milhares de escudos e 80 796 milhares de escudos, respectivamente.

8 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2000			1999
	Curto prazo	Médio e longo prazos	Total	Total
Obrigações Imoleasing:				
1994 — 1.ª emissão	3 500 000	—	3 500 000	7 000 000
1996 — 1.ª emissão	10 000 000	—	10 000 000	10 000 000
1998 — 1.ª emissão — 1.ª série	—	5 000 000	5 000 000	5 000 000
1998 — 1.ª emissão — 2.ª série	—	5 000 000	5 000 000	5 000 000
	13 500 000	10 000 000	23 500 000	27 000 000

Principais condições dos empréstimos obrigacionistas em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

	Montante		Taxa de juro nominal (percentagem)		Data de pagamento de juros	Amortização do capital
	2000	1999	2000	1999		
Obrigações de Caixa/94 — 1.ª emissão (a)	3 500 000	7 000 000	5,19	3,25	20 de Fevereiro e de Agosto	Ao par, 25% em 20 de Fevereiro de 2000 e 20 de Agosto de 2000 e 50% no dia 20 de Fevereiro de 2001.
Obrigações de Caixa/96 — 1.ª emissão	10 000 000	10 000 000	5,19	3,19	20 de Março e de Setembro	Ao par, em 20 de Março de 2001.
Obrigações Imoleasing/98 — 1.ª em. — 1.ª série	5 000 000	5 000 000	5,15	3,50	20 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro	Ao par em 20 de Outubro de 2003.
Obrigações Imoleasing/98 — 1.ª em. — 2.ª série	5 000 000	5 000 000	5,15	3,50	20 de Abril, e de Outubro	Ao par em 20 de Outubro de 2003.
	23 500 000	27 000 000	5,21	3,60		

(a) Estas obrigações podem ser reembolsadas antecipadamente pela sociedade desde 20 de Agosto de 1996 com aviso de 30 dias de antecedência.

9 — Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2000	1999
Credores diversos:		
HR — Metalomecânica Teixeira e Ramalho, S. A.	1 030 444	1 030 444
Alienação de imóveis não locados	487 200	430 700
Adiantamentos de clientes	59 883	86 351
Outros	12 096	33 217
	1 589 623	1 580 712
Fornecedores	179 653	107 889
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) a pagar	130 904	647 389
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar (IVA)	24 977	75 405
Outros	19 665	17 862
	1 944 822	2 429 257

O montante de 1 030 444 corresponde ao valor recebido da Caixa Geral de Depósitos, S. A., na sequência do contrato de promessa de cedência da posição da Sociedade relativa ao contrato de locação celebrado com a empresa HR — Metalomecânica Teixeira e Ramalho, S. A. (nota n.º 3).

Os montantes de 487 200 milhares de euros e 430 700 milhares de euros correspondem a valores já recebidos na sequência da celebração de contratos de promessa de venda de imóveis não locados. Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, o valor contabilístico destes imóveis ascendia a 882 174 milhares de euros e 587 640 milhares de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, o IRC a pagar resulta dos seguintes movimentos:

	2000	1999
Estimativa de IRC do exercício	891 300	943 400
Pagamentos por conta	(774 639)	(350 311)
Impostos diferidos a pagar	15 194	56 907
Retenções na fonte	(951)	(2 607)
IRC a pagar	130 904	647 389

No apuramento do IRC relativo aos exercícios de 2000 e 1999, a sociedade considerou a anulação de provisões efectuada por contrapartida da rubrica de resultados transitados (nota n.º 15), nos montantes de 191 428 milhares de escudos e 239 625 milhares de escudos, respectivamente, como variações patrimoniais positivas.

10 — Contas de regularização — passivo:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2000	1999
Custos a pagar:		
Juros a pagar de empréstimos obtidos	1 161 635	788 470
Outros	84 120	84 262
Receitas com proveito diferido	531	3 849
Outras contas de regularização:		
Mais-valias diferidas em contratos de relocação de imóveis	783 894	659 451
Impostos diferidos [nota n.º 2, alínea h)]	110 075	125 269
Valores a pagar relativos a escrituras e registos	33 154	45 315
Outras	37 819	10 339
	2 211 228	1 716 955

Os montantes de 783 894 milhares de escudos e 659 451 milhares de escudos correspondem à parcela ainda não reconhecida das mais-valias obtidas na relocação de imóveis. Estes ganhos são registados ao longo do período dos novos contratos de locação financeira imobiliária na rubrica de outros proveitos de exploração — mais-valias em contratos de locação financeira (nota n.º 21).

11 — Movimento nas provisões:

Durante os exercícios de 2000 e 1999, o movimento nas provisões foi o seguinte:

	Saldos em 31 de Dezembro de 1999	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Anulações e transferências	Saldos em 31 de Dezembro de 2000
Provisão para crédito e juros vencidos (nota n.º 3)	2 187 621	588 868	(663 952)	(340 844)	(191 428)	1 580 265
Provisão para crédito de cobrança duvidosa (nota n.º 3)	23 891	17 991	(30 658)	—	—	11 224

	Saldos em 31 de Dezembro de 1999	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Anulações e transfe- rências	Saldos em 31 de Dezembro de 2000
Provisão para imóveis recuperados por reso- lução de contratos (nota n.º 5)	766 478	222 351	(133 003)	(77 758)	—	778 068
Provisões para riscos e encargos:						
Provisão para riscos gerais de crédito (nota n.º 3)	951 240	178 596	(69 120)	—	—	1 060 716
Provisão para outros riscos e encargos	180 269	184 500	(51 808)	(1 661)	—	311 300
	4 109 499	1 192 306	(948 541)	(420 263)	(191 428)	3 741 573
	Saldos em 31 de Dezembro de 1998	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Anulações e transfe- rências	Saldos em 31 de Dezembro de 1999
Provisão para crédito e juros vencidos (nota n.º 3)	2 841 100	736 775	(629 222)	(521 407)	(239 625)	2 187 621
Provisão para crédito de cobrança duvidosa (nota n.º 3)	160 100	17 994	(154 203)	—	—	23 891
Provisão para imóveis recuperados por reso- lução de contratos (nota n.º 5)	778 200	109 378	(114 693)	(6 407)	—	766 478
Provisões para riscos e encargos:						
Provisão para riscos gerais de crédito (nota n.º 3)	835 300	136 638	(20 698)	—	—	951 240
Provisão para outros riscos e encargos ...	—	129 479	(51 010)	(117 000)	218 800	180 269
Fundos para riscos bancários gerais	218 800	—	—	—	(218 800)	—
	4 833 500	1 130 264	(969 826)	(644 814)	(239 625)	4 109 499

Conforme referido na nota n.º 15, durante o exercício de 1998 a sociedade reforçou as provisões para crédito e juros vencidos no montante de 529 091 milhares de escudos, por contrapartida de resultados transitados. Nos exercícios de 2000 e 1999, na sequência da recuperação judicial de imóveis afectos aos contratos que estiveram na origem desta constituição, foram anuladas provisões nos montantes de 191 428 milhares de escudos e 239 625 milhares de escudos, também por contrapartida de resultados transitados.

Durante o exercício de 1999, a sociedade procedeu à reclassificação do Fundo para riscos bancários gerais para provisões para riscos e encargos — outros riscos e encargos.

12 — Passivos subordinados:

Esta rubrica refere-se a obrigações de caixa de subscrição particular emitidas em 25 de Agosto de 1993, por um prazo de 10 anos, a amortizar ao par e no vencimento. Os juros são pagos semestral e postecipadamente em 20 de Abril e 20 de Outubro, tendo-se vencido o 1.º cupão em 20 de Abril de 1994. Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, a taxa de juro destas obrigações ascendia a 5,4375% e a 3,625%, respectivamente.

A taxa de juro é determinada a partir da média das últimas 20 taxas Lisbor a seis meses no antepenúltimo dia útil do semestre anterior ao do vencimento de juros, acrescida de 0,25% e arredondada para o 1/16 superior. A taxa obtida desta forma não pode ser superior à média das *prime rate* variáveis praticadas pela Caixa Geral de Depósitos, S. A., e por três outros bancos nacionais, em vigor no antepenúltimo dia anterior ao início de cada período de contagem de juros, deduzidas de 1,25% e arredondadas para o 1/16 superior.

A sociedade poderá, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, proceder ao reembolso antecipado destas obrigações, total

ou parcialmente, nos últimos 5 anos de vida das mesmas. Esta opção dará lugar a um prémio de reembolso de 0,125% sobre o valor nominal reembolsado.

Em caso de falência ou liquidação da sociedade, o pagamento de juros e o reembolso destas obrigações fica subordinado ao pagamento prévio de todos os demais créditos não subordinados, tendo todavia os detentores das mesmas, prioridade sobre os accionistas da sociedade.

Os juros pagos e os juros imputados nos exercícios de 2000 e 1999 relativos a estas obrigações foram os seguintes:

	2000	1999
Juros pagos	200 000	185 938
Juros imputados (nota n.º 18)	217 622	180 469

13 — Capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, o capital da sociedade encontrava-se totalmente subscrito e realizado, estando representado por 3 600 000 acções de valor nominal de 1000\$ cada.

No primeiro semestre de 2000 a Caixa Participações, SGPS, S. A., lançou uma oferta pública de aquisição sobre 1 136 077 acções da sociedade, correspondentes às acções que não eram detidas pelo Grupo CGD. O resultado foi apurado em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa e Porto de 7 de Junho de 2000, tendo a Caixa Participações adquirido 53 626 acções ao preço de 16,5 euros cada.

Posteriormente, a Caixa Participações, SGPS, S. A., adquiriu um conjunto adicional de acções da sociedade. Assim, em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, a estrutura accionista era a seguinte:

	2000		1999	
	Número de acções	Percent. de parti- cipação	Número de acções	Percent. de parti- cipação
Caixa Geral de Depósitos, S. A.	2 024 706	56,24	2 014 706	55,96
Caixa Participações, SGPS, S. A.	931 746	25,88	360 120	10,00
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	397 469	11,04	397 469	11,04
Companhia de Seguros Fidelidade, S. A.	89 097	2,47	89 097	2,47
Banque Nationale de Paris, S. A.	—	—	128 620	3,57
Outros	156 982	4 37	609 988	16,96
	3 600 000	100,00	3 600 000	100,00

14 — Prémios de emissão, reservas e resultado líquido:

Os prémios de emissão só podem ser utilizados para a cobertura de prejuízos ou para aumentar o capital.

As rubricas de reservas e resultado líquido do exercício tiveram o seguinte movimento durante os exercícios de 1999 e 2000:

	Reservas			Resultado líquido
	Legal	Livres	Total	
Saldos em 31 de Dezembro de 1998	1 041 429	4 184 106	5 225 535	957 476
Distribuição do resultado do exercício de 1998:				
Transferência para reservas	95 750	394 077	489 827	(489 827)
Dividendos	—	—	—	(439 200)
Distribuição aos colaboradores	—	—	—	(28 449)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	1 289 193
Saldos em 31 de Dezembro de 1999	1 137 179	4 578 183	5 715 362	1 289 193
Distribuição do resultado do exercício de 1999:				
Transferência para reservas	128 919	536 123	665 042	(665 042)
Dividendos	—	—	—	(590 400)
Distribuição aos colaboradores	—	—	—	(33 750)
Arredondamento	—	—	—	(1)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	1 145 890
Saldos em 31 de Dezembro de 2000	1 266 098	5 114 306	6 380 404	1 145 890

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, a sociedade deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, são anualmente transferidos para esta reserva o equivalente a 10% do resultado líquido de cada exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

15 — Resultados transitados:

Com a introdução em 1 de Janeiro de 1994 do novo método de contabilização das operações de locação financeira, a sociedade converteu o imobilizado de locação financeira em crédito concedido, registou os juros a receber do crédito concedido e anulou as receitas antecipadas que mantinha registadas. Adicionalmente, recalculou as provisões necessárias de acordo com os novos critérios e registou os impostos diferidos. Desta conversão, resultou um conjunto de diferenças, cujo efeito consistiu num aumento da situação líquida de 1 383 297 milhares de escudos.

Até 31 de Dezembro de 1997, o capital vincendo referente a contratos de locação financeira imobiliária com prestações vencidas e relativamente aos quais sido enviadas cartas de fixação de prazo para a sua resolução, mantinha-se registado como crédito em situação normal até à recuperação dos imóveis, altura em que o capital vincendo desses contratos era registado na rubrica de outros activos. No exercício de 1998, em consequência de uma comunicação do Banco de Portugal, a sociedade alterou esta política contabilística, tendo passado a transferir o capital vincendo para crédito vencido findo o prazo indicado nas referidas cartas de resolução.

O Banco de Portugal permitiu à sociedade que a insuficiência de provisões apurada quando da adequação dos procedimentos contabilísticos relativa aos contratos rescindidos até 1 de Julho de 1998, fosse suprida através da utilização de resultados transitados, desde que se garantisse que a eventual anulação futura dessas provisões, em consequência da recuperação dos imóveis, não afectasse a demonstração de resultados do exercício em que se verifique a recuperação. De forma

a respeitar o princípio da especialização de exercícios, em 1998 a sociedade efectuou o reforço de provisões por utilização de resultados transitados, apenas para os contratos rescindidos até 31 de Dezembro de 1997, o que correspondeu a um montante de 529 091 milhares de escudos.

Nos exercícios de 2000 e 1999, face à recuperação judicial de imóveis afectos a esses contratos, a sociedade anulou provisões no montante de 191 428 milhares de escudos e 239 625 milhares de escudos, respectivamente, e creditou os resultados transitados por igual valor.

Em resumo, os resultados transitados apresentam o seguinte movimento:

Saldo em 31 de Dezembro de 1997, relativo à alteração do método de contabiliz. em 1 de Janeiro de 1994	1 383 297
Utilização para fazer face ao acrésc. de provisões relativas a contratos rescind. até 31 de Dezembro de 1997	(529 091)
Saldo em 31 de Dezembro de 1998	854 206
Contrapartida da anulação de provisões face à recuperação judicial de imóveis relativos a contratos rescindidos até 31 de Dezembro de 1997:	
No exercício de 1999	239 625
Saldo em 31 de Dezembro de 1999	1 093 831
No exercício de 2000	191 428
Saldo em 31 de Dezembro de 2000	1 285 259

16 — Transacções com empresas do grupo:

Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, os balanços e as demonstrações de resultados reflectiam os seguintes saldos e transacções com empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos:

	2000				1999
	CGD	BNU	Outros	Total	Total
Activo:					
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	464	484	—	948	1 083
Créditos sobre clientes	1 545 809	29 281	—	1 575 090	1 826 894
Outros activos	5 178	—	249	5 427	11 871
Contas de regularização	20 408	98	—	20 506	30 659
Passivo:					
Débitos para com instituições de crédito	43 099 944	6 530 081	—	49 630 025	45 341 096
Débitos representados por títulos	2 081 180	25 000	—	2 106 180	1 708 270
Outros passivos	1 086 577	25 404	58 019	1 170 000	1 087 474
Contas de regularização	659 268	68 832	425	728 525	455 667
Passivos subordinados	220	184 000	—	184 220	184 220

	2000				1999
	CGD	BNU	Outros	Total	Total
Custos:					
Juros e custos equiparados	1 840 015	290 408	2 643	2 133 066	1 525 098
Comissões	111 490	36 447	—	147 937	11 968
Gastos gerais administrativos	61 244	—	15 860	77 104	75 628
Outros custos de exploração	937	—	2 000	2 937	4 519
Proveitos:					
Juros e proveitos equiparados	275 523	1 437	—	276 960	513 643
Outros proveitos de exploração	20 822	—	—	20 822	5 670

17 — Impostos:

A sociedade está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama.

Os imóveis que são propriedade da sociedade e objecto de contratos de locação financeira, estão sujeitos ao pagamento anual de contribuição autárquica, a qual é liquidada pela sociedade e subsequentemente debitada aos respectivos locatários.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da sociedade durante um período de quatro anos (cinco anos até ao exercício de 1997, inclusive, e 10 anos no caso da segurança social), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 1996 a 2000. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do conselho de administração da sociedade, não é previsível que qualquer liquidação adicional relativa aos exercícios acima referidos, seja significativa para as demonstrações financeiras.

Como resultado de uma inspecção tributária em sede de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) relativo ao exercício de 1996, em

Dezembro de 1999 a sociedade foi notificada de uma correcção ao valor do imposto pago no montante de 52 460 milhares de escudos. Esta correcção deve-se ao facto de nos contratos de locação financeira à construção em que é solicitada a renúncia à isenção de IVA, a sociedade não ter liquidado IVA na facturação das pré-rendas durante o período da construção. No exercício de 2000 a sociedade entregou modelos de substituição de IVA por forma a liquidar o imposto em falta sobre as pré-rendas relativas aos exercícios de 1997 a 1999.

Estes montantes foram debitados aos locatários com os quais foram celebrados os contratos que estiveram na origem destas correcções.

Ainda no exercício de 2000, a sociedade foi notificada para proceder ao pagamento de juros compensatórios relativamente à situação acima descrita, no valor global de 42 514 milhares de escudos. A sociedade não liquidou este montante, tendo entregue as correspondentes reclamações graciosas. Para fazer face a esta situação e eventuais coimas, constituiu uma provisão para outros riscos e encargos no montante de 54 900 milhares de escudos (nota n.º 11).

A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal paga, com referência a esses exercícios, foi a seguinte:

	2000	1999	1998
Carga fiscal imputada — Imposto sobre lucros	891 300	943 400	338 000
Impostos diferidos	15 194	56 907	111 573
	906 494	1 000 307	449 573
Carga fiscal paga e retenções na fonte	(775 590)	(999 359)	(464 179)
IRC a pagar/diferença face à estimativa (notas n.ºs 9 e 22)	130 904	948	(14 606)

No exercício de 2000 a carga fiscal é superior à taxa normal de IRC devido à constituição de provisões para crédito e juros vencidos e para outros riscos e encargos não aceites fiscalmente como custo e à variação patrimonial positiva descrita nas notas n.ºs 9, 11 e 15.

18 — Juros, custos e proveitos equiparados:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2000	1999
Juros e custos equiparados:		
Juros de obrigações	1 038 288	1 118 513
Juros de empréstimos a médio e longo prazos	1 461 790	784 526
Juros de empréstimos subordinados (nota n.º 12)	217 622	180 469
Juros do mercado monetário interbancário	1 398 220	902 416
Juros de operações de permuta de taxa de juro	—	89 305
Outros	15 787	16 951
	4 131 707	3 092 180
Juros e proveitos equiparados:		
Juros de contratos celebrados	6 822 373	5 653 148
Anulação de juros [nota n.º 2, alínea c)]	(42 394)	(61 244)
Juros de contratos em consórcio	(120 088)	(85 870)
Juros de adiantamentos por conta de contratos a realizar	397 570	325 218
Juros de mora	70 111	43 846
Juros de operações de permuta de taxa de juro	—	213 889
Outros	10 173	9 295
	7 137 745	6 098 282

Todos os proveitos correntes gerados pela actividade da sociedade foram realizados no Continente e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

19 — Comissões — custos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2000	1999
Comissões de angariação de operações	132 232	—
Comissões por garantias recebidas	2 352	1 993
Comissões por serviços bancários:		
Cobranças de valores	10 037	10 667
Outras	235	256
Comissões por oper. realizadas por terceiros	2 463	3 094
	151 319	16 010

A rubrica de comissões de angariação de operações é relativa a comissões cobradas pela Caixa Geral de Depósitos, S. A. e pelo Banco Nacional Ultramarino, S. A., no âmbito da angariação de contratos de locação financeira pelas suas redes comerciais.

Esta comissão corresponde a 1% sobre o valor dos contratos angariados.

20 — Custos com pessoal e compromissos assumidos com pensões de reforma e sobrevivência:

A rubrica de custos com pessoal tem a seguinte composição:

	2000	1999
Remunerações	340 559	281 363
Encargos sociais:		
Segurança social	71 122	60 636
Outros encargos	18 820	19 067
Outros custos com o pessoal	300	20 532
	430 801	381 598

O fundo de pensões constituído pela sociedade tem por objectivo financiar as responsabilidades assumidas pelo pagamento de complementos de pensões de reforma, equivalentes a 10% da pensão atribuída pela segurança social.

As responsabilidades com pensões em 31 de Dezembro de 2000 apresentam o seguinte detalhe:

Valor actual das responsab. por serviços futuros	100 541
Valor actual das responsab. por serviços passados	41 734
	142 275

As responsabilidades por serviços passados encontram-se integralmente cobertas pelo fundo de pensões, cujo valor em 31 de Dezembro de 2000 ascende a 59 936 milhares de escudos.

As responsabilidades por serviços passados e futuros dos empregados no activo com referência a 31 de Dezembro de 2000, foram determinadas com base num estudo actuarial efectuado pela Companhia de Seguros Fidelidade, S. A. As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes:

Método actuarial	<i>Projected Unit Credit</i>
Tábua de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK-80
Taxa de rendimento do Fundo	6%
Taxa de crescimento dos salários	3%
Taxa de crescimento das pensões	3%
Taxa de revalorização futura para cálculo de pensões da segurança social	2%
Taxa técnica de juro para cálculo de pensões em pagamento	4%

21 — Outros custos e proveitos de exploração:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2000	1999
Outros custos:		
Menos-valias em contratos de locação financeira	12 235	15 867
Quotizações e donativos	5 030	6 816
Outros	29	177
	17 294	22 860
Outros proveitos:		
Mais-valias em contratos de locação financeira	200 406	232 012
Rendimento com aluguer de imóveis não locados	46 086	57 058
Prestação de serviços de vistoria e avaliações	14 768	12 932
Reembolso de despesas	16 761	—
Outros	4 397	11 058
	282 418	313 060

22 — Perdas e ganhos extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2000	1999
Perdas extraordinárias:		
Anulação de juros [nota n.º 2, alínea c)]	15 600	23 501
Despesas com imóveis recuperados por resolução de contratos	67 558	121 246
Insuficiência na estimativa de IRC relativa a 1998 (nota n.º 17)	—	14 606
Outras perdas	49 979	39 571
	133 137	198 924
Ganhos extraordinários:		
Recuperação de juros	86 066	106 645
Excesso na estimativa de IRC relativa a 1999 (nota n.º 17)	948	—
Outros ganhos	63 594	35 432
	150 608	142 077

23 — Número médio de pessoal:

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, o número médio de colaboradores ao serviço da sociedade foi de 48 e 49, respectivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2000	1999
Direcção	5	7
Chefias intermédias	9	9
Técnicos	10	10
Administrativos	23	21
Auxiliares	1	2
	48	49

24 — Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas durante os exercícios de 2000 e 1999 aos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade foram as seguintes:

	2000	1999
Conselho de administração	46 003	23 783
Conselho fiscal/fiscal único	1 105	2 559
	47 108	26 342

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos, por sua conta, a título de garantia.

25 — Compromissos assumidos:

Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, os compromissos assumidos perante terceiros eram os seguintes:

	2000	1999
Linha de refinanciam. da CGD junto do Banco Europeu de Investimento	4 432 994	4 877 391
Contratos de financiam. relativos a obras e à construção	10 574 942	7 533 980
	15 007 936	12 411 371

Os compromissos assumidos com contratos de financiamento relativos a obras e à construção, respeitam à parte ainda não utilizada dos limites de crédito previstos nos respectivos contratos.

O Conselho de Administração: *Fernando Miguel Sequeira*, presidente — *João Alexandre Rufino Ramos de Sousa Navarro*, vice-presidente — *José Gomes Pedro*, administrador — *António Carlos Bastos Martins*, administrador — *José Manuel Sampaio Cabral*, administrador — *José Lourenço Soares*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora.

Certificação legal das contas e relatório de auditoria

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício de 2000 da Imoleasing — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A. (sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2000 que evidencia um total de 120 026 948 milhares de escudos e capitais próprios de 15 619 053 milhares de escudos, incluindo um resultado líquido de 1 145 890 milhares de escudos, as demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da sociedade:

i) A preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa;

ii) Que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

iii) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;

iv) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados; e

v) Que a informação financeira prospectiva seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e esteja suportada por um sistema de informação apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima refe-

ridos, incluindo a verificação de que, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e a verificação, para os aspectos materialmente relevantes, de que a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas e das previsões incluídas no mesmo com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Imoleasing — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A., em 31 de Dezembro de 2000, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 — Baseados no nosso exame dos suportes dos pressupostos relativos às previsões incluídas no relatório de gestão, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para tais previsões. Em nossa opinião, estas previsões estão preparadas de forma coerente com base naqueles pressupostos e os critérios usados são consistentes com a informação financeira histórica contida nos documentos de prestação de contas.

7 — Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2001. — Magalhães, Neves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Maria Augusta Cardador Francisco*.

Relatório e parecer do fiscal único

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Imoleasing — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A. (sociedade) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhamos a evolução da actividade e os negócios da sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da sociedade todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2000, as demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa e o respectivo anexo, bem como o relatório de gestão, preparado pelo conselho de administração, para o exercício findo naquela data.

Adicionalmente, elaborámos a certificação legal das contas, a qual foi emitida sem reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2001. — O Fiscal Único, Magalhães, Neves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Maria Augusta Cardador Francisco*.

Relatório do auditor

1 — Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Imoleasing — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A. (sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2000, as demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração da sociedade. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião, baseada na nossa auditoria, sobre estas demonstrações financeiras.

2 — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras. Entendemos que a nossa auditoria proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1999 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós auditadas e a nossa opinião sobre as mesmas encontra-se expressa no nosso relatório datado de 18 de Fevereiro de 2000, a qual não continha reservas.

4 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Imoleasing — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A., em 31 de Dezembro de 2000, bem como os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector (nota n.º 2).

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2001. — O Auditor, *Arthur Andersen*.

Extracto da acta da assembleia geral

Aos 27 dias do mês de Março de 2001, pelas 11 horas, reuniu no edifício sede da Caixa Geral de Depósitos, sito na Avenida João XXI, 63, 9.º, sala 9, em Lisboa, a assembleia geral de accionistas da Imoleasing — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A., (...).

(...) Assumiu a presidência da mesa da assembleia geral o Dr. José Manuel Simões Correia, na qualidade de presidente, sendo secretariado pelo Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro, Dr. Vítor Manuel Dinis Lopes na qualidade de secretários da mesa da assembleia geral e pelo Dr. José Hipólito de Oliveira André Figueiras, na qualidade de secretário da sociedade.

(...) Colocado à votação o relatório de gestão do conselho de administração (...) foi o mesmo aprovado por maioria (...).

(...) Entrando no segundo ponto da ordem de trabalhos, referente à deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados no montante de 1 145 890 409\$80, foi apresentada uma proposta pelo Eng. Fernando Sequeira em nome da sua representada Caixa Geral de Depósitos, S. A. (...):

Para reforço da reserva legal	114 589 041\$00
Para reforço de outras reservas	451 051 368\$80

Para distrib. de dividendos	540 000 000\$00
Para distrib. aos trabalhadores da empresa	32 000 000\$00
Para distrib. ao conselho de administração	8 250 000\$00
(...)	

Posta a proposta da Caixa Geral de Depósitos, S. A., à votação, foi a mesma aprovada por maioria (...).

(Sem assinaturas.) 3000075294

NOVABASE, SGPS, S. A.

Relatório n.º 10-E/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção). Matrícula n.º 1495/900126; identificação de pessoa colectiva n.º 502280182; número e data da inscrição: 37/30 de Setembro de 2002.

Maria Filomena da Costa Silva Loureiro, segunda-ajudante, da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa:

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas simples e consolidadas, da sociedade em epígrafe do ano de 2001.

Está conforme o original.

Lisboa, 26 de Julho de 2003. — A Segunda-Ajudante, *Maria Filomena da Costa Silva Loureiro*.

Relatório e contas de 2001

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Raul Bordalo Junqueira.
Secretário: Diogo Leónidas Rocha.

Conselho fiscal:

Presidente: Pedro Rebelo de Sousa.
Manuel de Oliveira Rego, em representação da Oliveira Rego & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.
João Francisco Ferreira de Almada e Quadros Saldanha.

Vogais suplente:

José Miguel Caseiro Martins Godinho.
Alexandre Hipólito dos Santos, em representação da Oliveira Rego & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Conselho de administração:

Presidente: Rogério dos Santos Carapuça.
José Afonso Oom Ferreira de Sousa.
Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho.
Luís Paulo Cardoso Salvado.
João Nuno da Silva Bento.
Álvaro José da Silva Ferreira.
Paulo Jorge Freire Andrez.
João Vasco Tavares da Mota Ranito.
João Filipe Santos Teixeira Neto.
José Carlos de Almeida Pedro de Jesus.
Nuno Miguel Isidoro Duarte.

Mensagem do presidente

Terminou mais um ano de actividade da Novabase. Mais um ano de grande crescimento face ao exercício anterior, quer em volume de negócios (82,5%), quer em resultados operacionais (85,4%), quer em resultados líquidos (38,9%). Retirando o efeito de mais-valias financeiras realizadas em 2000, o crescimento dos resultados líquidos em 2001 foi de 192,4%. Os ganhos por acção (EPS — *earnings per share*) atingiram os 0,315 euros contra 0,227 euros em 2000, ou seja registaram um crescimento de 38,7%. Tudo isto num contexto recessivo, quer nacional quer internacionalmente.

A Novabase é, no final do exercício de 2001, uma empresa quatro vezes maior e com resultados cinco vezes superiores do que no último exercício imediatamente anterior à sua entrada em bolsa (em 1999, apenas há dois anos).

Caminhamos assim, com passos seguros, rumo à liderança do mercado português de tecnologias de informação. Aumentámos também a dimensão das nossas operações no Brasil e iniciámos uma nova frente de trabalho (geografia) em Espanha.

Os novos negócios na área da TV Interactiva prosperaram, constituindo já em 2001 parte significativa do nosso volume de negócios (20,8%). O ASP (Application Service Provider) deu os seus primeiros passos, conquistou os seus primeiros clientes, num ano em que muitos falharam iniciativas deste tipo. Esta divisão representou já 1,8% do volume de negócios da Novabase. Novas áreas emergentes ganharam projecção como a bilhética e o controlo de acessos), estabelecendo a Novabase não apenas como uma empresa de integração de sistemas e *outsourcing*, mas também de soluções de engenharia, envolvendo *hardware* e *software* embarcado.

No plano bolsista o comportamento do título Novabase pode considerar-se positivo dadas as tendências internacionais negativas relativas às empresas do sector das TMT, acentuadas pela fraqueza demonstrada pela bolsa nacional em geral e pelo sector das tecnologias em particular.

A Novabase é, no contexto das suas congéneres cotadas no conjunto das bolsas de Lisboa e Madrid, isto é, no espaço ibérico, a empresa do sector das tecnologias de informação que mais cresceu em 2001, quer em volume de negócios, quer em resultados.

Uma Novabase mais internacional implica mais processos e melhores sistemas. O, exercício de 2001 foi igualmente marcado pela produção e arranque de exploração dos primeiros módulos de uma nova geração de sistemas de informação de gestão internos. Destacam-se as aplicações para a área de recursos humanos (já em produção), para a área comercial (já em produção) e para as áreas financeira, contabilística, logística e de gestão de projectos (a entrar em produção ao longo de 2002).

Uma outra iniciativa na área do *workflow* e gestão documental já permitiu eliminar a maior parte da circulação interna de documentação em papel. Uma nova versão da Intranet e um novo *site* institucional na Internet estão igualmente em fase de conclusão para entrar em funcionamento no início de 2002.

Para 2002 vamos reforçar a nossa organização, reagrupando os nossos negócios em três divisões, com o objectivo de que cada uma delas corresponda a um negócio de características diferentes dos restantes. Assim, teremos a divisão Novabase Consulting, que incluiu as anteriores estruturas Novabase e Consulting, Novabase ASP e a NBO (recrutamento e cedência de recursos humanos). Por seu turno, as áreas de TV Interactiva, bilhética e controlo de acessos integram a nova divisão Novabase Engineering Solutions. Finalmente pretende-se criar uma nova área de formação (quer tradicional, quer baseada em novas plataformas de *e-learning*), materializada na divisão Novabase Training. A marca Octal será utilizada para linhas de equipamentos fornecidas pela divisão Novabase Engineering Solutions.

Em 2002 temos como objectivo aprofundar a nossa aposta na internacionalização das divisões Novabase Consulting e Novabase Engineering Solutions, bem como, na frente doméstica, aprofundar as nossas actividades no domínio do *outsourcing* e dar um novo impulso à área da formação.

Criar novas organizações da Novabase noutros países exige sobretudo uma adequada formalização quer dos nossos valores organizacionais como da nossa forma de funcionar (ADN da Novabase). Este é um pilar fundamental para uma Novabase de dimensão internacional. Uma Novabase que aposta nas pessoas como o seu activo central e que aposta na inovação como alavanca competitiva principal. Queremos e podemos ser uma forte empresa no mercado ibérico das tecnologias de informação e um membro de pleno direito do grupo das empresas com maior potencial de crescimento e valorização no espaço europeu.

O Presidente do Conselho de Administração, *Rogério Carapuça*.

Relatório de gestão do conselho de administração

Srs. Accionistas:

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, cumpre a esta administração submeter à vossa apreciação o relatório e contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

1 — Introdução

Durante o exercício de 2001, a empresa procedeu a um reforço do capital no valor de 27 982 euros, para o total de 14 127 982 euros, traduzido em 28 255 964 acções no valor nominal de 0,5 euros cada uma, tendo sido aprovado em assembleia geral e implementado um Plano de Stock Options para todos os colaboradores do grupo Novabase.

A participação durante 2001, na constituição de três novas sociedades veio permitir o, reforço da oferta da Novabase nas áreas especializadas onde o grupo já opera, bem como a criação de novas ofertas tecnológicas especializadas e a intervenção em novas áreas de elevado potencial.

O universo das participadas da Novabase, cuja consolidação se torna exigível nos termos da lei, é caracterizada pela estreita ligação de todas elas à empresa-mãe, quer em termos de gestão quer em termos de actividade inter-empresas.

A actividade desenvolvida pela Novabase reside na prestação de serviços de apoio à gestão e coordenação das participadas.

Ao nível de gestão, as preocupações dominantes têm sido estruturar as áreas de negócio dotando-as das competências necessárias que potenciem o desenvolvimento da estratégia definida, bem como prosseguir a reflexão estratégica acerca dos melhores sistemas de negócio capazes de corresponder aos desafios estratégicos dos clientes, acreditando continuar a evoluir positivamente, com base na capacidade de inovação já demonstrada e no crescimento sustentado visível ao longo dos últimos anos.

O investimento na participação da constituição das três sociedades referidas totalizou o montante de 555 000 euros.

Da análise das demonstrações financeiras importa referir a manutenção do *ratio* de autonomia financeira em 82% (82% em 2001), reflexo da estrutura financeira da empresa, bem como a manutenção de adequados níveis de liquidez.

2 — Acções próprias

A empresa transaccionou em bolsa cerca de 967 000 acções próprias, ficando em carteira no final do exercício com o total de 87 258 acções próprias.

O preço médio das acções transaccionadas durante o ano de 2001 situou-se entre os sete euros e os 13 euros.

3 — Menções obrigatórias

Durante o exercício, não foram concedidas, nem solicitadas, autorizações para a concretização de negócios entre os administradores e a sociedade.

A empresa não tem débitos em mora à administração fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

4 — Proposta de aplicação dos resultados

O resultado líquido apurado no exercício de 2001, foi de 8 678 420,25 euros, que se propõe tenha a seguinte aplicação:

Reserva legal: 433 921,01 euros (86 993 352\$).

Resultados transitados: 8 244 499,24 euros (1 652 873 697\$).

5 — Agradecimentos

Por último, queremos expressar o nosso apreço e agradecimento aos nossos clientes, pelos desafios que sempre nos colocam; a todos os colaboradores, pelo esforço e dedicação com que desempenharam as suas funções; aos nossos accionistas pela confiança demonstrada; ao conselho fiscal pelo seu permanente acompanhamento e aconselhamento.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2002. — O Conselho de Administração: *Rogério dos Santos Carapuça*, presidente — *José Afonso Oom Ferreira de Sousa* — *Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho* — *Luís Paulo Cardoso Salvado* — *João Nuno da Silva Bento* — *Álvaro José da Silva Ferreira* — *Paulo Jorge Freire Andrez* — *João Vasco Tavares da Mota Ranito* — *João Filipe Santos Teixeira Neto* — *José Carlos de Almeida Pedro de Jesus* — *Nuno Miguel Isidoro Duarte*.

Balção em 31 de Dezembro de 2001

ACTIVO

(Em milhares de euros)

Código das contas	2001			2000
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
44	Imobilizações em curso	—	—	—
43	Imobilizações incorpóreas	11 859	2 258	9 601
42	Imobilizações corpóreas	600	357	243
41	Imobilizações financeiras	32 092	—	32 092
		<u>44 551</u>	<u>2 615</u>	<u>41 936</u>
				<u>29 469</u>
Circulante:				
Existências:				
32	Mercadorias	—	—	—
Dívidas de terceiros:				
211+218	Clientes, c/c	4 779	463	4 316
229	Adiantamentos a fornecedores	32	—	32
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	—	—	—
24	Estado e outros entes públicos	69	—	69
25	Accionistas	—	—	—
268+264+221	Outros devedores	17 092	—	17 092
		<u>21 972</u>	<u>463</u>	<u>21 509</u>
				<u>16 256</u>
Títulos negociáveis:				
18	Outras aplicações de tesouraria	16 233	—	16 233
15	Títulos negociáveis	612	—	612
		<u>16 845</u>	<u>—</u>	<u>16 845</u>
				<u>23 524</u>
Depósitos bancários e caixa:				
13	Depósitos a prazo	—	—	—
12	Depósitos à ordem	67	—	67
11	Caixa	1	—	1
		<u>68</u>	<u>68</u>	<u>953</u>
Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	23	—	23
272	Custos diferidos	16	—	16
		<u>39</u>	<u>39</u>	<u>473</u>
	<i>Total de amortizações</i>		<u>2 615</u>	
	<i>Total de provisões</i>		<u>463</u>	
	<i>Total do activo</i>	<u>83 475</u>	<u>3 078</u>	<u>80 397</u>
				<u>70 675</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas		2001	2000
	Capital próprio:		
51	Capital	14 128	14 100
52	Acções próprias	(44)	—
53	Prestações suplementares	—	—
54	Prémio emissão acções	35 153	34 684
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	6 713	2 724
56	Reservas de reavaliação	—	—
	Reservas:		
571	Reservas legais	319	—
574	Reservas livres	901	15
577	Reservas ob. aquisição acções próprias	—	—
59	Resultados transitados	717	—
		57 887	51 523
88	Resultado líquido	8 678	6 371
		66 565	57 894

(Em milhares de euros)

Código das contas		2001	2000
Passivo:			
Dívidas a terceiros:			
231+12	Dívidas a instituições de crédito	31	—
221	Fornecedores, c/c	1 262	1 332
219	Adiantamentos de clientes	—	—
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	—	—
255	Accionistas	—	—
24	Estado e outros entes públicos	124	496
262/268	Outros credores	12 182	10 720
		<u>13 599</u>	<u>12 548</u>
Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	202	202
274	Proveitos diferidos	31	31
		<u>233</u>	<u>233</u>
<i>Total do capital próprio e do passivo</i>		<i>80 397</i>	<i>70 675</i>

O Conselho de Administração: Rogério dos Santos Carapuça, presidente — José Afonso Oom Ferreira de Sousa — Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho — Luis Paulo Cardoso Salvado — João Nuno da Silva Bento — Álvaro José da Silva Ferreira — Paulo Jorge Freire Andrez — João Vasco Tavares da Mota Ranito — João Filipe Santos Teixeira Neto — José Carlos de Almeida Pedro de Jesus — Nuno Miguel Isidoro Duarte. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2001

CUSTOS E PERDAS

Código das contas		2001	2000
61	Custo das mercadorias vendidas	—	33
62	Fornecimentos e serviços externos	1 467	1 079
64	Custos com pessoal:		
641+642	Remunerações	1 328	1 324
645+646+647	Encargos sociais	150	195
66	Amortizações do exercício	945	1 078
67	Provisões	73	462
63	Impostos	1	3
65	Outros custos operacionais	3	2
	(A)	3 967	4 176
684	Amortizações e prov. de aplicações e inv. financeiros	—	—
681+685/8	Juros e custos similares	697	476
	(C)	4 664	4 652
69	Custos e perdas extraordinários	228	881
	(E)	4 892	5 533
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	245	196
	(G)	5 137	5 729
88	Resultado líquido	8 678	6 371
		<u>13 815</u>	<u>12 100</u>

PROVEITOS E GANHOS

Código das contas		2001	2000
71+72	Vendas e prestações de serviços	2 340	2 888
73	Proveitos suplementares	16	1
74	Subsídios à exploração	—	8
75	Trabalhos para a própria empresa	—	784
76	Outros proveitos operacionais	—	—
	(B)	2 356	3 681
781+782+785	Outros juros e proveitos similares	11 043	8 253

(Em milhares de euros)

Código das contas	2001	2000
(D)	13 399	11 934
79 Proveitos e ganhos extraordinários	417	166
(F)	13 815	12 100

Resumo:

Resultados operacionais: (B)–(A)	– 1 611	– 495
Resultados financeiros: (D–B)–(C–A)	10 346	7 777
Resultados correntes: (D–C)	8 735	7 282
Resultado antes de imposto: (F)–(E)	8 923	6 567
Resultado líquido do exercício: (F)–(G)	8 678	6 371

O Conselho de Administração: Rogério dos Santos Carapuça, presidente — José Afonso Oom Ferreira de Sousa — Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho — Luís Paulo Cardoso Salvado — João Nuno da Silva Bento — Álvaro José da Silva Ferreira — Paulo Jorge Freire Andrez — João Vasco Tavares da Mota Ranito — João Filipe Santos Teixeira Neto — José Carlos de Almeida Pedro de Jesus — Nuno Miguel Isidoro Duarte. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados por funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

	2001	2000
Vendas e prestação de serviços	2 340	2 888
Custo das vendas e das prestações de serviços	2 336	1 759
Resultados brutos	4	1 129
Outros proveitos e ganhos operacionais	208	175
Custos de distribuição	17	104
Custos administrativos	—	—
Outros custos e perdas operacionais	798	672
Resultados operacionais	(603)	528
Custo líquido de financiamento	180	116
Ganhos/perdas em filiais e associadas	8 328	2 307
Ganhos/perdas em outros investimentos	1 378	4 132
Resultados não usuais	—	784
Resultados correntes	8 923	6 567
Impostos sobre os resultados correntes	245	196
Resultados correntes após impostos	8 678	6 371
Resultados extraordinários	—	—
Impostos sobre resultados extraordinários	—	—
Resultado líquido	8 678	6 371
Resultados por acção	0,00031	0,00032

O Conselho de Administração: Rogério dos Santos Carapuça, presidente — José Afonso Oom Ferreira de Sousa — Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho — Luís Paulo Cardoso Salvado — João Nuno da Silva Bento — Álvaro José da Silva Ferreira — Paulo Jorge Freire Andrez — João Vasco Tavares da Mota Ranito — João Filipe Santos Teixeira Neto — José Carlos de Almeida Pedro de Jesus — Nuno Miguel Isidoro Duarte. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Anexo ao balanço e demonstração dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001

(Montantes expressos em milhares de euros)

Nota introdutória:

A Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. (adiante designada por Novabase ou empresa), criada inicialmente sob

a denominação de Novabase — Sistemas de Informação e Base de Dados, L.^{da}, é a empresa mais antiga do Grupo Novabase, detendo as participações sociais das restantes empresas do Grupo. Constituída em 11 de Maio de 1989, teve como actividade principal a produção e comercialização de sistemas informáticos até ao final de 1999.

Em 23 de Dezembro de 1999, esta empresa alterou a sua denominação social e o seu objecto, convertendo-se numa sociedade gestora de participações sociais, tendo como objecto a gestão de participações sociais de outras empresas como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A actividade da Novabase, enquanto sociedade gestora de participações sociais, é regulada pelo Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 318/94, de 24 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 378/98, de 27 de Novembro, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos estatutos e demais legislação aplicável.

1 — Derrogações ao Plano Oficial de Contabilidade:

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no POC, sendo de referir que os números não identificados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância dos valores e/ou informações a reportar.

2 — Valores comparativos:

Excepto quanto ao referido no parágrafo seguinte, as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 são consistentes em todos os seus aspectos materialmente relevantes com as contas do exercício precedente, não se tendo verificado alterações nas políticas contabilísticas com efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

Durante o exercício findo em 2001, a empresa utilizou o método de amortização de quotas constantes por duodécimos aos bens adquiridos no exercício. O efeito da aplicação deste método gerou uma redução nas amortizações do exercício no valor de 337 milhares de euros.

3 — Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos:

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas. — As imobilizações incorpóreas incluem nas diferentes rubricas de despesas de instalação e trespasses, valorizadas ao custo de aquisição e deduzidas das respectivas amortizações, nomeadamente:

Despesas incorridas aquando da operação de dispersão de capital da Novabase na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto (BVLVP), nomeadamente despesas de instalação. Estas despesas são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos;

Trespases, relativos à diferença entre o valor de aquisição de participações financeiras e o valor patrimonial equivalente das empresas adquiridas, à data de aquisição, as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de dez anos.

Em 2001, a empresa utilizou o método de amortização de quotas constantes por duodécimos aos bens adquiridos no exercício. O efeito da aplicação deste método gerou uma redução nas amortizações do exercício em 337 milhares de euros.

b) Imobilizações corpóreas. — Os bens do activo imobilizado são registados ao custo de aquisição, acrescido das despesas necessárias à sua colocação em funcionamento. As despesas efectuadas em benefício de imobilizações que aumentem a sua vida útil são capitalizadas e as despesas de manutenção, conservação e reparação são consideradas como custos quando incorridas.

As amortizações são calculadas a partir do ano de entrada em funcionamento ou início da utilização dos bens, segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas anuais definidas no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de Janeiro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. As taxas mais significativas são como segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento de transporte	4

c) Investimentos financeiros. — Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido do valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o valor das participações financeiras é ajustado anualmente pela percentagem correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício; adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros (v. nota n.º 16).

d) Contas a receber. — As contas a receber são relevadas ao seu valor líquido de realização, o qual é determinado tendo em consideração as provisões necessárias para os créditos de cobrança duvidosa. Estas provisões são constituídas com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber no final de cada ano.

f) Operações em moeda estrangeira. — As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação, salvo se o câmbio estiver fixado pelas partes ou garantido por uma terceira entidade.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

g) Responsabilidades para férias e subsídio de férias. — O valor das responsabilidades por férias e subsídio de férias e respectivos encargos de 2001, a pagar no ano seguinte, foi imputado como custos desses exercícios, por contrapartida da rubrica de acréscimos de custos (nota n.º 48, alínea c)).

h) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações. — Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de imobilizações estão registados em balanço, na rubrica proveitos diferidos para posterior reconhecimento na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas. A parcela do subsídio reconhecido como proveito no exercício integra os resultados extraordinários consolidados do exercício.

i) Especialização de exercícios. — A empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (nota n.º 48, alínea c)).

j) Imposto sobre o rendimento. — O encargo com o imposto sobre o rendimento é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), sendo reconhecidas contabilisticamente, se relevantes as situações de diferimento de imposto, em conformidade, com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 12 (revista), aplicada supletivamente ao Plano Oficial de Contabilidade por força da entrada em vigor da Directriz Contabilística n.º 18 (v. nota n.º 6).

6 — Imposto sobre o rendimento:

O pagamento do IRC é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas, até ao exercício de 1997, a inspecção eventual pelas autoridades fiscais, durante um período de cinco anos contado a partir do exercício a que respeitam. A Lei Geral Tributária, pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1999 e veio estabelecer um prazo de caducidade de quatro anos, o que significa que os anos de 1998 em diante ficam sujeitos a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de quatro anos.

Os serviços de inspecção da segurança social têm 10 anos para efectuar correcções aos valores declarados pela empresa, encontrando-se, à presente data, em aberto os anos de 1992 a 2001. De acordo com informação recebida pela empresa não foi efectuada qualquer inspecção ao nível das contribuições para a segurança social.

A diferença entre a taxa real de 2,7% e a taxa nominal de 35,2%, resulta essencialmente de não serem consideradas para efeitos como proveito fiscal os ganhos em empresas do grupo provenientes da aplicação do método da equivalência patrimonial, os quais só serão tributados aquando da atribuição dos dividendos.

7 — Número médio de pessoal:

No final do exercício, a empresa tinha 11 empregados (2000: 11).

8 — Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento:

Em 31 de Dezembro de 2001 e de 2000, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2001	2000
Despesas de instalação	256	256
Amortização acumulada	(182)	(97)
	74	159

9 — Trespases:

Esta rubrica regista 11 600 milhares de euros respeitante ao *goodwill* apurado na aquisição das participações sociais das empresas associadas. A amortização dos trespases será efectuada pelo período de 10 anos, que se considera ser o período necessário para recuperar o investimento efectuado.

10 — Movimento do activo imobilizado:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Activo bruto:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfe-rências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	256	—	—	—	256
Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	—	3	3
Trespases (nota n.º 16)	9 621	3 906	(1 927)	—	11 600
Imobilizações em curso	3	—	—	(3)	—
	9 880	3 906	(1 927)	—	11 859
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	544	—	—	—	544
Equipamento básico	33	1	—	—	34
Equipamento transporte	21	—	—	—	21
Ferramentas e utensílios	—	1	—	—	1
	598	1	—	—	600
Imobilizações financeiras:					
Partes de capital empresa do grupo e part. (nota n.º 16)	20 852	11 673	(435)	—	32 090
Títulos e outras aplicações financeiras	1	1	—	—	2
<i>Total</i>	20 853	11 674	(435)	—	32 092

Amortizações acumuladas:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfe-rências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	97	85	—	—	182
Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	—	—	—
Trespases (nota n.º 16)	1 445	631	—	—	2 076
	1 542	716	—	—	2 258
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	288	26	—	—	314
Equipamento básico	11	11	—	—	22
Equipamento transporte	21	—	—	—	21
	320	37	—	—	357
<i>Total</i>	1 862	753	—	—	2 615

Durante o exercício, a empresa celebrou diversos contratos de aluguer de viaturas, os quais, em termos contabilísticos, tiverem diferentes enquadramentos: i) nas demonstrações individuais foram considerados como contratos operacionais e ii) nas demonstrações consolidadas foram considerados como contratos financeiros e consequentemente imobilizados.

O montante dos contratos ascende a 431 milhares de euros e valor das respectivas amortizações ascende a 176 milhares de euros, dos quais 78 milhares de euros são do exercício. O montante de capital em dívida, conforme mencionado na nota n.º 31 (ii) ascende a 241 milhares de euros.

16 — Empresas do grupo, associados e participadas:

(i) Em 31 de Dezembro de 2001, as empresas do grupo, participadas e associadas eram como segue:

Denominação social	Sede	Percen- tagem de parti- cipação	31 de Dezembro de 2001	
			Capital próprio	Result. do exercício
Empresas do Grupo:				
Novabase — Suporte à Decisão, S. A.	Lisboa	96,52	1 762	1 135
Novabase Porto, S. A.	Porto	100.00	1 017	47

Denominação social	Sede	Porcentagem de participação	31 de Dezembro de 2001	
			Capital próprio	Result. do exercício
NBO Recursos em TI, S. A.	Lisboa	100,00	2 419	1 939
C Focus — Soluções de Marketing, S. A.	Lisboa	86,00	835	556
Novabase Serviços, S. A.	Lisboa	100,00	426	196
Mentor.IT — Consultoria em TT, S. A.	Lisboa	77,50	77	26
Novabase — Sistemas de Informação, S. A.	Lisboa	74,81	3 306	72
Novabase — Desenvolvimento à Medida, S. A.	Lisboa	94,95	3 802	2 287
Novabase Data Quality, S. A.	Lisboa	96,00	2 473	1 397
Mind — Software Multimedia e Industrial, S. A. (a)	Lisboa	50,00	325	187
Sapi 2-ci — Consultoria Informática, L. ^{da} (b)	Porto	50,00	236	95
Sapi 2-pi — Projectos Informáticos, L. ^{da} (b)	Porto	50,00	19	63
Novabase — Geoinformação, S. A.	Lisboa	74,99	82	69
Novabase Saúde, S. A.	Lisboa	55,00	2 106	(238)
Octal — Engenharia de sistemas, S. A.	Lisboa	100,00	4 711	1 032
Novabase Brasil, Ltda.	São Paulo	80,00	1 070	(310)
Octaltv, S. A.	Lisboa	60,67	1 523	1 294
Novabase — Outsourcing, S. A.	Lisboa	92,50	2 549	51
Novabase — Integração de Processos, S. A.	Lisboa	90,00	328	184
Ontv, S. A. (a)	Lisboa	51,00	388	253
SAF, S. A.	Lisboa	51,00	410	(13)
Novabase — Gestão Empresarial, S. A.	Lisboa	97,50	563	112
Novabase — Gestão de Activos, S. A.	Lisboa	100,00	50	—
TVLab, S. A. (a)	Lisboa	50,00	461	(65)
Celfocus, S. A.	Lisboa	47,30	505	356
Praetor II, L. ^{da}	Lisboa	96,52	1	5
Praetor III, L. ^{da}	Lisboa	96,52	57	5

Sub-grupo Novabase Capital:

Novabase Capital, SGPS, S. A.	Lisboa	100,00	3 836	(52)
------------------------------------	--------	--------	-------	------

Subsidiárias:

Deltafor, L. ^{da}	Lisboa	100,00	387	90
Milenar, S. A.	Lisboa	75,00	105	9
Clipanúncios, S. A.	Lisboa	25,00	341	(79)
Manchete, S. A.	Lisboa	25,00	250	(34)
SuperEmprego, S. A.	Lisboa	36,25	(85)	(361)
Dínamo, S. A.	Lisboa	40,00	493	26
NetSaúde	Lisboa	20,00	1 631	(369)

(a) Entidade conjuntamente controlada.

(b) Existe um acordo parassocial entre os actuais sócios, dando à Novabase um controlo maioritário na gestão da Sapi2.

Durante o exercício, a empresa alienou participações na Mercabolsa, Codeware e WebMedia.

No decurso de 2001, a Novabase continuou a apostar no seu modelo de desenvolvimento empresarial que privilegia a constituição de *spin-offs*, tendo sido constituída a Novabase Gestão Empresarial, S. A., a TVLab, S. A., e foi ainda constituída a Novabase Gestão de Activos, S. A., que iniciou a sua actividade só no princípio de 2002.

A Novabase apresenta as suas contas consolidadas com estas empresas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, o qual define as normas relativas à consolidação de contas em Portugal.

(ii) A composição dos investimentos financeiros sumariza-se como segue:

	Saldo inicial	Aquisições (a)	Percent. de participação de result. (nota n.º 45)	Ajustam. de partes de capital (nota n.º 40)	Percent. de participação de result. (nota n.º 45)	Dividendos	Saldo final
Empresas do Grupo:							
Novabase — Suporte Decisão	671	29	1 095	(95)	—	—	1 701
Novabase Porto	968	—	46	—	—	—	1 015
NBO	530	—	1 934	(52)	—	—	2 413
CFOCUS	244	18	477	(24)	—	—	716
Novabase Serviços	229	—	196	—	—	—	425
Mentorit	40	—	20	—	—	—	60
Novabase Capital	3 805	(318)	—	401	(52)	—	3 836
Novabase — Sistemas Informação	3 316	(363)	54	(67)	—	—	2 940
Novabase — Desenvolvimento Medida	1 452	50	2 166	(66)	—	—	3 602
Novabase Data Quality	996	66	1 338	(32)	—	—	2 368
Mind	105	—	93	(36)	—	—	162
Sapi 2	130	—	47	(59)	—	—	118
Novabase Geoinformação	10	—	52	—	—	—	62
Novabase Saúde	1 286	—	—	—	(131)	—	1 156
Octal	1 675	1 995	1 029	—	—	—	4 700

	Saldo inicial	Aquisições (a)	Percent. de participação de result. (nota n.º 45)	Ajustam. de partes de capital (nota n.º 40)	Percent. de participação de result. (nota n.º 45)	Dividendos	Saldo final
Novabase Brasil	806	—	—	296	(247)	—	854
Octal TV	127	—	648	—	—	—	775
Novabse Outsourcing	2 305	—	48	—	—	—	2 353
Novabase — Integração Processos	129	—	165	—	—	—	294
ONTV	69	—	129	—	—	—	197
SAF	215	—	—	—	(7)	—	208
Novabase — Gestão Empresarial	—	439	109	—	—	—	548
TVLab	—	262	—	—	(32)	—	230
Novabase — Gestão de Activos	—	50	—	—	—	—	50
Mercabolsa	23	(23)	—	—	—	—	—
Codeware	412	(412)	—	—	—	—	—
	<u>19 542</u>	<u>1 794</u>	<u>9 647</u>	<u>267</u>	<u>(469)</u>	<u>—</u>	<u>30 780</u>
Empresas associadas:							
Infordesporto	<u>1 310</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>1 310</u>
	<u>20 852</u>	<u>1 794</u>	<u>9 647</u>	<u>267</u>	<u>(469)</u>	<u>—</u>	<u>32 090</u>

(a) O valor de aquisição encontra-se reduzido pelo valor de trespasses (nota n.º 9). Na nota n.º 10, o valor dos aumentos inclui i) o valor de aquisição e ii) o valor de trespasses.

O investimento é inicialmente registado pelo seu custo, sendo a respectiva participação financeira subsequentemente ajustada, em cada período, pelas alterações ocorridas no capital próprio das participadas — após eliminação de operações entre elas. Os lucros obtidos pelas participadas aumentam o valor do investimento e os prejuízos diminuem; aquando da distribuição de resultados, o valor do investimento é diminuído visto que pelo reconhecimento dos lucros o valor do investimento tinha já sido aumentado.

(iii) Os saldos em 31 de Dezembro de 2001 e as transacções efectuadas durante o exercício findo naquela data com as empresas do Grupo Novabase, resumiram-se como segue:

	Activo		Passivo		Demonstração de resultados		
	Clientes	Outros devedores	Fornec.	Outros credores	Fornec. e serviços externos	Prest. de serviços	Prest. suplementares
Novabase Serviços	460	2 679	—	175	—	—	—
Novabase — Sistemas Informação	126	—	2	5 474	2	2	—
Novabase Data Quality	—	—	62	2 406	2	—	—
Novabase Saúde	175	—	—	—	1	150	—
Novabase Outsourcing	—	341	3	1 193	—	115	—
Novabase — Integração Processos	48	2 368	—	67	1	87	—
Cfocus	37	1 611	—	—	—	—	—
Novabase Porto	60	1 152	101	—	10	—	—
Novabase — Suporte Decisão	50	—	—	1 566	2	—	—
Novabase — Gestão Empresarial	19	1 323	—	203	—	1	—
NBO	—	—	30	70	—	—	—
Novabase Porto	—	900	101	—	—	—	—
Novabase Serviços	460	2 679	—	175	—	209	—
Novabase — Desenvolvimento Medida	3	299	—	—	—	5	—
Novabase Capital	28	—	827	—	698	171	—
Mentor	13	116	—	—	1	—	—
Octal	2 329	998	2	—	—	873	—
OctalTV	740	2 199	—	—	—	598	—
Mind	10	175	—	—	—	—	—
Novabase Geoinformação	4	343	—	—	—	—	—
Celfocus	—	—	—	—	—	—	—
Novabase Brasil	72	1 287	—	—	—	75	—
Novabase — Gestão de Activos	—	—	—	47	—	—	—
TVLab	—	1	—	—	—	—	—
Deltafor	—	115	13	—	12	—	—
	<u>4 634</u>	<u>18 585</u>	<u>1 142</u>	<u>11 377</u>	<u>728</u>	<u>2 285</u>	<u>—</u>

23 — Dívidas de cobrança duvidosa:

O valor das dívidas de cobrança duvidosa teve a seguinte evolução:

	2001	2000
Clientes de cobrança duvidosa	468	789

28 — Estado e outros entes públicos:

A empresa não tem débitos em mora ao Estado ou outros entes públicos. Contudo, existe uma participada, cuja regularização de dívidas ao Estado foi autorizada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto — Plano Mateus; o valor total em dívida a 31 de Dezembro de 2001, ascende a 9 milhares de euros e o vencimento da última prestação é em Março de 2002.

31 — Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço:

Existem compromissos financeiros que não figuram no balanço resultantes de:

i) Garantias bancárias prestadas a terceiros destinadas a servir de caução aos projectos em curso nas seguintes empresas do grupo (em milhares de euros):

Novabase — Desenvolvimento Medida	BPI	60
Novabase Suporte Decisão	BES	131
Novabase — Gestão Empresarial	BPI	43
Novabase Saúde	BCP	137
Novabase — Integração de Processos	BPI	22
NBO	BPI	2
Novabase Porto	BPI	77
Novabase — Suporte Decisão	BES	142
Novabase — Suporte Decisão	BPI	553
Novabase — Sistemas Informação	BES	502
Novabase — Sistemas Informação	BPI	598

2 267

ii) rendas vincendas resultantes de contratos de aluguer de viaturas (AOV), no montante de 241 milhares de euros e respectivos encargos financeiros, no montante de 52 milhares de euros.

32 — Garantias prestadas:

O montante de 1162 milhares de euros resulta de garantias bancárias emitidas pela empresa junto dos seguintes bancos:

- i) Banco Português de Investimento, 689 milhares de euros;
- ii) Banco Nacional Ultramarino, 206 milhares de euros;
- iii) Mapfre, 74 milhares de euros;

- iv) Caixa Geral de Depósitos, 63 milhares de euros; e
- v) Banco Português do Atlântico, 130 milhares de euros.

34 — Movimento ocorrido nas provisões:

O movimento ocorrido no exercício de 2001 detalha-se da seguinte forma:

	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Reduções	Saldo final
Provisões para cobr. duvidosas:					
Cientes de cobr. duvidosa	515	74	—	(126)	463

35 — Movimento ocorrido no capital:

Por escritura de 1 de Junho de 2001, o capital social da empresa passou de 14 000 100 euros para 14 127 982 euros, sendo o aumento no montante de 27 982 euros, realizado através da emissão de 55 964 novas acções ordinárias, com o valor nominal de meio euro cada.

38 — Aumento do capital no exercício:

Conforme já descrito na nota n.º 35, a empresa procedeu a um aumento de capital, sendo o seu montante, integralmente subscrito e realizado, de 27 982 euros, através da emissão de 55 964 novas acções ordinárias, com o valor nominal de meio euro cada. Assim, a 31 de Dezembro de 2001, o capital social da empresa no valor de 14 128 milhares de euros, era representado por 28 255 964 acções, no valor nominal de meio euro cada.

40 — Variação nas outras rubricas de capital próprio:

O movimento ocorrido nas outras rubricas de capital próprio durante o exercício de 2001 foi como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital	14 100	28	—	14 128
Prémio de emissão de acções	34 684	1 370	(901)	35 153
Acções próprias	—	(44)	—	(44)
Ajustamentos de partes de capital (nota n.º 16)	2 724	3 989	—	6 713
Reserva legal	—	319	—	319
Reservas livres	15	901	(15)	901
Resultados transitados	—	6 053	(5 336)	717
Resultado líquido do exercício:				
2000	6 371	—	(6 371)	—
2001	8 678	—	8 678	—
	<u>57 894</u>	<u>21 294</u>	<u>(12 623)</u>	<u>66 565</u>

A empresa alienou 96 111 acções próprias a diversos promotores de empresas participadas, tendo em carteira a 31 de Dezembro de 2001, 87 258 acções próprias.

A variação ocorrida no exercício de 2001 nas rubricas de ajustamentos de partes de capital em empresas filiais e associadas deve-se:

- i) Às regularizações descritas na nota n.º 16; e
- ii) aos montantes correspondentes a lucros imputáveis à participação e não distribuídos, os quais se encontravam em resultados transitados.

De acordo com a legislação vigente, a empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja 20% do capital social. A reserva legal e o prémio de emissão de acções não podem ser distribuídos aos accionistas podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Por deliberação da assembleia geral de Maio de 2001, a empresa procedeu à aplicação do resultado do exercício de 2000 como segue:

- i) 318 milhares de euros para reservas legais; e
- ii) 6053 milhares de euros para resultados transitados.

43 — Remuneração dos membros dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais durante o exercício de 2001 ascenderam a 1322 milhares de euros.

44 — Vendas e prestações de serviços por mercados geográficos:

A generalidade dos serviços prestados está relacionada com a actividade principal referida na nota introdutória a este anexo. Todos os proveitos dessa actividade foram gerados no mercado interno.

Uma análise dos serviços prestados por segmento de negócio consta do relatório de gestão.

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS		
	2001	2000
Juros suportados	149	82
Perdas em empresas do Grupo e associadas (nota n.º 16)	469	351
Diferenças de câmbio desfavorável	—	8
Perdas alienação aplicações tesouraria	48	—
Outros custos e perdas financeiros	31	35
	<u>697</u>	<u>476</u>
Resultados financeiros	<u>10 346</u>	<u>7 777</u>
	<u>11 043</u>	<u>8 253</u>

PROVEITOS E GANHOS

	2001	2000
Juros obtidos	1 396	764
Ganhos em empresas do Grupo e associadas (nota n.º 16)	9 646	4 120
Diferenças de câmbio desfavoráveis	—	3
Ganhos alienação aplicações tesouraria	—	3 365
Outros proveitos e ganhos financeiros	1	1
	<u>11 043</u>	<u>8 253</u>

As rubricas de perdas em empresas do grupo e anos em empresas do grupo reflectem os resultados do exercício de 2001 apropriados no âmbito da aplicação do método da equivalência patrimonial, referido na nota n.º 16.

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS

	2001	2000
Donativos	18	—
Perdas em imobilizações	204	1
Multas e penalidades	—	—
Correcções relativas a exercícios anteriores	1	95
Outros custos e perdas extraordinários	5	785
	<u>228</u>	<u>881</u>
Resultados extraordinários	<u>189</u>	<u>(715)</u>
	<u>417</u>	<u>166</u>

PROVEITOS E GANHOS

	2001	2000
Ganhos em imobilizações	225	3
Redução de amortizações e provisões	126	6
Correcções relativas a exercícios anteriores	3	100
Outros proveitos e ganhos extraordinários	63	57
	<u>417</u>	<u>166</u>

47 — Informações exigidas por diplomas legais:

Nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informamos não ser a empresa devedora de quaisquer contribuições vencidas à segurança social.

48 — Outras informações:

a) Estado e outros entes públicos:

Os saldos com estas entidades são os seguintes:

	Saldos devedores		Saldos credores	
	2001	2000	2001	2000
Imposto sobre o rendimento — IRC	69	160	54	64
IRS/IRC — Retenções na fonte	—	—	54	64

	Saldos devedores		Saldos credores	
	2001	2000	2001	2000
Imposto sobre o valor acrescentado	—	—	55	407
Segurança social	—	—	14	25
	<u>69</u>	<u>160</u>	<u>124</u>	<u>496</u>

b) Outros devedores e credores:

	2001	2000
Outros devedores:		
Pessoal	215	5
Devedores diversos — empresas do Grupo (nota n.º 16)	15 031	8 265
Outros devedores	<u>1 845</u>	<u>953</u>
	<u>17 092</u>	<u>9 223</u>
Outros credores:		
Pessoal	17	—
Cred. por subscrições não liberadas (a)	1 976	2 594
Cred. diversos — empresas do Grupo (a)	9 688	6 634
Outros credores	<u>501</u>	<u>1 492</u>
	<u>12 182</u>	<u>10 720</u>

(a) Estes valores totalizam 11 664 milhares de euros, e a sua decomposição consta na nota n.º 16 (iii).

c) Acréscimos e diferimentos:

	2001	2000
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	<u>23</u>	<u>461</u>
Custos diferidos:		
Seguros	<u>16</u>	<u>12</u>
Acréscimos de custos:		
Férias, subs. de férias e outros encargos com órgãos sociais	202	193
Outros acréscimos de custos	—	9
	<u>202</u>	<u>202</u>
Proveitos diferidos:		
Subsídios para invest. em imobilizado	31	31

49 — Reconciliação da rubrica de resultados extraordinários evidenciado na demonstração dos resultados por naturezas e na demonstração dos resultados por funções:

A demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com o estabelecido pela Directriz Contabilística n.º 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários diferente do definido no POC para preparação da demonstração dos resultados por natureza. Assim, o valor dos resultados extraordinários 189 milhares de euros apresentado na demonstração dos resultados por/ naturezas (v. nota n.º 46), foi reclassificado para as rubricas de outros proveitos e ganhos operacionais, o que proporciona as seguintes diferenças nas naturezas de resultados:

	2001			2000		
	Por naturezas	Reclas-sificação	Por funções	Por naturezas	Reclas-sificação	Por funções
Resultados operacionais	(1 611)	1 008	(603)	(494)	1 023	529
Resultados financeiros	10 346	(10 346)	—	7 777	(7 777)	—
Resultados correntes	8 735	188	8 923	7 283	(715)	6 568

	2001			2000		
	Por naturezas	Reclas-sificação	Por funções	Por naturezas	Reclas-sificação	Por funções
Resultados extraordinários	189	(189)	—	(715)	715	—
Resultados líquido do exercício	8 678	—	8 678	6 371	—	6 371

O Conselho de Administração: *Rogério dos Santos Carapuça*, presidente — *José Afonso Oom Ferreira de Sousa* — *Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho* — *Luís Paulo Cardoso Salvado* — *João Nuno da Silva Bento* — *Álvaro José da Silva Ferreira* — *Paulo Jorge Freire Andrez* — *João Vasco Tavares da Mota Ranito* — *João Filipe Santos Teixeira Neto* — *José Carlos de Almeida Pedro de Jesus* — *Nuno Miguel Isidoro Duarte*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas e relatório de auditoria

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2001, (que evidencia um total de 80 397 milhares de euros e um total de capital próprio de 66 565 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 8678 milhares de euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração da empresa:

a) A preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;

b) A informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;

e) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade, a posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;

A apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação:

a) Da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos

os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., em 31 de Dezembro de 2001, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 7 de Março de 2002. — Oliveira Rêgo & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel de Oliveira Rêgo*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

1 — No desempenho das funções previstas no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao conselho fiscal emitir relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

2 — O conselho fiscal acompanhou os actos de gestão mais relevantes e efectuou verificações ao longo do ano às contas e aos sistemas de controlo interno, apresentando relatórios dos trabalhos, bem como sugestões quando as considerou adequadas. No desenvolvimento da sua actividade este conselho contou sempre com a melhor colaboração do conselho de administração e dos serviços.

3 — Nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, o conselho apreciou o relatório anual do revisor oficial de contas.

4 — No final do exercício o conselho fiscal analisou os documentos de prestação de contas e o relatório apresentados pelo conselho de administração, procedeu às verificações que considerou convenientes e apreciou a certificação legal das contas e relatório do auditor, em relação à qual dá a sua concordância.

5 — *Parecer*:

Tudo devidamente ponderado, designadamente o que se contém na certificação legal das contas, somos de parecer que a assembleia geral:

a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2001, apresentados pelo conselho de administração;

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão apresentada pelo conselho de administração;

c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 7 de Março de 2002. — O Conselho Fiscal: *Pedro Rebelo de Sousa*, presidente — *João Francisco F. de A. E. Quadros Saldanha*, vogal — Oliveira Rêgo & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel de Oliveira Rêgo*.

Relatório e contas consolidadas de 2001

Relatório consolidado de gestão do conselho de administração

Srs. Accionistas:

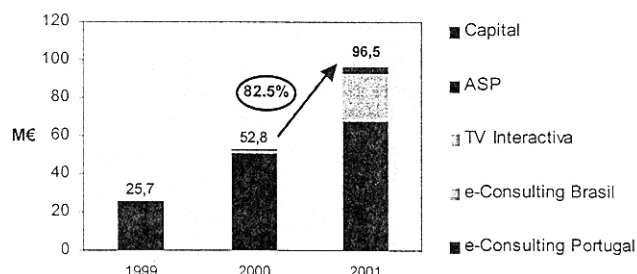
Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, cumpre a esta administração submeter à vossa apreciação o relatório consolidado e contas consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

1 — Indicadores chave

1.1 — Volume de negócios

O volume de vendas e prestação de serviços consolidados em 2001 atingiu os 96,5 milhões de euros, o que representa um crescimento de 82,5% face aos 52,8 milhões de euros registados em 2000.

Volume de negócios

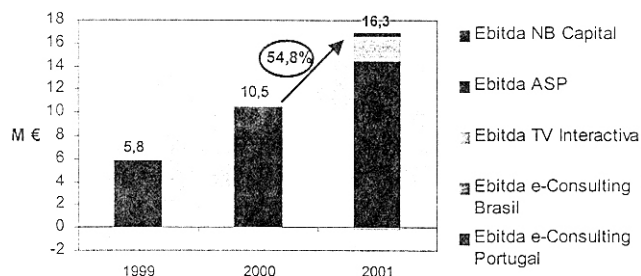


1.2 — Margem EBITDA

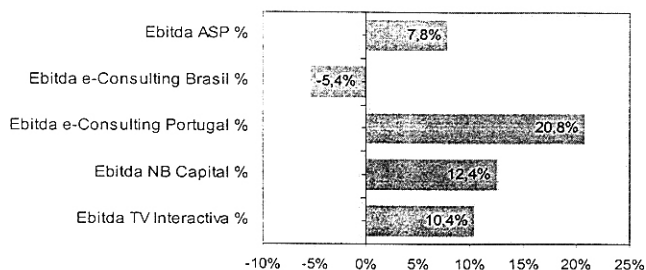
O *cash-flow* operacional (EBITDA) atingiu os 16,3 milhões de euros, mais 54,8% face aos 10,5 milhões de euros registados em 2000.

A margem global Ebitda manteve-se em níveis elevados em 2001, cifrando-se em 16,9%, inferior como se previa à margem global de 2000, que se cifrou em 19,9%, o que resulta da entrada em novos negócios com margens diferentes, caso da TV Interactiva, da entrada em negócios emergentes, caso da Novabase ASP e da entrada em mercados geográficos novos, caso da Novabase Brasil. Os resultados operacionais (EBIT) atingiram os 11,7 milhões de euros, o que traduz um crescimento de 85,4% face a 2000, em que se cifraram em 6,3 milhões de euros.

Cash-flow operacional (EBITDA)



Cash-flow operacional (EBITDA)

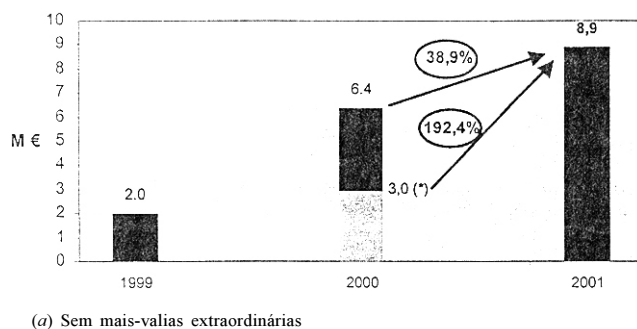


1.3 — Resultados líquidos

Os resultados líquidos consolidados em 2001, já deduzidos de interesses minoritários, atingiram 8,9 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 38,9% face a 2000, em que se cifraram em 6,4 milhões de euros.

O crescimento real foi de 192,4%, quando comparados com os resultados líquidos consolidados de 2000 expurgados da mais valia extraordinária de 3,4 milhões de euros registada em 2000.

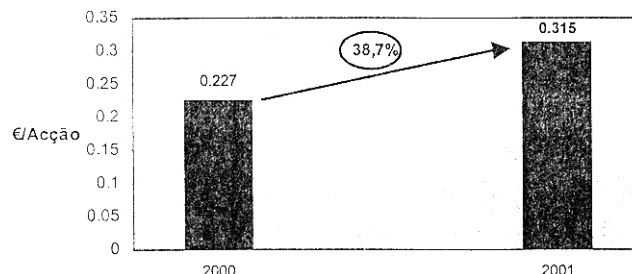
Resultados líquidos consolidados



1.4 — EPS (Earnings PerShare)

Os EPS (lucro por acção) subiram para 0,315 euros por acção contra os 0,227 obtidos em 2000, ou seja um crescimento de 38,7%.

Ganhos por acção (EPS)



2 — Enquadramento macro-económico

O ano de 2001 ficou caracterizado como um ano difícil para a economia portuguesa. Em termos internos, assistiu-se à desaceleração da procura privada de consumo e investimento, o que era já previsível após o ciclo de forte expansão suportado pelo aumento do crédito. Em termos de cenário externo o ano foi caracterizado por um forte arrefecimento da economia americana, acelerado após 11 de Setembro com os acontecimentos ocorridos nos EUA.

Em Portugal, o PIB deverá ter crescido em 2001 apenas cerca de 1%, como resultado da queda do investimento privado e do abrandamento do consumo dos particulares, situação atenuada pela expansão da despesa pública e pelo crescimento das exportações.

A taxa de desemprego deverá ter-se situado próximo dos 4%, um dos valores mais baixos da zona euro. No entanto o crescimento dos salários parece ter sido excessivo face aos nossos parceiros comerciais, sobretudo quando apresentamos uma evolução reduzida da produtividade.

O Banco Central Europeu (BCE) optou por uma estratégia de redução moderada das taxas de juro, em contraste evidente à opção da Reserva Federal dos EUA de redução agressiva das taxas de juro apoiada pelo excelente comportamento do dólar americano.

As perspectivas para 2002 nos EUA, caso se verifique que a confiança dos consumidores não foi seriamente afectada, parecem apontar para um efeito expansionista, na sequência das descidas das taxas de juro e das ajudas oficiais aos sectores mais afectados. Na zona euro, a recuperação será previsivelmente mais lenta, prevendo-se um crescimento do PIB não superior a 1,3%.

Em Portugal o crescimento do PIB será inferior ao previsto na zona euro, próximo do nível zero, como consequência de um forte corte esperado no investimento público e das reduções esperadas a nível do consumo público e privado. As exportações deverão reflectir crescimentos mais moderados, tal como as importações.

3 — O sector das tecnologias de informação

Estima-se que o mercado mundial de Tecnologias de Informação e Comunicações (TIC) tenha correspondido, no ano de 2001, a cerca de 2 185 000 milhões de euros, segundo dados do European Information Technology Observatory (EITO), o que representa um crescimento de 8,6% em relação ao ano 2000, onde este valor foi de 2 012 000 milhões de euros.

Este valor distribui-se pelos EUA (cerca de 36%, aproximadamente 587 000 milhões de euros, com um crescimento estimado de 7,1% em 2001), Europa (29%, com um crescimento estimado de 8,3%), Japão (11%, com um crescimento estimado de 5,9%) e resto do mundo (24%).

Na Europa, o segmento de telecomunicações cresceu cerca de 14,3% em 2000, estimando-se para 2001 um crescimento de apenas 6,7%. Quanto ao segmento das tecnologias de informação (TI), onde a Europa detém um peso de 26% (45% para os EUA), observou-se em 2000 um crescimento de 11,5%, estando para 2001 previsto um crescimento de apenas 7,6%, atingindo este mercado um valor global de aproximadamente 266 000 milhões de euros. Estes valores estão em linha com as previsões de crescimento de 7,9% da IDC (International Data Corporation) efectuadas já após o 11 de Setembro (que compararam com os 11% previstos no início do ano).

Entende-se por mercado das TI o conjunto de produtos e serviços relacionados com o processamento, armazenamento e comunicação de dados utilizando computadores, o que inclui portanto *hardware*, *software* de base e sistemas, aplicações, formação, consultoria e serviços relacionados.

Em finais de 2001, a Comissão Europeia publicou um relatório sobre a competitividade europeia, no qual se reflectia sobre a importância do sector das TIC no crescimento económico e sobre o diferencial de despesa neste sector entre os EUA (8,7% do PIB) e a Europa (6%). Realçava ainda este relatório que, apesar do incremento do investimento em TIC no decorrer da segunda metade da década de 90, o diferencial entre estas duas economias aumentou (em 1990 a despesa com TIC na Europa correspondia a 90% da despesa no mercado dos EUA, enquanto que nos finais da década de 90 este valor era já apenas de 75%).

O reduzido investimento das organizações empresariais europeias neste sector (2,4% do PIB) face às americanas (4,5% do PIB) explica em parte este diferencial.

Em termos nacionais, a despesa em TIC cresceu a uma média anual de 25% entre 1992 e 1995, mas apenas de 10% entre 1995 e 1999, o que se traduz num crescimento médio anual de 14% em termos nacionais, que compara com a taxa anual média do mercado europeu de 4,7%.

Ainda assim, o peso da despesa das organizações empresariais nacionais no PIB é de 1,8%, sendo a média europeia de 2,4%. Este fosso, se por um lado retrata uma menor importância comparativa deste sector no quadro da economia portuguesa, representa por outro uma oportunidade clara de crescimento para as empresas do sector, nomeadamente para a Novabase.

A ainda fraca penetração da Internet em Portugal (inferior a 23% em 2001 para o universo de pessoas com mais de 16 anos, segundo a Forrester Research), bastante inferior à média comunitária (cerca de 39%, segundo a mesma fonte), constitui também, por seu lado, uma oportunidade de crescimento para a Novabase não deixarão certamente de se posicionar. Se complementarmente considerarmos o número de compradores online, Portugal apresenta (novamente segundo a Forrester) uma taxa inferior a 4% da população em 2001, que comparada com os 13% observados na Europa, nos mostra que também no desenvolvimento do comércio electrónico em Portugal existe uma interessante janela de oportunidade de crescimento.

De acordo com o estudo Salary Survey 2002 da empresa de recrutamento Hays Personnel, apesar do abrandamento económico que se fez sentir em 2001 nas economias nacional e mundial, o crescimento dos salários dos profissionais ligados às TI superou claramente as taxas de inflação, pois a falta de quadros especializados verificada antes da viragem nas condições económicas era tal que, apesar do efeito negativo da actual situação económica ter levado à redução da procura, esta ainda supera a oferta existente. Em contrapartida, o sector das telecomunicações caracterizou-se por um abrandamento e menor rotatividade dos profissionais, fruto dos reajustes à nova realidade do mercado e ao adiamento de projectos de grande envergadura como o UMTS.

Ainda não existem, na presente data, dados consolidados sobre o sector das TI em Portugal no ano de 2000, mas diversos analistas, nomeadamente a INSAT — Consultores e Serviços Lda, apontam para um crescimento global deste mercado relativamente a 2000 na casa dos 12%, tendo atingido 1621 milhões de euros. Estima-se ainda que o segmento de *hardware*, que tipicamente representa 55% do mercado) tenha crescido cerca de 8% e o segmento de *software* e serviços (aproximadamente 45% do mercado) cerca de 16%, aproximando-se assim dos 752 milhões de euros.

O volume de negócios da Novabase obtido em 2001, cerca de 96,4 milhões de contos, corresponderá assim a uma quota do seu mercado alvo de cerca de 13%, que corresponde já a uma penetração assinalável e a um incremento relevante face aos valores de 2000 (8%). No entanto, neste *ranking* estão consideradas empresas cuja actividade

inclui revenda de *hardware* (IBM, HP, etc.) e *software* de base (Microsoft, Oracle, etc.).

Se analisarmos apenas os fornecedores de serviços e *software*, que constituem o caso mais comparável com a Novabase, verifica-se que a empresa se inclui entre os três primeiros integradores nacionais, sendo ainda claramente uma das mais rentáveis.

Em termos de grandes utilizadores, continua a verificar-se uma predominância neste mercado de três grandes sectores: financeiro, telecomunicações e administração-pública, seguramente os mercados onde também a Novabase desenvolve, maioritariamente a sua actividade.

Já depois do 11 de Setembro, a IDC reviu em baixa para 8,5% o crescimento mundial previsto para as TI em 2002.

Em termos de tendências para o mercado nacional de TI, destacam-se:

Retração no investimento em TI, fruto da conjuntura recessiva da economia nacional e mundial;

Adiamento de investimentos em TI por parte da administração pública, como resultado da actual conjuntura política;

Fraco investimento em soluções de *e-government*;

Continuação de aumento do peso do sector de *software* e serviços, induzido pelo crescimento da procura de soluções integradas de TI;

Aumento do investimento em tecnologias de banda larga e de acesso à Internet;

Novos desenvolvimentos nas tecnologias de comunicações *wireless*;

Acréscimo de procura de soluções de TI para as áreas de segurança;

Seleção natural em relação ao universo dos Application Service Providers (ASPs), à semelhança do ocorrido em 2001 com as *dot coms*;

Algum desinvestimento nas operações na América Latina (já confirmado por várias empresas nacionais);

Atraso nas contrapartidas ao nível da sociedade de informação acordadas quando da atribuição das licenças UMTS;

Continuação do processo de concentração no sector das TI, resultante do abrandamento da economia e de um tecido empresarial fragmentado.

Prevê-se portanto um ano de 2002 ainda em contexto claramente recessivo. Sucede no entanto, que estas condições adversas do contexto económico em que vivemos, encontram a Novabase no melhor momento da sua história empresarial. Não sendo imune ao contexto (pois ninguém o é), acreditamos que a Novabase saberá reforçar as suas capacidades e os seus resultados neste futuro incerto.

4 — Estrutura da Novabase e Modelo de Governo

4.1 — Divisões de negócio

Durante o ano 2001 a Novabase consolidou o seu portfolio de negócios e estruturou-se em cinco divisões:

Novabase e-Consulting;
Novabase e-Talents;
Novabase TV Interactiva;
Novabase ASP;
Novabase Capital.

A Novabase e-Consulting reúne as competências de consultoria da Novabase nas áreas estratégicas de negócio de Business Intelligence, Supply & Demand Chain Management, Back Office & Operational Systems, Enterprise Business Integration e Industry Architectures and Solutions.

A Novabase e-Talents integra as valências associadas à selecção e ao recrutamento, formação e disponibilização ao mercado de recursos humanos em Tecnologias de Informação (TI).

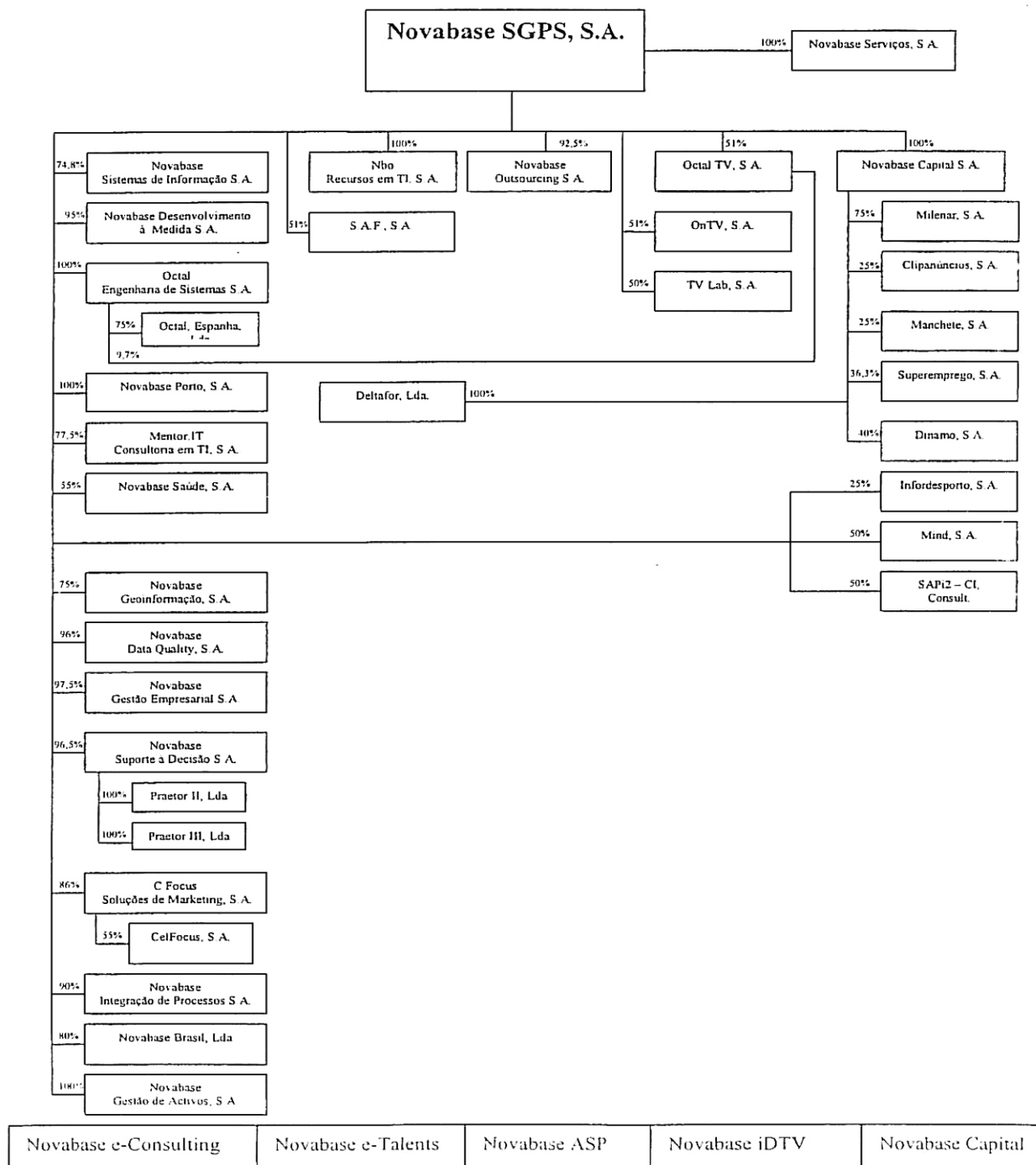
A Novabase TV Interactiva fornece soluções *end-to-end* de TV interactiva. Inclui o desenvolvimento de *set-top-boxes* por parte da OCTAL TV, a integração de sistemas para operadores de TV interactiva através da OnTV, bem como o fornecimento de conteúdos e a prestação de serviços de interactividade via TVLab. Esta divisão tira naturalmente partido das competências de consultoria da Novabase e-Consulting por forma a desenvolver soluções globais.

A Novabase ASP capitaliza as competências da Novabase e-Consulting, criando uma oferta para *outsourcing* de soluções informáticas nomeadamente, nesta fase, focada em sistemas ERP, CRM e *e-commerce*.

A Novabase Capital constitui-se como a área de *corporate venture* da Novabase, integrando uma equipa de fusões e aquisições capaz de responder às necessidades das restantes divisões neste domínio e ainda reunindo participações com parceiros em empresas com elevado potencial de crescimento e em negócios com fortes sinergias com a actividade da Novabase.

4.2 — Organigrama

O organigrama junto, inclui todas as empresas que se encontram no perímetro de v consolidação da Novabase, SGPS, S. A.



4.3 — Modelo de Governo

Os órgãos sociais e de coordenação da Novabase, SGPS, S. A., são:

Assembleia geral — é o órgão máximo de decisão da Novabase. No decorrer de 2001 a assembleia geral reuniu por uma ocasião (22 de Maio) para analisar, discutir e votar sobre as seguintes matérias:

Relatório e contas do exercício de 2000;
Proposta de aplicação de resultados;
Apreciação geral do conselho de administração e do conselho fiscal da sociedade;

Eleição do presidente do conselho fiscal;

Implementação de um plano de opção de compra de acções para os colaboradores;

Supressão do direito de preferência relativamente ao aumento de capital a deliberar pelo conselho de administração para suporte ao Plano de Opção de Compra de Acções atrás referido;

Alteração de estatutos;

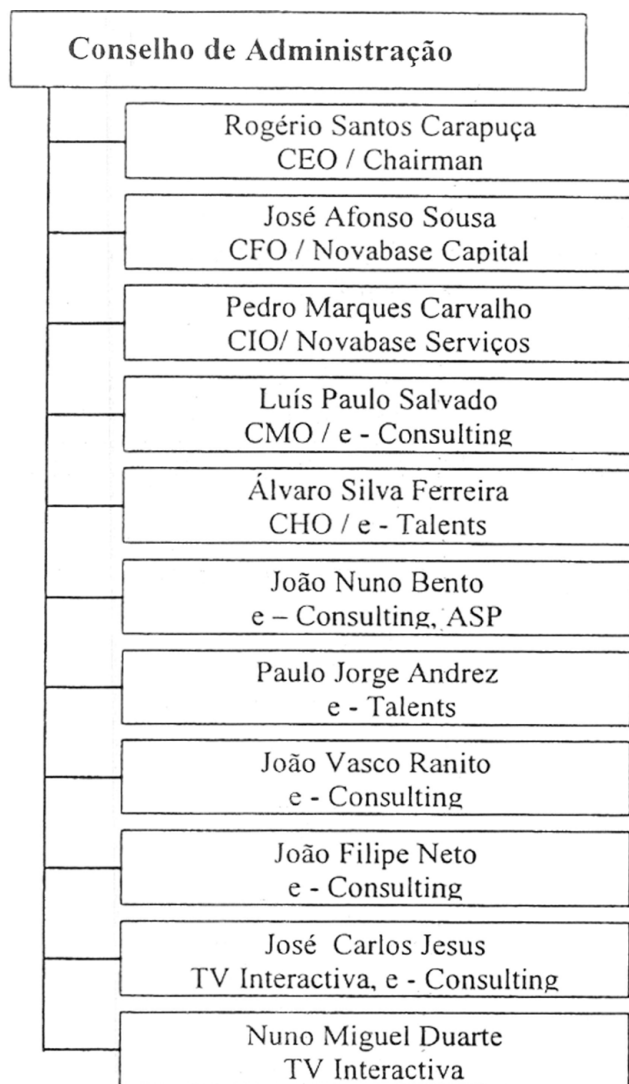
Aquisição e alienação de acções próprias.

Nesta assembleia registou-se a presença de accionistas detentores de mais de 75% do capital social, tendo todos os pontos sido aprovados por mais de 2/3 dos votos.

Conselho fiscal — Compete-lhe fiscalizar as contas da sociedade, tendo efectuado, no ano de 2000, as reuniões estatutariamente previstas e desenvolvido os trabalhos, de verificação de contas que entendeu necessários no cumprimento das suas obrigações, tendo procedido às análises e formulando as sugestões que entendeu adequadas.

Conselho de administração — compete-lhe gerir as actividades da empresa, devendo subordinar-se às deliberações dos accionistas e observar as intervenções do conselho fiscal. Conduziu a sua actividade no âmbito das suas competências e dentro das linhas de orientação definidas e aprovadas para este exercício e cuja expressão essencial se reflecte neste relatório.

A figura indica a composição do Conselho, bem como as responsabilidades principais dos seus membros.



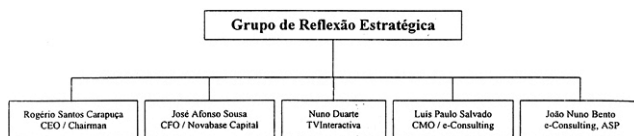
Para além dos órgãos estatutários (assembleia geral, conselho fiscal e conselho de administração), a Novabase instituiu ainda dois outros órgãos cuja actividade se resume de seguida.

Comissão executiva — é o órgão de coordenação das funções horizontais (finanças, *marketing*, recursos humanos, sistemas de informação e logística). Propõe ao conselho de administração políticas e orientações para a gestão corrente.



Grupo de reflexão estratégica — é o órgão de discussão de estratégia global, com particular ênfase na coordenação estratégica entre divisões.

Propõe recomendações ao conselho de administração da SGPS, o qual toma as decisões finais.



5 — Actividade das divisões de negócio

5.1 — Novabase e-Consulting/Novabase e-Talents

Dada a semelhança dos negócios destas duas divisões procede-se à respectiva análise em conjunto.

Estas divisões atingiram durante o ano de 2001 um volume de negócios de 72,8 milhões de euros, o que representa 75,4% do volume de negócios global da Novabase. Face ao exercício de 2000, este valor representa um crescimento de 40,5%, proveniente, sobretudo, da componente de prestação de serviços, que cresce 64,1%.

O forte crescimento do volume de negócios registado em 2001 deveu-se ao facto de a Novabase ser cada vez mais considerada um fornecedor de referência nas principais tecnologias e segmentos de mercado. De uma vasta carteira de projectos gostaríamos de salientar:

Ao nível de soluções de CRM, a Novabase foi responsável pela implementação de vários sistemas de suporte do Banco Best. Foi ainda responsável pela disponibilização de uma solução de CRM para a Telecel/Vodafone. Durante o ano de 2001 obtiveram-se ainda várias referências de implementação de sistemas de automação de forças de vendas no sector da distribuição;

Na área de Business Intelligence a Novabase acrescentou ao seu vasto leque de referências novos projectos de Data Warehouse nos sectores da banca, telecomunicações e administração pública;

No mercado de cedência de recursos a Novabase duplicou o seu volume de negócios, fruto da adjudicação de vários projectos de longa duração para o fornecimento de equipas de suporte aplicacional nos sectores segurador e de telecomunicações;

Ao nível do desenvolvimento de soluções à medida salientamos a reformulação do Sistema de Informação do Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES), enquadrado no esforço de modernização e informatização da administração pública, o desenvolvimento de toda a aplicação central para a Comissão de Mercados e Valores Mobiliários, bem como o desenvolvimento de um sistema de gestão de operações financeiras e de relação com investidores para um dos principais grupos económicos portugueses;

Merecem ainda especial atenção várias intervenções na área da certificação digital, bem como a confirmação e expansão da liderança da Novabase na área de qualidade e enriquecimento de dados.

Prosseguindo uma estratégia de reforço das suas competências, a Novabase desenvolveu um conjunto de acções durante o ano de 2001, caracterizadas pela constituição de novas empresas e concretização de novas parcerias, das quais destacamos:

Constituição da sociedade Novabase — Gestão Empresarial, empresa especializada no fornecimento de soluções ERP;

Substantial reforço da capacidade da Novabase — Integração de Processos, resultante da integração da área de gestão documental adquirida à Efacec — Sistemas de Informação;

O desenvolvimento das actividades da SAF (entidade incorporada na Novabase no final do ano 2000), disponibilizando uma oferta sofisticada na área de *e-learning*, que possibilitou a realização de projectos significativos na SIC — Sociedade Independente de Comunicação e no ISQ — Instituto de Soldadura e Qualidade;

O estabelecimento de uma parceria estratégica com a Ericsson, para a exploração conjunta de oportunidades de negócio na área do UMTS, incluindo o desenvolvimento de aplicações e a prestação de serviços para Internet móvel.

A nível interno, o trabalho consistiu, de uma forma sintética, na:

Reorganização da estrutura comercial, reforçando a segmentação de mercado já existente, através da identificação dos clientes estratégicos para a Novabase e da criação de uma política e uma infra-estrutura de suporte para a gestão integrada da relação com o cliente;

Especialização ainda maior das capacidades comerciais e reforço da articulação entre as várias empresas destas divisões por forma a apresentar ao mercado soluções globais;

Criação de uma unidade especializada em gestão de projectos designada EPM (Enterprise Project Management), com o intuito de fazer face aos projectos de sistemas de informação cada vez mais sofisticados que a Novabase é chamada a efectuar. Esta unidade veio reforçar as práticas e metodologias de gestão de projecto na Novabase e proporcionar a sua melhoria contínua.

No final de Dezembro, o número médio de consultores nesta área, em Portugal, era de 762 pessoas.

Novabase do Brasil:

A Novabase do Brasil, durante o ano de 2001, atingiu um volume de negócios aproximado de 5,1 milhões de euros, o que representa já sensivelmente 5,2% do volume de negócios global da Novabase. Face ao período homólogo de 2000, este valor representa um crescimento de 267,9%, compreensível face à reduzida dimensão desta actividade no ano transacto, quando a mesma representava, neste período, apenas 2,6% do global da Novabase.

Este crescimento está naturalmente associado ao facto de o segmento de *software* e serviços — que representa no Brasil cerca de 10 vezes o mercado Português — continuar a crescer a taxas mais elevadas que as aqui verificadas (cerca de 25% ao ano) e naturalmente à crescente implantação que a Novabase do Brasil está a ter neste mercado.

A carteira de clientes da Novabase do Brasil sofreu também uma evolução positiva, representando neste momento os clientes portugueses já só cerca de 35% da facturação, contra 65% de clientes brasileiros.

Em termos de oferta tecnológica, a área de gestão empresarial representa cerca de 45%, a área de Business Intelligence cerca de 30%, a área de CRM aproximadamente 20% e as restantes áreas os remanescentes 5%.

No que respeita a segmentos de mercado, as telecomunicações são responsáveis por cerca de 55% da facturação, a Banca por 20%, a indústria por 15% e a Saúde & Governo por cerca de 10%.

No final de Dezembro, o número médio de consultores na Novabase do Brasil era de 84 pessoas.

5.2 — Novabase iDTV

O volume de negócios da divisão de televisão interactiva foi em 2001 cerca de 20,1 milhões de euros, representando já cerca de 20,8% do volume de negócios global da Novabase, com uma margem EBITDA de 10,4%. Estes proveitos consistiram no fornecimento de equipamento para TV interactiva e serviços de integração de sistemas associados, assim como no fornecimento de serviços de suporte e apoio aos clientes.

A actividade em 2001 pode ser resumida por três vectores de desenvolvimento:

Fornecimento de produtos e serviços de consultadoria e integração de sistemas, no âmbito do lançamento em Portugal do sistema de televisão digital interactiva e dos projectos internacionais de televisão digital, Interactiva actualmente em fase piloto;

Reforço da actividade de desenvolvimento de novos produtos e tecnologia própria para TV interactiva que completam a oferta actual da Novabase iDTV.

Destes, destacam-se:

STB para televisão digital terrestre DVB-T;

STB para televisão digital satélite DVB-S;

Cable modem DOCSIS para redes de cabo CATV ou sistemas sem fios FWA;

Soluções de Video On Demand MPEG2/MPEG4 sobre protocolos de streaming IP;

Conceito de Media Center que integra num *set-top-box* um conjunto alargado de funcionalidades como Player de DVD ou Audio CD.

Intensificação da actividade comercial a nível internacional, caracterizada por um elevado número de contactos, apresentações e propostas de dimensão diversificada colocadas em clientes. Apesar da situação económica no mercado internacional ser ainda de recessão, com a maioria dos operadores no sector a registarem perdas em 2001, e de uma forma geral a anunciarem um adiamento dos investimentos nas áreas da televisão digital para meados de 2002, a Novabase logrou obter o seu primeiro contrato internacional com a Otrum (Noruega) e aumentou o *pipeline* de propostas a potenciais clientes;

Foram ainda desenvolvidas diversas actividades comerciais e de *marketing* com vista ao desenvolvimento dos negócios desta divisão,

das quais importa destacar os seguintes eventos de relevo e/ou apresentação de *set top boxes* em stand:

Presença no Milia 2001 em Cannes, França, a convite da Microsoft Corp;

Presença na Telexpo 2001 em São Paulo, Brasil, a convite da Microsoft Brasil;

Presença na Cebit 2001 em Hanover, Alemanha, a convite da National Semiconductors (parceiro tecnológico para o desenvolvimento da STB);

Presença na ExpoNet, na Áustria, a convite da Samsung Electronics (parceiro para o fabrico da STB);

Presença no EBC 2001, em Lisboa, a convite da organização da ECCA (Associação de Operadores Broadband Europeus);

Presença no Mediacast 2001, em Londres, a convite da Texas Instruments (parceiro tecnológico para o desenvolvimento da STB);

Presença no NCTA, em Chicago, USA, a convite da Microsoft Corp;

Presença no evento do lançamento comercial do primeiro projecto a nível mundial de TV interactiva (baseado em plataforma Microsoft TV), a convite da TVCABO e Microsoft Corp.

Foi concluído o acordo com a GloboCABO, no Brasil, para o lançamento do projecto piloto de televisão digital interactiva baseado na plataforma da OctaTV com Microsoft TV Advanced.

Foi ainda realizado um reforço da parceria com a Microsoft com o desenvolvimento de programas para pré-venda a operadores (LabKit) e programas para *developers* de conteúdos Content Builder Initiative. Foi lançado o SagresKit.

As actividades de produção electrónica e logística foram realizadas integralmente em modelo de *outsourcing*, seguindo um rigoroso controlo de custos, a entidades nacionais e internacionais, focando-se a Novabase nas áreas de desenvolvimento de produto, *marketing* e vendas.

Este modelo permite à Novabase apresentar vantagens competitivas face a outras empresas pois reduz os custos de *overheads*, melhora a escalabilidade e permite libertar mais meios para reinvestir nas áreas de desenvolvimento de produto, de forma a manter a sua liderança tecnológica.

De forma a continuar o modelo de sucesso seguido até hoje, a divisão pretende recrutar a nível europeu cerca de mais 20 engenheiros com experiência no sector, durante 2002.

Prevê igualmente iniciar a actividade da subsidiária de coordenação global de *marketing* e vendas do centro da Europa (na Suíça), durante o primeiro trimestre de 2002.

A Novabase acredita no crescimento acelerado do mercado de televisão digital para o ano de 2002 e seguintes. O nível de crescimento da Novabase iDTV depende do sucesso e crescimento dos operadores de telecomunicações e dos *broadcasters*.

A divisão Novabase iDTV continuará focada no acompanhamento das necessidades dos seus clientes actuais e emergentes, no incremento do número de clientes de TV Digital e na melhoria do ARPU através do desenvolvimento de novos produtos, serviços e conceitos no domínio da televisão digital.

A crescente capacidade e experiência técnica da equipa de engenheiros, aliada a um crescendo da actividade de marketing e vendas a nível internacional, coloca a Novabase numa boa posição para beneficiar da retoma económica e dos investimentos nos mercados internacionais prevista para 2002.

No final de ano, o número médio de consultores nesta divisão era de 45 pessoas.

5.3 — Novabase ASP

A divisão Novabase ASP atingiu cerca de 1,7 milhões de euros de vendas em 2001, o que representa 1,8% do volume de negócios global da Novabase. A margem EBITDA foi de 7,8%. Este valor, ligeiramente abaixo das expectativas (dois milhões de euros), é, ainda assim, um resultado bastante animador por três motivos:

1 — A nível mundial, o espaço ASP sofreu uma importante sangria no ano de 2001, com a maioria dos *players* a atravessar muitas dificuldades dado pouco interesse dos clientes pelo conceito original. Ainda assim, a Novabase conseguiu impor-se num terreno onde a maioria dos seus competidores em Portugal desapareceu ou atravessou grandes dificuldades.

2 — Se considerarmos as vendas dos 12 primeiros meses seguidos dos contratos assinados em 2001 (*trailing twelve months*), estas superam o objectivo inicial aproximando-se de 2,5 milhões de euros.

3 — As vendas aumentaram significativamente com o decurso dos trimestres do ano, dando indicações de que os clientes demonstraram interesse pela oferta da Novabase.

A margem EBITDA/vendas mostrou uma evolução positiva ao longo do ano de 2001, à medida que a assinatura de contratos com clientes permitiu diluir a estrutura de custos fixos da empresa.

Estes valores são o efeito das medidas de contenção de custos operacionais e de redução do risco do negócio através da variabilização da estrutura de custos que foram prosseguidas incessantemente durante o ano.

As medidas apontadas, a par de uma política de preservação do capital — que se traduziu, por exemplo, na transformação de investimentos em anuidades de custo (caso do *outsourcing* do *data center*) — permitiram também melhorar o retorno do investimento. As necessidades de investimento pelos accionistas reduziram-se dos 2,5 milhões de euros que estavam previstos no *business plan* da empresa para cerca de metade (1,25 milhões de euros).

O ano de 2001 marcou o final da primeira ronda de experiências no espaço ASP. A implosão das *dot coms* veio evidenciar também aqui que, tal como noutras áreas são as empresas incumbentes as que têm maiores possibilidades de se impor. Em particular, são as empresas com capacidades em prestar serviços aplicacionais e com relações estabelecidas com clientes as que melhor podem operar no mercado ASP. A Novabase satisfaz ambos os requisitos.

De entre os mitos que foram desmontados em 2001 encontram-se os que previam que o modelo de sucesso no espaço ASP passaria por focalizar a oferta exclusivamente em PME's e em adoptar um conceito *one to many*.

A Novabase, ainda durante o 1.º trimestre do ano, apercebeu-se da inadequação dessa proposta de valor e decidiu reposicionar a sua oferta. Assim, respondendo a solicitações dos clientes, decidimos concentrar os esforços do ASP em servir clientes de maior dimensão através de variantes da oferta ASP original (e.g., através de ofertas de gestão de aplicações e de outras ofertas de *outsourcing* de TI). Este reposicionamento permitiu à Novabase ganhar os seus primeiros clientes já no 2.º trimestre de 2001 e depois ganhar maior volume de negócios durante o segundo semestre do ano.

Do lado dos custos e investimento, a abordagem da Novabase foi desde o início a de procurar diminuir o risco inerente a um negócio não testado como era o dos ASP's, através da variabilização da estrutura de custos e da contenção dos custos de *overhead* e de recursos não facturados. Assim, em simultâneo com o reposicionamento da oferta e a prestação de serviços aos clientes angariados realizámos durante 2001 uma reestruturação da própria equipa comercial e operacional da empresa de modo a adequá-la ao novo modelo de serviços.

No final de 2001, a Novabase tem a sua casa arrumada nesta área: sobreviveu à selecção natural do ano 2001 impondo-se no mercado, apresenta uma proposta de valor que os clientes valorizam e possui os recursos humanos e financeiros para dar os próximos passos na afirmação do seu posicionamento.

A divisão Novabase ASP terminou o ano com o número médio de oito colaboradores.

5.4 — Novabase Capital

O volume de negócios consolidado da Novabase Capital em 2001 foi de 1,9 milhões de euros, cerca de 2% do volume de negócios global da Novabase, o que representa um crescimento de 80,1% face ao ano anterior (cerca de 1,06 milhões de euros). A rentabilidade EBITDA foi de 12,4%, valor sem dúvida interessante para este tipo de actividade.

As actividades desenvolvidas pelos grandes grupos de intervenção:

O amadurecimento dos projectos empresariais iniciados no ano transacto, bem como o estabelecimento de algumas parcerias de negócio com vista a potenciar o seu desenvolvimento. Atendendo à actual conjuntura económica, tomaram-se medidas de rigor adicional, quer na constituição do portfolio da Novabase Capital, quer na gestão das suas participadas;

A análise da participação em novas iniciativas com clientes e/ou parceiros. Um maior foco na optimização do portfolio materializou-se na decisão de desinvestimento da Webmedia e no reposicionamento na Netsaúde (empresa que visa a prestação de serviços profissionais na área da saúde), onde a Novabase ficará já em 2002 apenas como fornecedor preferencial na área das tecnologias de informação;

A identificação, o estudo e a análise de projectos empresariais, já existentes ou a constituir, que visam potenciar o desenvolvimento das restantes áreas de negócio da Novabase, quer em Portugal quer no estrangeiro (ex: a aquisição da área de gestão documental da Efaced — Sistemas de Informação).

No decorrer do exercício de 2001, o portfolio de empresas participadas/geridas pela Novabase Capital apresentou resultados bastante

animadores. Tenta-se em seguida resumir o que de mais relevante se pode destacar nestas empresas no decorrer do ano 2001:

A Clipanúncios, empresa constituída para operar no mercado de classificados on-line, estabeleceu uma importante parceria com a Lusomundo e a PT-Multimédia para o lançamento do portal de classificados da rede Sapo.

No âmbito deste acordo, a Lusomundo adquiriu 75% desta sociedade.

A tecnologia desenvolvida vai possibilitar, a partir do 1.º trimestre de 2002, a passagem da informação de todos os classificados dos jornais *JN*, *DN* e *24 Horas* para a Internet, acrescidos de várias funcionalidades de pesquisa até agora não encontradas em projectos semelhantes na Internet;

A Milenar intensificou a sua aposta no mercado de *e-mail marketing* em Portugal através da sua base de dados de 200 000 endereços *.pt*, tendo desenvolvido uma nova plataforma de envio e gestão de *e-mail marketing* que permite, entre outras funcionalidades, obter dados de retorno das acções enviadas;

A Dínamo, empresa de consultoria onde a Novabase Capital está em parceria com a Partex, lançou com sucesso novas áreas de negócio e adquiriu a certificação como REP do PMI, habilitando-se para a formação na gestão de projectos;

A Sapi2, empresa de consultoria nas TI vocacionada para a prestação de serviços na área SAP, sediada no Porto, expandiu com sucesso a sua actividade ao centro do País, passando ainda a ter presença física em Lisboa;

A Manchete, empresa de gestão de informação noticiosa, realizou um forte investimento tecnológico nas suas plataformas de negócio e desenvolveu capacidades especializadas nos principais sectores económicos, reforçando a sua base de clientes e aumentando a sua satisfação. A empresa atingiu rentabilidade operacional positiva no final do exercício;

A Mind foi novamente distinguida com diversos prémios entre os quais o prémio de inovação da ANETIE, dois prémios Microsoft e o prémio Multimedia XXI. A empresa reforçou a unidade de gestão de bibliotecas com uma nova área de gestão de arquivos, tendo para tal desenvolvido parcerias com a Biblioteca Nacional e a Câmara Municipal de Lisboa.

Na actividade ligada à indústria, cabe destacar a finalização com sucesso de uma nova geração de produtos no sector do calçado, que serão comercializados a partir do 1.º trimestre 2002. A empresa iniciou também uma forte aposta no sector dos têxteis;

A Superemprego, em parceria com a PTM, conseguiu no ano de arranque ultrapassar largamente os objectivos definidos (com cinco milhões de *page-views*/mês face ao um milhão previstos), antecipando seis meses a previsão de atingimento de *break-even*. A empresa consagrou-se como o portal de emprego líder em Portugal;

A Infordesporto reforçou a sua posição de liderança no mercado da informação desportiva on-line, tendo estabelecido uma importante parceria com a Olivedesportos para a exploração conjunta de oportunidades nesta área.

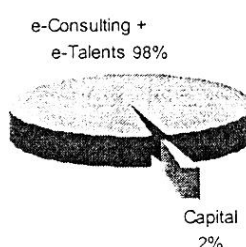
É nossa convicção que no exercício de 2001 foram estabelecidas as linhas de acção para continuar a desenvolver com sucesso a actividade de Corporate Venture e apoio à Novabase, SGPS.

No final do ano esta divisão apresentava o número médio de 45 colaboradores.

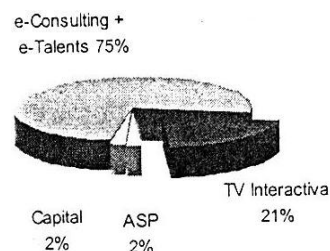
5.5 — Volume de negócios por divisão, geografias, sectores e tecnologias

A distribuição do volume de negócios da Novabase pelas diferentes divisões de negócio é a seguinte:

Volume de negócios por divisão 2000

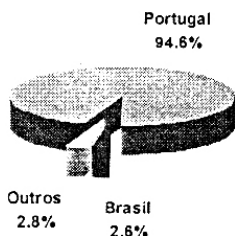


Volume de negócios por divisão 2001

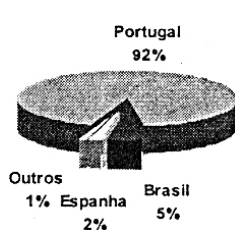


Tendo a internacionalização sido colocada no topo da agenda da Novabase, constatamos que já no exercício de 2001 se verifica um crescimento significativo dos negócios fora de Portugal. Com efeito, neste último exercício, o negócio internacional representou já 8% do volume total, o que compara com 5,4% no ano anterior. Este número é significativo sobretudo em valor absoluto (7,7 milhões de euros) dado o aumento de 82,5% do volume de negócios total da Novabase.

Volume de negócios por região geográfica 2000

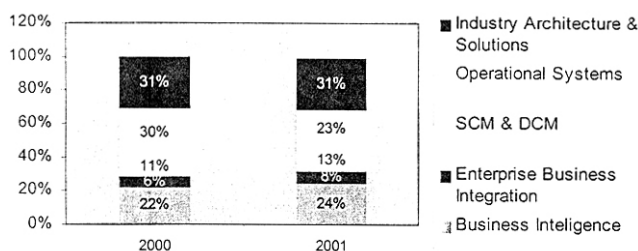


Volume de negócios por região geográfica 2001



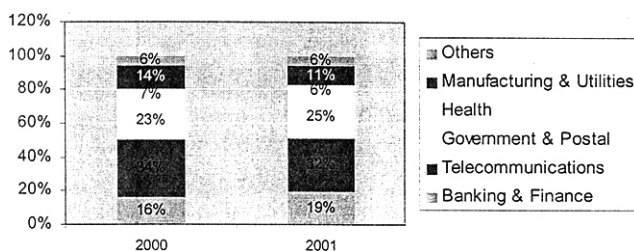
Segmentando agora, por ser a mais expressiva, a divisão *e-con-sulting*, em termos de oferta tecnológica das respectivas áreas estratégicas de negócio, obtém-se a seguinte distribuição:

e-Consulting — Volume de negócios por área estratégica de negócio



Nesta mesma divisão, a distribuição por mercados do volume de negócios realizado em 2001 é a seguinte:

e-Consulting — Volume de negócios por mercados



6 — Actividade das áreas funcionais

O exercício de 2001 foi um ano de grande actividade para as áreas funcionais da Novabase, destacando-se, a título de exemplo, os seguintes tópicos:

6.1 — Recursos humanos

A Novabase sabe que é a qualidade dos recursos humanos o principal factor diferenciador das empresas do seu sector. Por isso, uma das prioridades da gestão consiste em promover o desenvolvimento das carreiras dos colaboradores da empresa.

Destaque, em 2001, para o processo de alinhamento de interesses accionistas entre os principais quadros das empresas mais significativas da divisão de *e-con-sulting*, consubstanciado pela troca de parte das participações minoritárias que estes detinham nas respectivas empresas por acções da Novabase.

A Novabase foi distinguida, em Maio de 2001, com o 1.º lugar entre as empresas nacionais e 4.º lugar a nível global como o melhor lugar para trabalhar em Portugal, segundo estudo realizado em Portugal pela

revista *Exame*, em cooperação com o Great Place to Work Institute (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas, com referências em mais de 1000 empresas na América do Norte, América Latina, Europa e Ásia). O estudo, baseado num conjunto de entrevistas e inquéritos aos quadros das várias empresas participantes, realçou a informalidade, a gestão participada e um ambiente de orientação ao mérito como factores diferenciadores da cultura Novabase.

6.2 — Sistemas de informação

Uma das principais iniciativas começada no exercício de 2001 e coordenada pela comissão executiva foi o desenvolvimento de novos sistemas de informação para a gestão. Os principais objectivos deste projecto são:

1 — Melhorar substancialmente os desempenhos das áreas funcionais da Novabase;

2 — Definir processos e sistemas replicáveis para outras geografias como instrumento fundamental para o suporte ao desígnio de internacionalização da Novabase.

Com a introdução progressiva desta nova geração de sistemas de informação a partir do final de 2001 e sobretudo em 2002, a Novabase visa transformar-se numa empresa modular e escalável do ponto de vista dos seus processos internos e livre da circulação interna de documentos em papel. Maior qualidade de funcionamento com menos custos é nesta área a nossa meta.

O exercício de 2001 foi assim marcado pela definição e arranque da produção dos primeiros módulos desta nova geração de sistemas de informação de gestão internos. Destacam-se as aplicações para a área de recursos humanos (já em produção), para área comercial (já em produção) e para as áreas financeira, contabilística, logística e de gestão de projectos (a entrar em produção ao longo de 2002). Uma outra iniciativa na área do *workflow* e gestão documental já permitiu eliminar a maior parte da circulação interna de documentação em papel. Uma nova versão da Intranet e um novo *site* institucional na Internet estão igualmente em fase de conclusão para entrar em funcionamento no início de 2002. A área de controlo de acessos foi também melhorada.

6.3 — Infra-estruturas

Novas instalações em Lisboa:

A Novabase alugou novas instalações para as divisões *e-con-sulting*, *e-Talents* e ASP em Lisboa. O objectivo foi acabar com a dispersão de espaços não contíguos nas Torres das Amoreiras, concentrando a actividade daquelas duas divisões em Lisboa num espaço único. Com uma forte identidade própria, de custo reduzido por m², situado igualmente nas Amoreiras e dotado de estacionamento próprio, bem como uma cantina, cuja exploração foi cedida a uma entidade externa esta mudança decorreu num único fim de semana e foi concretizada sem problemas.

6.4 — Marketing

Em 2001, a comunicação da Novabase reflectiu o posicionamento estratégico da empresa, com o principal objectivo de reforçar a imagem institucional e consolidar a sua posição líder no mercado português das tecnologias de informação.

A comunicação centrou-se na divulgação dos valores da nossa cultura, reflectindo uma política de diferenciação que aposta numa forte orientação para a satisfação dos clientes.

As iniciativas lançadas pela unidade de comunicação e *marketing* institucional focaram-se na manutenção da notoriedade, na preparação do reposicionamento da marca, no processo de consolidação da identidade corporativa e na renovação de alguns suportes de comunicação como o *site* e a intranet institucional.

Adicionalmente, apostou-se no reforço da execução de materiais promocionais e campanhas de *marketing* directo.

6.5 — Finanças

Nesta área importa destacar em 2001:

Reforço da estrutura financeira, com a entrada de alguns elementos seniores com um vasto *curriculum* nas melhores empresas nacionais e internacionais;

Normalização de procedimentos e circuitos de informação e optimização de produção, em tempo útil, de um conjunto de indicadores

de gestão fundamentais para um acompanhamento fino da actividade;

Crescimento da estrutura financeira bastante inferior ao crescimento da actividade da empresa, ao mesmo tempo que se melhorou a qualidade da informação produzida;

Início das primeiras acções de auditoria interna, tendentes a detectar e corrigir eventuais não-conformidades com os procedimentos definidos pela Novabase;

Melhoria no sistema de *reporting* das participadas.

7 — Factos relevantes

Como parte integrante das acções de divulgação que competem às empresas cotadas, como é o caso da Novabase, enviámos para a CMVM, para consequente divulgação ao mercado, os seguintes factos relevantes:

- 5 de Setembro: informação sobre resultados semestrais;
- 2 de Agosto: realização de escritura pública de aumento de capital;
- 25 de Julho: comunicação de projecto piloto de televisão interactiva com a Globo Cabo;
- 11 de Junho: celebração de acordo com a ONI Plataformas;
- 8 de Maio: aquisição à Efaced da área de gestão documental;
- 17 de Abril: convocatória para assembleia geral;
- 20 de Março: acordo de parceria com a Ericsson para o desenvolvimento de aplicações e serviços para o UMTS;
- 7 de Março: divulgação dos resultados relativos ao exercício de 2000;
- 21 de Fevereiro: aquisição de 51% da SAF, S. A., ao Instituto da Soldadura e Qualidade, para acelerar a criação de uma oferta integrada na área do *e-learning*;
- 5 de Fevereiro: reforço da oferta para o mercado financeiro pela aquisição de participações na Mercabolsa e Codeware

8 — Análise económico-financeira

O volume de negócios em 2001 atingiu os 96,5 milhões de euros, o que reflecte um forte crescimento de 82,5% face aos 52,8 milhões de euros obtidos em 2000.

Em termos de actividade, a divisão *e consulting* cresceu 40,5% face a 2000, concretamente de 51,8 para 72,8 milhões de euros, tendo o negócio do Brasil crescido 267,9% face a 2000, de 1,4 milhões de euros para cinco milhões de euros. Em 2001, iniciaram a sua actividade duas novas divisões, TV Interactiva e ASP, tendo a divisão de TV Interactiva atingido um volume de negócios de 20,1 milhões de euros, e o ASP 1,7 milhões de euros. Por último, a divisão Novabase Capital, cresceu 80,1% de 1,1 milhões de euros para 1,9 milhões de euros.

Assim, tal como se previa, a divisão *e consulting* reduziu o seu peso sobre o volume de negócios para cerca de 75,4% (98% em 2000). A divisão Novabase Capital manteve o seu peso em 2% sobre o volume de negócios. Por outro lado, a divisão de TV Interactiva contribuiu com cerca de 20,8% do volume de negócios em 2001.

Os resultados operacionais atingiram neste período os 11,7 milhões de euros.

Em termos comparativos obtém-se um crescimento total de 85,4% dos resultados operacionais face ao período homólogo (6,3 milhões de euros).

Os resultados líquidos consolidados, já expurgados dos interesses minoritários, são neste período de 8,9 milhões de euros, o que reflecte um crescimento significativo de 39,1% face aos obtidos em 2000 (cerca de 6,4 milhões de euros).

No entanto, os resultados de 2000 estão afectados em cerca de 3,3 milhões de euros por resultados financeiros resultantes da mais-valia obtida pela alienação de parte de uma participada.

Assim, expurgado deste efeito, os resultados líquidos recorrentes aumentaram 192,4% face ao período homólogo, tornando-se ainda bastante mais expressivos do que o aumento obtido nos resultados operacionais.

O número médio de colaboradores passou de 674 para 944 em 2001, um crescimento de cerca de 40,1%, pelo que o volume de negócios por colaborador em 2001 aumentou de 78,4 mil euros para 102,2 mil euros, reflectindo um aumento expressivo de 30,4%.

O EBITDA em 2001 aumentou dos 10,5 milhões de euros para 16,3 milhões de euros, o que reflecte um crescimento acentuado de 55,2%.

Em percentagem do volume de negócios, o EBITDA neste período é de aproximadamente 16,9%. A desagregação desta margem por divisão de negócios é analisada como segue:

A divisão *e consulting*, em Portugal é responsável por um EBITDA de 14,1 milhões de euros, o que corresponde a uma margem de EBITDA

de 20,8%, que se reduz para 19% ao considerar-se em conjunto com o Brasil, negócio que se encontra já quase em fase de *break-even*, mas ainda com uma margem negativa (cerca de 5,4%);

A divisão TV Interactiva apresentou um EBITDA de 2,1 milhões de euros a que corresponde uma margem de 10,4%;

A divisão ASP teve um EBITDA positivo de 134 000 euros, a que corresponde uma margem de 7,8%;

A divisão Novabase Capital apresentou um EBITDA de 237 000 euros a que corresponde uma margem de 12,4%.

Ao nível do EBITDA ajustado pela rubrica de trabalhos para a própria empresa, a melhoria da performance da empresa é ainda mais expressiva, pois nota-se um crescimento de 155,2%, com uma evolução de um valor de 5,2 milhões de euros em 2000 (o que corresponde a uma margem de EBITDA Ajustado de 9,9%) para um valor de 13,4 milhões de euros em 2001 (o que corresponde a uma margem de EBITDA Ajustado de 13,8%).

Os resultados financeiros de 2001 no montante de 208 000 euros, negativos, não são comparáveis com os de 2000 de 3,3 milhões de euros, na medida em que reflectem um proveito financeiro aproximadamente no mesmo montante (3,3 milhões de euros) relativo à mais-valia associada à alienação de parte de uma participada, pelo que seriam próximos de zero caso esta alienação não tivesse ocorrido.

O volume de capitais próprios elevou-se de 55,1 milhões de euros para 63,4 milhões de euros, o que reflecte um crescimento de 15,1%.

A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) calculada com base nos capitais médios disponíveis durante o exercício de 2001 atingiu os 15%, reflectindo um crescimento no resultado por acção de 38,7%, nomeadamente de 0,227 euros para 0,315 euros por acção.

Expurgando o efeito da mais-valia associada à alienação atrás mencionada, o crescimento no resultado por acção é ainda mais significativo atingindo 191,7%, nomeadamente de 0,108 euros para 0,315 euros por acção.

Em 31 de Dezembro de 2001, o balanço reflectia um aumento relevante de 8,6% na situação líquida positiva de tesouraria (*net-cash*) para 25,1 milhões de euros (23,1 milhões de euros em 2000), considerando as aplicações, depósitos e tesouraria deduzidos das dívidas a instituições de crédito de curto prazo.

É importante referir nesta posição de *net-cash* em 2001, claramente positiva, que não obstante o volume de negócios ter crescido 82,5%, absorvendo consequentemente uma grande parte das necessidades de tesouraria, o *net-cash* ainda melhorou face ao período homólogo.

Tal só foi possível pela qualidade dos serviços prestados pela Novabase, bem como pela implementação de uma adequada política de acompanhamento dos recebimentos de clientes.

O imobilizado em curso durante o ano de 2001 diminuiu em cerca de 176 000 euros para os 3,4 milhões de euros, face ao período homólogo.

O imobilizado incorpóreo, líquido de amortizações, cifrou-se em 17,8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2001 (14,2 milhões de euros em 2000). As principais rubricas que o compõem são as seguintes:

1 — As despesas de instalação atingiram um valor líquido de amortizações de 843 000 euros, dos quais inclui essencialmente as campanhas publicitárias realizadas aquando da operação de dispersão de parte do capital da Novabase na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto.

2 — As despesas de investigação & desenvolvimento representaram um valor líquido de 1,8 milhões de euros, relevando os custos incorridos no âmbito dos projectos de desenvolvimento de sistemas informáticos, do projecto da TV Interactiva e o restante respeita a projectos nas áreas da qualidade, saúde e outras, financiados por programas europeus e nacionais.

3 — As diferenças de consolidação representam 10,3 milhões de euros, quase dois terços do imobilizado líquido incorpóreo e reflectem a estratégia de reforço e desenvolvimento da oferta da Novabase. Este *goodwill* está a ser amortizado em 10 anos. O valor bruto em balanço a 31 e Dezembro de 2001 foi de cerca de 12,7 milhões de euros, dos quais aproximadamente 42% dizem respeito a aquisições efectuadas até 1999 aos promotores minoritários das empresas Novabase — Suporte à Decisão, NBO e Novabase Porto e ainda aos accionistas da Gestatec; aproximadamente 30% dizem respeito a diferenças relativas a aquisições efectuadas em 2000 da Octal, Mind, Sapi2, Manchete, OnTV, SAF e Praetor; e por último, os restante 28% dizem respeito a aquisições efectuadas em 2001 aos promotores minoritários das empresas Novabase — Suporte à Decisão, Novabase — Data Quality, Novabase — Desenvolvimento à Medida e Cfocus.

O imobilizado corpóreo atingiu um valor líquido de amortizações de 5,7 milhões de euros (cerca de 5,6 milhões de euros no período homólogo).

As principais rubricas que o compõem são as seguintes:

1 — Equipamento de transporte no valor líquido de dois milhões de euros relativo a contratos de *leasing* e ALD e AOV (que não correspondem à saída de meios de tesouraria, mas pela imposição de regras contabilísticas são classificados como imobilizado);

2 — Equipamento básico, na maioria *software* e *hardware*, com um valor líquido de 2,6 milhões de euros;

3 — Equipamento administrativo, que representou, em termos líquidos, cerca de 675 000 euros, reflecte os investimentos em mobiliário de escritório, efectuados.

Os investimentos financeiros ascenderam a 2,1 milhões de euros e respeitam às participações minoritárias no capital das empresas Infordesporto, Superemprego e Dinamo.

As existências passaram de 2,6 milhões de euros para 7,8 milhões de euros em 2001. O forte crescimento da área de TV Interactiva, bem como o desenvolvimento das áreas de telecomunicações e bilhética explicam esta evolução.

Os clientes de conta corrente cifraram-se em 30,2 milhões de euros, reflectindo apenas um crescimento de 7,5% face a 2000. Tendo em consideração que o volume de negócios cresceu 82,5%, esta situação reflecte um maior rigor e acompanhamento nas cobranças. Em resultado, o prazo médio de recebimento foi reduzido de 166 dias para os 98 dias em 31 de Dezembro de 2001, reflectindo uma melhoria significativamente deste prazo em 41,1%.

Os outros devedores cifraram-se em 12,9 milhões de euros reflectindo maioritariamente uma operação de *factoring* cujo recebimento ocorreu no início de 2002.

A rubrica de acréscimos de proveitos fixou-se em 1,9 milhões de euros em 2001 (1,7 milhões de euros em 2000). Deste valor, 1,1 milhões respeitam a proveitos de projectos em curso já desenvolvidos e não facturados e a juros relativos a aplicações de tesouraria relativos a 2001 ainda não recebidos.

Os custos diferidos representaram 1,7 milhões de euros e referem-se entre outros à especialização de diversos custos, como os relativos a contratos de manutenção, a rendas de escritório e a seguros.

A rubrica de acréscimos de custos, no valor de 5,6 milhões de euros em 2001, reflecte essencialmente cerca de 3,6 milhões de euros relativos a encargos com férias e subsídios de férias a liquidar.

A rubrica de proveitos diferidos, cujo saldo em 2001 atingiu 3,9 milhões de euros, reflecte entre outros, cerca de 685 000 euros de facturação antecipada (já emitida que não corresponde a trabalho efectivamente realizado) e cerca de 1,4 milhões euros relativos a proveitos de contratos de manutenção de *software* referentes aos primeiros meses de 2002.

O *cash-flow*, considerando apenas os resultados líquidos e as amortizações do exercício de 2001, elevou-se a 14,5 milhões de euros, 42,2% acima dos 10,2 milhões de euros de 2000.

Investimento:

O investimento líquido efectuado em 2001 atingiu os 9,5 milhões de euros, dos quais apenas 3,4 milhões de euros constituem investimento recorrente.

Os investimentos não recorrentes constituem cerca de 5,6 milhões de euros e são relativos a diferenças de consolidação (*goodwill*) e a *trespasses*.

No investimento corpóreo, cerca de 0,5 milhões de euros são investimentos em equipamentos de transporte que não correspondem a saídas de meios monetários.

O imobilizado em curso passou de 3,6 milhões de euros em 2000, para 3,4 milhões de euros em 2001, pelo que se verifica um desinvestimento líquido de cerca 0,2 milhões de euros. Retirando o efeito de variação ocorrida no perímetro de consolidação e de transferências para imobilizado firme, o investimento do período ascendeu a 3,1 milhões de euros.

As principais contribuições do imobilizado em curso no valor de 2,7 milhões de euros dizem respeito à finalização dos projectos dos sistemas de informação interna do Grupo Novabase, no projecto ASP e no projecto Saúde e que deverão estar concluídos durante o exercício de 2002.

O imobilizado incorpóreo líquido, excluindo o imobilizado em curso, passou de 10,7 milhões de euros em final de 2000, para 14,4 milhões de euros no final de 2001, inclui um aumento bruto de 7,9 milhões de euros.

Os principais aumentos foram representados pelas diferenças de consolidação com 4,2 milhões de euros, as despesas de investigação e desenvolvimento com 1,4 milhões de euros, os *trespasses* com 1,4 milhões de euros e as despesas de instalação com 0,7 milhões de euros.

O imobilizado corpóreo líquido passou de 5,6 milhões de euros para 5,7 milhões de euros entre 2000 e 2001, representando um aumento bruto de 2,7 milhões de euros.

O imobilizado corpóreo líquido inclui um montante líquido de 1,5 milhões de euros referente à imobilização de veículos em regime de *leasing*, ALD ou AOV (que não corresponde de facto a uma saída de meios líquidos), contribuiu com 0,8 milhões de euros no aumento bruto de 2001 acima referido.

Os investimentos financeiros totalizaram 2,1 milhões de euros (1,8 milhões de euros em 2000) e referem-se maioritariamente às participações minoritárias no capital de empresas.

Em resumo, os investimentos realizados em 2001 podem ser analisados como segue (em milhões de euros):

Investimento:

Imobilizado em curso (a)	3,117
Transferência por imobilizado firme	— 2,090
Variação de perímetro (saída Mercabolsa e Codeware)	— 1,203
Subtotal (1)	— 0,176

Imobilizado incorpóreo:

Despesas de instalação	0,678
I&D	1,441
Propriedade industrial	0,184
<i>Goodwill</i>	4,224
<i>Trespasses</i>	1,403
Subtotal (2)	2,303

Imobilizado corpóreo:

Equip. transporte/ <i>leasing</i> /Aov	0,473
Outros corpóreos	1,258
Subtotal (3)	1,258
Total	3,385

(a) ASP 0,782; Meta4, Chasm e SAP 0,682; Saúde CSI módulos em desenvolvimento 0,649; outros, 1,004

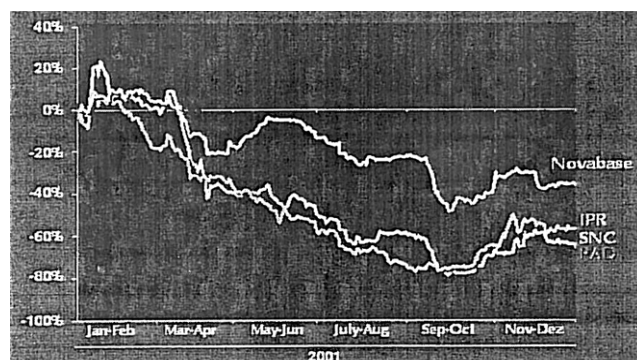
9 — Comportamento bolsista

O ano de 2001 foi, em geral e para as empresas tecnológicas em particular, um ano difícil para os mercados, em contraste com os anos imediatamente anteriores.

Poderá dizer-se que as empresas de tecnologias passaram repentinamente de estrelas a suspeitas.

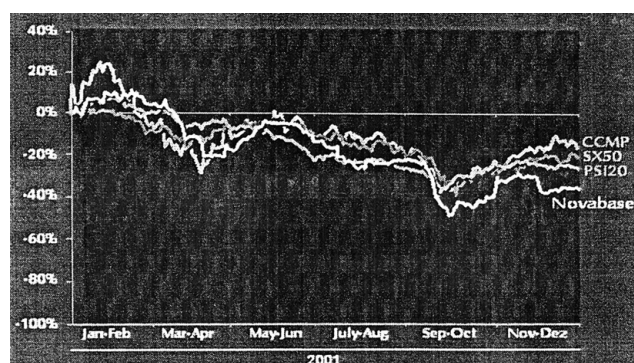
Certamente devido à excelente *performance* da empresa, a acção da Novabase 9 revelou um bom desempenho bolsista quando comparada com outras TMTs cotadas no mesmo mercado durante 2001.

Novabase vs outras TMTs



Quando comparada com os índices PSI20, Nasdaq e Euronext, verificamos que a cotação da Novabase acompanhou aqueles índices até o 3Q2001, mas após os eventos de 11 Setembro nos EUA a acção ficou a desconto face aqueles índices, não tendo recuperado até ao final de 2001.

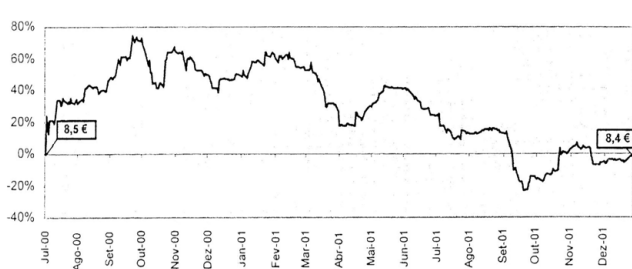
Novabase e o mercado



Apesar de um ano muito negativo para o mercado bolsista, constata-se que a empresa no final do ano transaccionava a níveis semelhantes aos da saída em IPO a 8,5 euros.

A cotação média, ponderada pela quantidade, do título Novabase durante o ano de 2001, foi de 10,30 euros por acção. Foram transaccionadas mais de 8,5 milhões de acções em todas as 247 sessões de bolsa do ano de 2001, correspondentes a um valor de transacção superior a 88 milhões de euros. O número médio diário de acções transaccionadas fixou-se em cerca de 34,6 mil títulos, correspondentes a um valor médio diário de cerca de 0,35 milhões de euros.

Comportamento bolsista da Novabase



Em termos de liquidez, a rotação anual em 2001, foi superior a 107% do *free float* e corresponde a cerca de 30% do capital total da Novabase.

A cotação no último dia útil do ano, dia 28 de Dezembro de 2001 fixou-se nos 8,39 euros, o que representa uma desvalorização de apenas 12,9% face ao preço de saída de IPO de 8,5 euros ocorrido em 3 de Julho de 2000.

A cotação de fecho máxima ocorrida durante o ano de 2001 foi de 13,90 euros e registou-se em finais de Janeiro (dias 24, 25 e 31), enquanto o valor mínimo registado fixou-se nos 6,53 euros e ocorreu em 21 de Setembro, na sequência de acontecimentos ocorridos a 11 de Setembro nos EUA.

A capitalização bolsista no final do ano, em 28 de Dezembro de 2001, fixou-se em cerca de 237,1 milhões de euros.

Resumo	FY2001	4Q2001	3Q2001	2Q2001	1Q2001
Cotação mínima (valor euros)	6,53	7,00	6,53	10,00	12,53
Cotação máxima (valor euros)	13,90	9,07	12,00	13,40	13,90
Cotação média ponderada pela quantidade	10,30	8,23	8,69	10,99	12,42
Número de títulos transaccionados	8 554 554	1 905 028	1 980 770	1 896 019	2 762 737
Capitaliz. bolsista no último dia do período (milhões de euros)	237,1	237,1	206,3	299,5	313,6

A *performance* da Novabase compara muito favoravelmente com a mais relevante das congéneres contada na bolsa de Madrid (INDRA).

Na comparação com a INDRA, a Novabase revela a sua característica de acção de forte crescimento, quer a nível de volume de negócios quer a nível de resultados líquidos, quer a nível de *cash-flow* operacional (EBITDA).

	(Em percentagem)	
	Novabase	Indra
Crescimento volume negócios 2000-2001	82,5	14,4
Crescimento resultados líquidos 2000-2001	38,0	22,0
Crescimento EBITDA 2000-2001	54,8	18,3

10 — Agradecimentos

O conselho de administração, ao terminar o seu relatório relativo ao exercício de 2001, deseja expressar o seu reconhecimento a todos quantos se empenharam activamente no desenvolvimento da Novabase, na construção contínua da sua visão, no estabelecimento de objectivos concretos, na sua persecução e nas pequenas tarefas árduas do dia a dia, permitindo-se destacar em especial:

Os nossos clientes, pela preferência com que nos distinguiram, pelos desafios colocados, pela confiança demonstrada, pelas críticas e sugestões, pela relação de trabalho criada com a nossa empresa.

Os nossos colaboradores, pela competência colocada ao serviço de uma missão comum, pelo esforço, pelo empenhamento, pelo entusiasmo e pelas críticas, por quererem partilhar connosco o seu projecto profissional de vida.

Os nossos accionistas, pela confiança demonstrada e pelo apoio, colaboração e interesse com que têm acompanhado a actividade da empresa.

Os nossos parceiros, pela contribuição para o aumento das nossas capacidades, num mundo em que ninguém realiza nada sozinho.

O conselho fiscal e auditores externos, que acompanharam de forma rigorosa, esforçada e construtiva todos os aspectos de relevo na sociedade.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2002. — O Conselho de Administração: Rogério dos Santos Carapuça, presidente — José Afonso Oom Ferreira de Sousa — Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho — Luís Paulo Cardoso Salvado — João Nuno da Silva Bento — Álvaro José da Silva Ferreira — Paulo Jorge Freire Andrez — João Vasco Tavares da Mota Ranito — João Filipe Santos Teixeira Neto — José Carlos de Almeida Pedro de Jesus — Nuno Miguel Isidoro Duarte.

Anexo ao relatório consolidado de gestão do conselho de administração

Publicidade de participações dos membros de órgãos de administração (n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais):

Accionistas	Número de acções	Porcentagem de capital	Porcentagem de direito de voto
José Afonso Oom Ferreira de Sousa	3 383 670	11,98	12,01
Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho	3 383 490	11,97	12,01
Rogério dos Santos Carapuça	2 536 406	8,98	9,00
Luís Paulo Cardoso Salvado	2 415 248	8,55	8,57
João Nuno da Silva Bento	2 415 148	8,55	8,57
Paulo Jorge Ferreira Andrez	1 099 641	3,89	3,90
Álvaro José da Silva Ferreira	1 089 816	3,86	3,87

Accionistas	Número de acções	Porcentagem de capital	Porcentagem de direito de voto
João Filipe dos Santos Teixeira Neto	667 068	2,36	2,37
João Vasco Tavares da Mota Ranito	667 068	2,36	2,37
José Carlos de Almeida Pedro de Jesus	496 405	1,76	1,76
Nuno Miguel Isidoro Duarte	279 226	0,99	0,99
<i>Total</i>	18 433 186	65,24	65,44

Publicidade de participações de accionistas (n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais):

Accionistas	Número de acções	Porcentagem de capital	Porcentagem de direito de voto
José Afonso Oom Ferreira de Sousa	3 383 670	11,98	12,01
Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho	3 383 490	11,97	12,01
Rogério dos Santos Carapuça	2 536 406	8,98	9,00
Luís Paulo Cardoso Salvado	2 415 248	8,55	8,57
João Nuno da Silva Bento	2 415 148	8,55	8,57
Banco Espírito Santo, S. A.	1 532 864	5,42	5,44
Paulo Jorge Ferreira Andrez	1 099 641	3,89	3,90
Álvaro José da Silva Ferreira	1 089 816	3,86	3,87
Fernando Eduardo Ribeiro Marques	928 796	3,29	3,30
João Filipe dos Santos Teixeira Neto	667 068	2,36	2,37
João Vasco Tavares da Mota Ranito	667 068	2,36	2,37
AF Investimentos — Grupo BCP	565 493	2,00	2,01
José Carlos de Almeida Pedro de Jesus	496 405	1,76	1,76
Nuno Miguel Isidoro Duarte	279 226	0,99	0,99
Manuel Saldanha Fortes Tavares Festas	101 346	0,36	0,36
<i>Total</i>	21 561 685	76,31	76,54

O Conselho de Administração: *Rogério dos Santos Carapuça*, presidente — *José Afonso Oom Ferreira de Sousa* — *Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho* — *Luís Paulo Cardoso Salvado* — *João Nuno da Silva Bento* — *Álvaro José da Silva Ferreira* — *Paulo Jorge Freire Andrez* — *João Vasco Tavares da Mota Ranito* — *João Filipe Santos Teixeira Neto* — *José Carlos de Almeida Pedro de Jesus* — *Nuno Miguel Isidoro Duarte*.

Anexo de recomendações da CMVM

Acordos parassociais:

A 14 de Junho de 2000, foi celebrado por escrito um acordo entre os seguintes vendedores na operação de dispersão de capital em Bolsa:

Rogério Santos Carapuça.
 José Afonso Sousa.
 Pedro Marques Carvalho.
 Luís Paulo Salvado.
 João Nuno Bento.
 Álvaro Silva Ferreira.
 Paulo Jorge Andrez.
 João Vasco Ranito.
 João Filipe Neto.
 José Carlos Jesus.
 Nuno Miguel Duarte.
 Manuel Tavares Festas.
 Fernando Ribeiro Marques.

O acordo foi, nas suas partes essenciais, transcrito no prospecto de admissão e os principais factos que dele resultam são os seguintes:

- Obrigações relativamente à composição dos órgãos sociais e à eleição dos respectivos membros;
- Obrigações e compromisso de não alienar as respectivas acções excepto nas condições e termos autorizados por uma maioria igual ou superior a 2/3 das acções detidas pelos signatários;
- Obrigações de reinvestimento de 60% do encaixe da operação de IPO, em aumento de capital ao preço do IPO.
- Obrigações dos signatários de permanecerem na Novabase em funções de gestão em regime de exclusividade e por um período mínimo de três anos após, o dia 14 de Julho de 2000.

Relação com investidores e comunicação:

A Novabase criou um Gabinete de Relações com Investidores com a responsabilidade de representar a Novabase junto da CMVM e dos investidores. No contacto com investidores, particulares e também institucionais Nacionais e estrangeiros, foi igualmente usado o *site web* da Novabase, www.novabase.pt, no qual são publicados os factos relevantes e a prestação de contas relativas ao ano 2000 (1.º semestre, 3.º trimestre e ainda as contas anuais) em português e inglês. A descrição da Novabase, os seus objectivos, as empresas que a constituem, os mercados e as tecnologias que opera são detalhadamente descritos e actualizados em base sistemática. Cerca de 50% dos contactos de investidores particulares foram recebidos pelo Canal Internet.

A comunicação institucional e *marketing* conta com uma equipa reforçada ao longo de 2000 de sete colaboradores. Foi responsável pela campanha de *marketing* na operação de IPO e tem a seu cargo a responsabilidade da comunicação com os órgãos de comunicação social.

Regulamentos internos e de conduta:

A Novabase compromete-se a garantir a confidencialidade sobre os dados disponibilizados pelo cliente ou por terceiros envolvidos em cada projecto não os disponibilizando a quaisquer outras entidades, salvo autorização expressa do cliente.

A Novabase assume, igualmente, o compromisso de remover e destruir, no final de cada projecto, todo e qualquer tipo de registo relacionado com os dados analisados que não venha a ser necessário para projectos consequentes e que o cliente considere como de acesso privilegiado.

Sem prejuízo do disposto acima, será conveniente que a definição dos processos de normalização e de identificação definidos durante o projecto, possam ser salvaguardados por forma a poderem ser utilizados em eventuais extensões a este projecto. A informação a salvaguardar consiste num conjunto de ficheiros de referência e de parame-

trização das ferramentas utilizadas, não havendo a necessidade de salvaguardar quaisquer dados existentes nas bases de dados, processadas.

Política de dividendos:

Como previsto no prospecto de IPO, o conselho de administração da Novabase não deverá propor em assembleia geral a distribuição de dividendos aos accionistas nos três anos de actividade subsequentes ao IPO, de forma a poder capitalizar a própria sociedade para fazer face

ao forte crescimento esperado das suas actividades, acrescentando valor aos accionistas.

O Conselho de Administração: *Rogério dos Santos Carapuça*, presidente — *José Afonso Oom Ferreira de Sousa* — *Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho* — *Luís Paulo Cardoso Salvado* — *João Nuno da Silva Bento* — *Alvaro José da Silva Ferreira* — *Paulo Jorge Freire Andrez* — *João Vasco Tavares da Mota Ranito* — *João Filipe Santos Teixeira Neto* — *José Carlos de Almeida Pedro de Jesus* — *Nuno Miguel Isidoro Duarte*.

Balanço consolidado dos exercícios findos em 2001 e 2000

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	2001		2000	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizado incorpóreo:				
Despesas de instalação	2 015	1 172	843	795
Despesas de investigação e desenvolvimento	3 638	1 812	1 826	842
Propriedade industrial e outros direitos	245	97	148	29
Trespases	1 405	107	1 298	14
Imobilizações em curso	3 377	—	3 377	3 553
Outras imobilizações incorpóreas	—	—	—	8
Diferenças de consolidação	12 726	2 433	10 293	8 978
	<u>23 406</u>	<u>5 621</u>	<u>17 785</u>	<u>14 218</u>
Imobilizado corpóreo:				
Edifícios e outras construções	599	349	250	282
Equipamento básico	5 596	3 001	2 595	2 690
Equipamento de transporte	4 359	2 315	2 044	2 012
Ferramentas e utensílios	154	40	114	16
Equipamento administrativo	1 210	535	675	565
Outras imobilizações corpóreas	13	6	7	6
	<u>11 931</u>	<u>6 246</u>	<u>5 685</u>	<u>5 571</u>
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas associadas	2 101	—	2 101	1 815
Obrigações e títulos de participação	3	—	8	5
Outras aplicações financeiras	3	—	3	4
	<u>2 112</u>	<u>—</u>	<u>2 112</u>	<u>1 824</u>
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 069	—	5 069	1 723
Produtos e trabalhos em curso	184	—	184	174
Produtos acabados	1 947	—	1 947	380
Mercadorias	581	20	561	337
	<u>7 781</u>	<u>20</u>	<u>7 761</u>	<u>2 613</u>
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes c/corrente	30 242	—	30 242	28 121
Clientes cobrança duvidosa	1 244	1 173	71	332
Accionistas	42	—	42	195
Adiantamentos a fornecedores	165	—	165	91
Adiantamentos a fornecedores imobilizado	—	—	—	6
Estado e outros entes públicos	649	—	649	795
Outros devedores	13 106	197	12 909	1 781
Subscritores de capital	134	—	134	729
	<u>45 582</u>	<u>1 370</u>	<u>44 212</u>	<u>32 050</u>
Títulos negociáveis:				
Títulos negociáveis	612	—	612	1 072
Outras aplicações tesouraria	16 924	—	16 924	22 912
	<u>17 536</u>	<u>—</u>	<u>17 536</u>	<u>23 985</u>

(Em milhares de euros)

	2001		2000
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
Depósitos bancários e caixa:			
Depósitos bancários à ordem	9 231		2 677
Caixa	38		203
	<u>9 269</u>		<u>2 879</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de proveitos	1 930		1 715
Custos diferidos	1 718		1 407
	<u>3 648</u>		<u>3 122</u>
<i>Total de amortizações</i>		<u>11 867</u>	
<i>Total de provisões</i>		<u>1 390</u>	
<i>Total do activo</i>	<u>121 265</u>	<u>13 257</u>	<u>108 008</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2001	2000
Capital próprio:		
Capital	14 128	14 100
Ações próprias	(44)	—
Prémios de emissão de acções	35 162	34 692
Diferenças de consolidação	87	87
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(81)	19
Reservas:		
Reservas legais	563	66
Reservas livres	4 667	93
Diferenças de conversão cambial	185	(138)
Resultados transitados	(171)	(191)
Resultado líquido do exercício	<u>8 886</u>	<u>6 399</u>
<i>Total do capital próprio</i>	<u>63 382</u>	<u>55 125</u>
Interesses minoritários	<u>3 677</u>	<u>2 974</u>
Passivo:		
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
Dívidas a instituições de crédito	1 983	—
Fornecedores de imobilizado	1 009	995
	<u>2 992</u>	<u>995</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	1 753	3 788
Fornecedores c/corrente	14 857	9 306
Fornecedores de imobilizado	1 580	1 525
Empresas associadas	110	5
Adiantamento de clientes	—	—
Adiantamento de clientes	—	18
Estado e outros entes públicos	8 120	5 710
Outros credores	1 997	1 996
	<u>28 417</u>	<u>22 349</u>
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	5 628	2 916
Proveitos diferidos	3 912	1 905
	<u>9 540</u>	<u>4 821</u>
<i>Total do passivo</i>	<u>40 949</u>	<u>28 164</u>
<i>Total capital próprio, interesses minoritários e passivo</i>	<u>108 008</u>	<u>86 263</u>

O Conselho de Administração: Rogério dos Santos Carapuça, presidente — José Afonso Oom Ferreira de Sousa — Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho — Luís Paulo Cardoso Salvado — João Nuno da Silva Bento — Álvaro José da Silva Ferreira — Paulo Jorge Freire Andrez — João Vasco Tavares da Mota Ranito — João Filipe Santos Teixeira Neto — José Carlos de Almeida Pedro de Jesus — Nuno Miguel Isidoro Duarte. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

	2001	2000
Vendas e prestação de serviços	96 466	52 847
Custo das vendas e das prestações de serviços	<u>71 238</u>	<u>34 414</u>
Resultados brutos	25 227	18 433

	2001	2000
Outros proveitos e ganhos operacionais	4 320	4 750
Custos de distribuição	1 731	1 090
Custos administrativos	3 578	5 274
Outros custos e perdas operacionais	11 140	10 822
Resultados operacionais	13 099	5 997
Custo líquido de financiamento	656	670
Ganhos/perdas em filiais e associadas	1 303	520
Ganhos/perdas em outros investimentos	1 236	4 208
Resultados não usuais	—	—
Resultados correntes	12 375	9 015
Impostos sobre os resultados correntes	2 487	2 421
Resultados correntes após impostos	9 888	6 594
Resultados extraordinários	—	—
Impostos sobre resultados extraordinários	—	—
Resultado consolidado com interesses minoritários	9 888	6 594
Interesses minoritários	1 002	195
Resultado líquido	8 886	6 399
Resultados por acção	0,00031	0,00032

O Conselho de Administração: *Rogério dos Santos Carapuça*, presidente — *José Afonso Oom Ferreira de Sousa* — *Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho* — *Luís Paulo Cardoso Salvado* — *João Nuno da Silva Bento* — *Álvaro José da Silva Ferreira* — *Paulo Jorge Freire Andrez* — *João Vasco Tavares da Mota Ranito* — *João Filipe Santos Teixeira Neto* — *José Carlos de Almeida Pedro de Jesus* — *Nuno Miguel Isidoro Duarte*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Anexo ao balanço e demonstração de resultados consolidados relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001

(Montantes expressos em milhares de euros)

Introdução:

A Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. (adiante designada por Novabase ou empresa), criada inicialmente sob a denominação de Novabase — Sistemas de Informação e Base de Dados, Lda., é a Empresa mais-antiga do Grupo Novabase, detendo, as participações sociais das restantes Empresas do Grupo. Constituída em 11 de Maio de 1989, teve como actividade principal a produção e comercialização de sistemas informáticos até ao final de 1999.

Em 23 de Dezembro de 1999, estampa alterou a sua denominação social e o seu objecto, convertendo-se numa sociedade gestora de participações sociais, tendo como objecto a gestão de participações sociais de outras empresas como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

As demonstrações financeiras consolidadas da Novabase, SGPS, foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, que define as normas relativas à consolidação de contas em Portugal. A Novabase como Empresa-Mãe do Grupo Novabase

detém participações em empresas filiais e associadas. São consideradas filiais as que correspondem a investimentos de carácter duradouro cuja participação directa ou indirecta seja superior a 50% ou onde, embora com participação inferior àquela, a Novabase exerça uma posição de domínio. As empresas associadas são investimento de carácter duradouro, cuja participação da Novabase se situe entre 20% e 50% e em relação às quais não exista uma relação de controlo, mas apenas de complementaridade com as actividades da Novabase. Nestas circunstâncias, o conjunto de filiais e associadas exclui as empresas cuja participação não foi adquirida com o objectivo de intervenção na gestão das respectivas entidades.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo Novabase ou a sua apresentação não é relevante.

I — Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras:

1 — Empresas incluídas na consolidação:

As empresas incluídas na consolidação, a sua sede e a proporção do capital detido directa e indirectamente pela Novabase é em 31 de Dezembro de 2001 como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação		2001	
		Directa	Indirecta	Capital próprio	Resultados do exercício
Empresa-mãe:					
Novabase, SGPS, S. A.	Lisboa	—	—	—	—
Subsidiárias:					
Novabase — Suporte à Decisão, S. A.	Lisboa	96,52	—	1 762	1 135
Novabase Porto, S. A.	Porto	100,00	—	1 017	47
NBO Recursos em TI, S. A.	Lisboa	100,00	—	2 419	1 939
C Focus — Soluções de Marketing, S. A.	Lisboa	86,00	—	835	556
Novabase Serviços, S. A.	Lisboa	100,00	—	426	196
Mentor.IT — Consultoria em TT, S. A.	Lisboa	77,50	—	77	26
Novabase — Sistemas de Informação, S. A.	Lisboa	74,81	—	3 306	72

Denominação social	Sede	Percentagem de participação		2001	
		Directa	Indirecta	Capital próprio	Resultados do exercício
Novabase — Desenvolvimento à Medida, S. A.	Lisboa	94,95	—	3 802	2 287
Novabase Data Quality, S. A.	Lisboa	96,00	—	2 473	1 397
Mind — Software Multimedia e Industrial, S. A. (a)	Lisboa	50,00	—	325	187
Sapi 2-ci — Consultoria Informática, L. ^{da} (b)	Porto	50,00	—	236	95
Sapi 2-pi — Projectos Informáticos, L. ^{da} (b)	Porto	—	50,00	19	63
Novabase — Geoinformação, S. A.	Lisboa	74,99	—	82	69
Novabase Saúde, S. A.	Lisboa	55,00	—	2 106	(238)
Octal — Engenharia de Sistemas, S. A.	Lisboa	100,00	—	4 711	1 032
Novabase Brasil, Ltda.	S. Paulo	80,00	—	1 070	(310)
Octaltv, S. A. (e)	Lisboa	60,67	—	1 523	1 274
Novabase — Outsourcing, S. A.	Lisboa	92,50	—	2 549	51
Novabase — Integração de Processos, S. A.	Lisboa	90,00	—	328	184
Ontv, S. A. (a)	Lisboa	51,00	—	388	253
SAF, S. A.	Lisboa	51,00	—	410	(13)
Novabase — Gestão Empresarial, S. A.	Lisboa	97,50	—	563	112
Novabase — Gestão de Activos, S. A.	Lisboa	100,00	—	50	—
TVLab, S. A. (a)	Lisboa	50,00	—	461	(65)
CellFocus, S. A.	Lisboa	—	47,30	505	356
Praetor II, L. ^{da} (d)	Lisboa	—	96,52	1	5
Praetor III, L. ^{da} (d)	Lisboa	—	96,52	57	5
Octal — Ingenieria de Sistemas, SL (f)	Madrid	—	75	122	1
Sub-grupo Novabase Capital:					
Novabase Capital, SGPS, S. A.	Lisboa	—	100,00	3 845	(54)
Subsidiárias:					
Deltafor, L. ^{da}	Oeiras	—	100,00	387	90
Milenar, S. A.	Sintra	—	75,00	105	9

Excepto quanto à Mind e TVLab, incluídas na consolidação pelo método proporcional, conforme indicado na nota n.º 5, as restantes empresas acima referidas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea d), n.º 1, do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91 (designação da maioria dos órgãos sociais) e, nos demais casos, com base na alínea a) do n.º 1 do mesmo artigo (maioria de direitos de voto).

(a) Tendo em consideração que foi assinado um acordo parassocial entre os actuais sócios, dando à Novabase um controlo maioritário na gestão da Sapi2 ci — Consultoria Informática, L.^{da}, esta empresa foi incluída na consolidação pelo método de integração global;

(b) O capital é detido na totalidade pela SAPI2 ci — Consultoria Informática, L.^{da};

(c) A participação representativa de 55% do capital é detida pela Cfocus, S. A.;

(d) O capital é detido na totalidade pela Novabase — Suporte à Decisão, S. A.;

(e) O capital é detido em 51% pela Novabase, SGPS e em 9,67% pela Octal, S. A.;

(f) Participação detida pela Octal, S. A.

3 — Empresas associadas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial:

As participações de capital em empresas associadas, estão registadas pelo método da equivalência patrimonial, que corresponde à proporção detida nos capitais próprios das subsidiárias em 31 de Dezembro de 2001:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação		2001	
		Directa	Indirecta	Capital próprio	Resultados do exercício
Clipanúncios, S. A.	Lisboa	—	25,00	341	(79)
Manchete, S. A.	Lisboa	—	25,00	250	(34)
SuperEmprego, S. A.	Lisboa	—	36,25	(85)	(361)
Dínamo, S. A.	Lisboa	—	40,00	493	26
NetSaúde, S. A.	Lisboa	—	20,00	1 631	(369)

Estas participações são detidas através da Novabase Capital, SGPS.

5 — Empresas consolidadas pelo método proporcional:

A Mind e a TVLab foram incluídas na consolidação pelo método proporcional. Respektivas sede e os factos em que se baseia a administração para utilizar este método de consolidação e a proporção do capital detido, são como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação		2001	
		Directa	Indirecta	Capital próprio	Resultados do exercício
MIND — Software Multimedia e Industrial, S. A.	Lisboa	50	—	325	187
TVLab, S. A.	Lisboa	50	—	460	(65)

Tendo em consideração que estas empresas correspondem a entidades conjuntamente controladas, foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação proporcional (n.º 4.3 da Directriz Contabilística n.º 24 — Empreendimentos conjuntos).

De acordo com este método, o Grupo reconhece a proporção correspondente nos resultados, activos e passivos desta entidade.

6 — Empresas relevadas ao custo de aquisição:

A empresa-mãe possui à data de 31 de Dezembro de 2001, uma participação de 25,1% da empresa Infordesporto, S. A., registada pelo valor de aquisição de 1310 milhares de euros.

A esta participação não foi aplicado o método de equivalência patrimonial pelo facto de existir um contrato de compra e venda de acções que garante um valor mínimo de venda para esta participação de 1346 milhares de euros.

As seguintes empresas, detidas indirectamente pela Novabase [v. nota n.º 27, alínea *iii*)], encontram-se relevadas ao custo de aquisição:

Tape;
Intelcart;
Setcom;
Octal gmbH;
Plano B;
SAF Espanha.

7 — Número médio de pessoal:

O número médio de empregados ao serviço do Grupo Novabase durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, incluindo os empregados das empresas do Grupo que integram a consolidação pelo método proporcional, foi de 944 e 674, respectivamente.

III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

10 — Diferenças de consolidação:

i) Diferenças de consolidação incluídas no imobilizado incorpóreo:

O saldo desta rubrica compreende à diferença entre o custo de aquisição das partes de capital detidas em empresas do Grupo e associadas e a proporção dos capitais próprios à data de aquisição, se efectuadas após 1 de Janeiro de 1991 ou à data da primeira consolidação da Novabase. Em 31 de Dezembro de 2001 esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Em milhares de euros)			
Subsidiária	Ano de aquisição	Percent. de particip. no capital	Difer. de consolid.
Novabase — Suporte à Decisão	1998	2,00	246
Novabase — Suporte à Decisão	1999	16,00	971
Novabase — Suporte à Decisão	2001	4,00	1 127
Novabase — Data Quality	2001	6,00	849
Novabase — Desenvolv. Medida	2001	3,00	713
NBO	1999	49,97	1 878
CFocus	1999	25,00	1
CFocus	2001	6,00	731
Novabase Porto	1999	49,95	1 151
Novabase Capital	1999	100,00	1 250
Octal — Engenharia de Sistemas	2000	100,00	715
Mind	2000	50,00	608
SAPÍ2	2000	50,00	968
Novabase — Gestão Empresarial	2001	51,00	168
ONTV	2000	51,00	307
SAF	2000	51,00	487
Praetor II	2000	100,00	619
Praetor III	2000	100,00	193
			12 982
Amortizações acumuladas			2 433
			10 549

A este valor de diferenças de consolidação *i*) foi deduzida a mais valia obtida na alienação de acções próprias a promotores de algumas participadas (430 milhares de euros) e *ii*) foi incluída a menos valia resultante da alienação de 25,19% de participação no capital social da Novabase — Sistemas de Informação (174 milhares de euros).

As diferenças de consolidação são amortizadas durante um período de 10 anos (v. nota n.º 17).

ii) Diferenças de consolidação incluídas nos capitais próprios:

(Em milhares de euros)			
Subsidiária	Ano de aquisição	Percent. de particip. no capital	Difer. de consolid.
Mentor	1999	2,50	—
Deltafor	1999	100,00	84
Milenar	2000	75,00	3
			87

O saldo desta rubrica resulta do facto de o custo com a aquisição da participação ser inferior à proporção detida nos capitais próprios da filial.

14 — Alterações ao perímetro de consolidação:

No exercício de 2001, ocorreram alterações no perímetro de consolidação das empresas do Grupo Novabase, nomeadamente por:

i) Constituição das empresas:

Novabase — Gestão Empresarial, S. A.;
TVLab, S. A.;
Novabase — Gestão de Activos, S. A.

ii) Alienação parcial de participação nas empresas:

Manchete, S. A.;
Clipanúncios, S. A.;
Novabase — Sistemas de Informação, S. A.

iii) Alienação da totalidade da participação em:

Codeware, S. A.;
Mercabolsa, L.^{da}

15 — Consistência de aplicação dos critérios valorimétricos:

Os principais critérios valorimétricos seguidos pelas empresas do Grupo Novabase, foram, na generalidade, aplicados de forma consistente entre as empresas incluídas na consolidação e encontram-se descritos na nota 23.

17 — Período de amortização de diferenças de consolidação:

As diferenças de consolidação são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de dez anos, período que se considera como o adequado para a recuperação do investimento.

18 — Critérios de contabilização das participações em associadas:

As participações financeiras em empresas associadas (participação entre 20% e 50%), são registados pelo método da equivalência patrimonial, pelo que as participações são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido pela diferença para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas trimestralmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas, por contrapartida de ganhos e perdas do exercício (v. nota n.º 44). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

IV — Informações relativas a compromissos:

21 — Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço consolidado:

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo Novabase e não incluídos no balanço a 31 de Dezembro de 2001 resultam dos encargos financeiros incluídos nas rendas vincendas de aluguer de viaturas no montante de 410 milhares de euros.

22 — Garantias prestadas:

A 31 de Dezembro de 2001, existem compromissos financeiros que não figuram no balanço referentes a garantias bancárias prestadas

a terceiros destinadas a servir de caução aos projectos em curso, cuja discriminação é a seguinte (em milhares de euros):

IIES	660
TMN	539
CTT	521
CGD	283
ISQ	195
Sociedade Gestora FPBP	125
Del Veste	118
Siemens	116
Administração Regional de Saúde do Alentejo	105
DGSP	97
CP	90
DGDR	88
Instituto de Informática	57
Imorendimento	51
Outras	384
	3 429

A distribuição das responsabilidades por garantias emitidas, por empresa do Grupo totaliza 2267 milhares de euros:

	Banco	Milhares de euros
Novabase Desenvolvimento Medida	BPI	60
Novabase Suporte Decisão	BES	131
Novabase Gestão Empresarial	BPI	43
Novabase Saúde	BCP	137
Novabase Integração de Processos	BPI	22
NBO	BPI	2
Novabase Porto	BPI	77
Novabase Suporte Decisão	BES	142
Novabase Suporte Decisão	BÍI	553
Novabase Sistemas Informação	BES	502
Novabase Sistemas Informação	BPI	598
		2 267

O montante remanescente de 1162 milhares de euros resulta de garantias bancárias emitidas pela empresa junto dos seguintes bancos:

- i) Banco Português de Investimento, 689 milhares de euros;
- ii) Banco Nacional Ultramarino, 206 milhares de euros;
- iii) Mapfre, 284 milhares de euros, alínea iv) Caixa Geral de Depósitos, 63 milhares de euros; e
- v) Banco Português Atlântico, 130 milhares de euros.

V — Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos utilizados:

23 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com a convenção do custo histórico, corrigido para o justo valor dos activos ou passivos, adquiridos, compreendendo as políticas contabilísticas referidas abaixo.

As demonstrações financeiras individuais da Novabase e das suas filiais e associadas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas (v. nota n.º 1), foram preparadas por estas entidades com base nos respectivos registos contabilísticos adoptados pelo grupo e que seguem o Plano Oficial de Contabilidade. As filiais no estrangeiro preparam as suas contas estatutárias em conformidade com os princípios contabilísticos seguidos localmente.

Procedimentos de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem as da Novabase, das suas filiais e associadas mais significativas foram preparadas em conformidade com as disposições do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Junho.

Neste contexto procedeu-se à uniformização dos critérios contabilísticos sempre que tal foi julgado necessário ou materialmente relevante.

A consolidação das empresas participadas referidas na nota n.º 1 efectuou-se pelo método de consolidação integral. As filiais são conso-

lidadas desde a data em que a Novabase ou quaisquer outras das filiais exercem directa ou indirectamente controlo efectivo, sendo retiradas do perímetro de consolidação a partir do momento da sua alienação, ou modificação no controlo.

As principais transacções e os saldos de maior significado ocorridos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação, assim como os ganhos e perdas não realizadas em transacções entre empresas que integram o Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado no balanço na rubrica de interesses minoritários (nota n.º 53).

As diferenças de consolidação (*goodwill*), decorrentes da diferença entre o valor contabilístico das partes de capital e o valor da proporção do capital próprio que elas representam, reportados à data da aquisição ou à data da primeira consolidação e alteradas pelas modificações subsequentes na estrutura das participações respectivas, foram registadas no balanço consolidado na rubrica de diferenças de consolidação.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas encontram-se incluídos no balanço consolidado, pelo método da equivalência patrimonial (v. notas n.ºs 3 e 18).

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas em menos de 20% e nas subsidiárias e associadas que justificadamente não foram incluídas na consolidação, encontram-se apresentados ao custo de aquisição, ou pelo seu valor estimado de realização, quando este é mais baixo.

Os interesses do grupo numa entidade controlada conjuntamente são contabilizados pelo método proporcional. De acordo com este método o grupo reconhece a proporção correspondente nos resultados, activos e passivos dessas entidades (v. nota n.º 5).

Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos:

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram os seguintes:

a) *Especialização de exercícios*. — Os proveitos e custos são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os proveitos e os custos são reconhecidos à medida em que são gerados independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas, são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (v. nota n.º 58).

b) *Goodwill*. — O *goodwill* (diferenças de consolidação) é registado no activo e amortizado pelos períodos necessários à recuperação do investimento realizado, sendo esse período de 10 anos.

O valor de *goodwill* apresentado no balanço como activo incorpóreo é revisto anualmente, sendo efectuados ajustamentos referentes a perdas permanentes de valor, nos casos em que se considere necessário.

c) *Imobilizações incorpóreas*. — As imobilizações incorpóreas compreendem, para além das diferenças de consolidação acima referidas, as despesas de instalação, as despesas de investigação e desenvolvimento e as despesas com propriedade intelectual e outros direitos. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes por um período de três anos, excepto as diferenças de consolidação que como referido na nota n.º 17 são amortizadas num período de 10 anos.

Durante o exercício de 2001, a empresa iniciou a utilização do método de quotas constantes por duodécimos, aplicável a bens adquiridos no exercício. Esta situação resultou numa redução das amortizações do exercício no montante de 105 milhares de euros.

d) *Imobilizações em curso*. — As imobilizações em curso respeitam aos projectos e produtos de desenvolvimento interno de *software* em execução, sendo valorizados em função dos custos das horas gastas pelos colaboradores envolvidos, bem como os custos directamente associados aos mesmos e os custos incorridos com subcontratações de entidades externas. No momento em que o projecto ou produto inicia a sua comercialização, estes valores são transferidos para a rubrica de despesas de investigação e desenvolvimento.

e) *Imobilizações corpóreas*. — Os bens do activo imobilizado são registados ao custo de aquisição, acrescido das despesas necessárias à sua colocação em funcionamento. As despesas efectuadas em beneficiação de imobilizações que aumentem a sua vida útil são capitalizadas e as despesas de manutenção, conservação e reparação são consideradas como custos quando incorridas.

As amortizações são calculadas a partir da data de entrada em funcionamento ou início da utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, de acordo com o período de vida útil estimado, o qual não difere substancialmente das taxas máximas anuais permitidas para efeitos fiscais, como segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10

A empresa passou a utilizar o método de quotas constantes por duodécimos, aos bens adquiridos no exercício. Este procedimento gerou uma redução das amortizações do exercício no montante de 397 milhares de euros.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente são reconhecidos numa base de acréscimo, sendo a parte correspondente a cada exercício registada na demonstração de resultados (v. nota n.º 58).

Bens	Custo	Amortização acumulada	Amortização do exercício	Rendas do exercício	Rendas vindendas
Equipamento de transporte	3 023	1 567	635	788	1 603

O valor de rendas pagas no exercício inclui o montante de 168 milhares de euros referente a encargos financeiros.

h) Existências. — As existências de mercadorias e matérias-primas e subsidiárias são registadas ao preço de custo acrescido de despesas de compra, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

No caso dos produtos acabados e intermédios e em curso, o custo de produção inclui, além dos custos directos, uma imputação de gastos gerais de fabrico, determinada em função da fase de acabamento respectiva.

Os montantes necessário para reduzir o valor de existências ao seu valor líquido realizável, sempre que se estime perda de valor, são relevados na conta de provisão para depreciação de existências.

i) Contas a receber. — As contas a receber são relevadas ao seu valor líquido de realização, o qual é determinado tendo em consideração as provisões necessárias para os créditos de cobrança duvidosa. Estas provisões são constituídas com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber no final de cada ano.

j) Responsabilidades por férias e subsídio de férias. — O valor das responsabilidades por férias e subsídio de férias e respectivos encargos de 2001, a pagar no ano seguinte, foi imputada como custos desses exercícios, por contrapartida da rubrica de acréscimos de custos.

k) Títulos negociáveis. — Os títulos negociáveis encontram-se registados ao mais baixo custo de aquisição ou de mercado.

l) Activos e passivos em moeda estrangeira. — Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para escudos utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços (v. nota n.º 24).

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados consolidados do exercício (v. nota n.º 44).

m) Imposto sobre o rendimento. — O encargo com o imposto sobre o rendimento é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), sendo reconhecidas contabilisticamente, se relevantes as situações de diferimento de imposto, em conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 12 (revista), aplicada supletivamente ao Plano Oficial de Contabilidade por força da entrada em vigor da Directriz Contabilística n.º 18 (v. nota n.º 38).

As subsidiárias estrangeiras da empresa são tributadas de acordo com as regras fiscais vigentes nos respectivos países de origem.

n) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações. — Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de imo-

f) Investimentos financeiros. — Os investimentos financeiros do Grupo Novabase são registados conforme referido na nota n.º 18 e na descrição dos procedimentos de consolidação acima.

g) Locação financeira e outros alugueres. — Os contratos de locação financeira celebrados em relação a bens do imobilizado corpóreo são registados em contas de imobilizações sempre que o grupo assuma todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos respectivos bens. O valor pelo qual essas aquisições são capitalizadas corresponde ao valor actual das rendas futuras. A correspondente responsabilidade é registada no passivo, sendo os encargos financeiros associados a cada renda bem como a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea supra, registados como custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam.

Em virtude de nas contas individuais não ser utilizado este critério valorimétrico, as demonstrações financeiras consolidadas após 31 de Dezembro de 1998 têm sido ajustadas por forma a mostrarem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação em consonância com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 25.

Em 31 de Dezembro de 2001, o ajustamento efectuado foi o seguinte:

bilizações estão registados em balanço, na rubrica proveitos diferidos para posterior reconhecimento na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas. A parcela do subsídio reconhecido como proveito no exercício integra os resultados extraordinários consolidados do exercício.

o) Capitalização de custos. — As empresas do Grupo em fase de lançamento seguem, como regra geral, a capitalização da generalidade dos custos relacionados com projectos e reconhecem nos resultados do exercício apenas as suas despesas de funcionamento.

p) Comparativos. — Excepto quanto ao referido no parágrafo seguinte, as demonstrações financeiras consolidadas são consistentes com as do ano anterior, pelo que não existe casos de implementação, alteração ou discontinuidade dos princípios e políticas contabilísticas.

Durante o exercício de 2001, as empresas do Grupo adoptaram o critério de quotas constantes por duodécimos, aplicável a bens adquiridos em 2001. Esta situação teve como impacto uma redução das amortizações do exercício no montante de 502 milhares de euros.

24 — Cotações utilizadas para conversão em euros:

a) As demonstrações financeiras das filiais localizadas no estrangeiro, expressas em moeda estrangeira, são convertidas para euros, originando ajustamentos que se encontram relevados em conta específica no capital próprio.

As demonstrações dos resultados são convertidos para euros ao câmbio médio do ano a que respeitam. As rubricas do balanço são convertidas para euros ao câmbio em vigor no dia 31 de Dezembro, com excepção das rubricas do capital próprio, que se encontram convertidas ao respectivo câmbio histórico designadamente:

(Em euros)			
Divisa	Taxa de câmbio média	Taxa de câmbio em Dezembro	Taxa de câmbio histórica
Real brasileiro	0,482	0,489	(a) 0,618
	—	—	(b) 0,626

(a) Câmbio na data da constituição.

(b) Câmbio na data do aumento de capital social.

b) As transacções são registadas ao câmbio do dia em que ocorrem, salvo se o câmbio estiver fixado pelas partes ou garantido por uma terceira entidade. Os valores activos e passivos denominados em moeda estrangeira à data de fecho de contas são escriturados na moeda do país com base nas taxas vigentes no final do ano, actualizando directamente as contas de terceiros. As diferenças cambiais resultantes são consideradas nos resultados do exercício.

As principais cotações utilizadas à data do balanço foram as seguintes:

(Em euros)	
Divisa	Taxa de câmbio
Dólar americano	0,881
Libra esterlina	0,609

VI — Informações relativas a determinadas rubricas:

25 — Despesas de instalação, investigação e desenvolvimento, propriedade industrial e outros direitos e trespasses:

a) A rubrica de despesas de instalação inclui essencialmente as campanhas publicitárias realizadas aquando da operação de dispersão de

parte do capital da Novabase na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto. Estas campanhas com vista à promoção da imagem da Novabase e dos seus serviços, incluíram campanhas direccionadas a mercados específicos.

O valor destas campanhas de publicidade ascendem a aproximadamente 856 milhares de euros, e a correspondente amortização acumulada ascende a 570 milhares de euros;

b) Na rubrica de despesas de investigação e desenvolvimento encontram-se relevados os custos incorridos no âmbito dos projectos, quer para desenvolvimento de sistemas informáticos, quer projectos de investigação em áreas específicas, por vezes com parcerias estrangeiras.

Alguns destes projectos estão a ser comparticipados no âmbito de programas estratégicos do PEDIP.

Os principais projectos são os seguintes:

Projecto	Empresa	Custo
Qualidade PEX	(a) Novabase — Sistemas de Informação	410
Karma	(a) Novabase — Sistemas de Informação	86
PATEP	(a) Novabase — Sistemas de Informação	91
SCI/Qualidade total (acção A)	(a) Novabase — Sistemas de Informação	130
Lusa	(a) Novabase — Sistemas de Informação	174
TV Interactiva	Octal	495
MAVB	Octal	515
RDIS	Octal	56
	SAPi2-ci	110
Hansa	Novabase Porto	1
Karma	Novabase Porto	94
Intercare	Novabase Porto	153
IED	Novabase Porto	234
Interact-NT	Novabase Porto	141
Desenvolvimento à medida	Novabase Porto	113
Telecomunicações	Novabase — Suporte à Decisão	93
Diversos projectos totalmente amortizados	—	611
Outros	—	131
		3 638

(a) Projectos comparticipados ao abrigo de programas comunitários.

27 — Movimento no activo imobilizado:

i) Imobilizações em curso:

	Saldo inicial	Aumentos	Varição do perímetro	Transfe-rências	Saldo final
Imobilizações em curso:					
Imobilizado em curso	3 553	3 117	(1 203)	(2 090)	3 377

Os principais projectos em curso são os seguintes:

Projecto	Empresa	Custo
ASP	Novabase — Outsourcing	782
Qualidade	Novabase — Sistemas de Informação	51
E-Trust	Novabase — Sistemas de Informação	32
EPM	Novabase — Sistemas de Informação	24
Telecomunicações	Novabase — Suporte à Decisão	73
CSI (a)	Novabase Saúde	649
Meta 4	Novabase Serviços	257
CHASM	Novabase Serviços	148
SAP	Novabase Serviços	277
Nov@log	Novabase Serviços	34
Projecto de integração	Novabase Serviços	22
Sistema de controlo de acesso	Novabase Serviços	55
Diversos	Novabase — Desenvolvimento à medida	370
Implementação no Brasil	Novabase — Gestão Empresarial	220
Template SAP-AP	Novabase — Gestão Empresarial	150
Plataforma de e-mail	Milenar	91
Fate	Mind	125
ECOD	Mind	17
	—	3 377

(a) Projecto em preparação de candidatura POE.

O Novabase ASP é o primeiro Quality of Service ASP a ser lançado em Portugal. As características principais deste modelo de ASP são a focalização exclusiva em aplicações corporativas (e.g., ERP, CRM) e a prestação de elevados níveis de serviço tanto na fase de implementação da solução como na fase de exploração da mesma. Este pacote de serviços, inclui desde serviços de alojamento de aplicações, ao aluguer das mesmas, ou mesmo disponibilização destas aplicações usando uma rede de telecomunicações.

O CSI — Cuidados de Saúde Integrados representa uma linha de produtos na área da Saúde orientados para as áreas administrativa e clínica de instituições de saúde públicas e privadas. O CSI cobre os processos sofisticados de gestão de actividade, agendamento, fluxos de informação, bem como a área de facturação, honorários, arquivo, enfermagem e uma solução para a área de gestão de topo com modelos de suporte à decisão.

O projecto de implementação no Brasil consiste na criação de competências no Brasil na implementação de ERPs, nomeadamente SAP.

O Template SAP — AP consiste no desenvolvimento do *template* SAP para a administração pública na área Financeira. Este *template* visa implementar as necessidades dos organismos públicos relativamente aos vários planos de contas sectoriais.

Os projectos em curso na Novabase — Desenvolvimento à Medida consistem em três projectos nas áreas de inovação e tecnologia (desenvolvimento de protótipos relacionados com as novas tecnologias emergentes, nomeadamente através da criação de bibliotecas e de gera-

dores de código incorporados em projectos futuros), controlo de qualidade (desenvolvimento de ferramentas de teste de *software* e *performance*) e ainda no desenvolvimento de ferramentas que possibilitem maior eficácia na administração de base de dados.

Estes projectos foram realizados para a própria empresa, aplicando meios próprios e adquiridos para o efeito. Desta forma, como contrapartida, o montante de 2936 milhares de euros, está relevado na demonstração consolidada de resultados na rubrica de trabalhos para a própria empresa. Dos projectos que contribuíram para esta rubrica, destacamos: (i) o ASP (apenas a parte desenvolvida no exercício 314 milhares de euros), (ii) os diversos projectos desenvolvidos pela Novabase Porto (apenas a parte desenvolvida no exercício, 102 milhares de euros), (iii) o projecto telecomunicações da Novabase — Suporte Decisão, (iv) o projecto CSI da Novabase Saúde (apenas a parte desenvolvida no exercício 443 milhares de euros), (v) os projectos da Novabase — Desenvolvimento à Medida (parte desenvolvida no exercício 269 milhares de euros), (vi) os projectos desenvolvidos pela Mind e (vii) o projecto de TV Interactiva da Octal.

ii) Imobilizações corpóreas e incorpóreas:

Durante o exercício de 2001, os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, foram os seguintes:

Activo bruto:

	Saldo inicial	Aumentos	Variação do perímetro	Alienações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação [nota n.º 25, alínea a)]	1 344	678	(7)	—	2 015
Despesas de investigação e desenvolvimento [nota n.º 25, alínea b)]	2 197	1 441	—	—	3 638
Propriedade industrial e outros direitos	61	184	—	—	245
Trespases	15	1 403	—	(13)	1 405
Diferenças de consolidação (nota n.º 10)	10 599	4 224	—	(2 097)	12 726
	<u>14 216</u>	<u>7 930</u>	<u>(7)</u>	<u>(2 110)</u>	<u>20 029</u>
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	599	—	—	—	599
Equipamento básico	4 558	1397	(333)	(26)	5 596
Equipamento transporte	3 886	819	(101)	(245)	4 359
Ferramentas e utensílios	35	119	—	—	154
Equipamento administrativo	1 110	317	(217)	—	1 210
Outras imobilizações corpóreas	12	2	(1)	—	13
<i>Total</i>	<u>10 200</u>	<u>2 654</u>	<u>(652)</u>	<u>(271)</u>	<u>11 931</u>
Amortizações acumuladas:					
	Saldo inicial	Aumentos	Variação do perímetro	Alienações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	549	625	(2)	—	1 172
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 347	493	—	(28)	1 812
Propriedade industrial e outros direitos	33	64	—	—	97
Trespases	2	105	—	—	107
Diferenças de consolidação (nota n.º 10)	1 622	1 021	—	(210)	2 433
	<u>3 553</u>	<u>2 308</u>	<u>(2)</u>	<u>(238)</u>	<u>5 620</u>
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	316	33	—	—	349
Equipamento básico	1 868	1 177	(44)	—	3 001
Equipamento transporte	1 874	455	(14)	—	2 315
Ferramentas e utensílios	19	21	—	—	40
Equipamento administrativo	545	128	(138)	—	535
Outras imobilizações corpóreas	7	—	(1)	—	6
	<u>4 629</u>	<u>1 814</u>	<u>(197)</u>	<u>—</u>	<u>6 246</u>
<i>Total</i>	<u>8 182</u>	<u>4 122</u>	<u>(199)</u>	<u>(238)</u>	<u>11 866</u>

Todas as imobilizações corpóreas estão afectas à actividade da empresa e cifram-se num valor global bruto de 11 931 milhares de euros.

Na coluna de variação de perímetro, incluiu-se apenas o impacto da variação de perímetro no saldo inicial do exercício.

A rubrica de equipamento de transporte inclui os veículos adquiridos através de alugueres operacionais (AOV) e relevados em imobilizado conforme referido na nota n.º 23, alínea g).

iii) Investimentos financeiros:

As partes de capital em empresas associadas apresentavam em 31 de Dezembro de 2001 a seguinte composição:

	2001	2000
Infordesporto (nota n.º 6)	1310	1 310
SAF Espanha (nota n.º 6)	10	10
Plano B (nota n.º 6)	9	9
Manchete (nota n.º 3)	62	—
Clipanúncios (nota n.º 3)	85	—
Superemprego (nota n.º 3)	—	100
Dinamo (nota n.º 3)	198	194
Net Saúde (nota n.º 3)	326	—
Octal GmbH (nota n.º 6)	6	6
Tape (nota n.º 6)	4	4
Intelcart (nota n.º 6)	2	2
Setcom (nota n.º 6)	88	88
Octal Engenharia Sistemas	—	90
Outras	—	2
	2 101	1 815

33 — Dívidas a médio e longo prazos:

As dívidas a médio longo prazo respeitam a rendas vincendas de aluguer operacional de veículos, aluguer de longa duração e dívidas a instituições de crédito por parte das empresas participadas.

36 — Vendas e prestações de serviços por actividade e mercados geográficos:

O valor líquido consolidado das vendas e prestações de serviços distribuem-se da seguinte forma:

	(Em milhares de euros)	
	2001	2000
Mercado geográfico:		
Mercado interno	88 532	49 975
Mercado externo	7 934	2 871
	96 466	52 847

38 — Imposto sobre o rendimento:

As empresas incluídas na consolidação estão sujeitas ao regime geral de tributação a título individual, encontrando-se as declarações fiscais de rendimentos sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos até ao exercício de 1997 e de quatro anos a partir do exercício de 1998 (dez anos para a segurança social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, casos estes em que os prazos são prolongados ou suspensos.

As declarações fiscais das empresas de 1997 a 2001 encontram-se ainda pendentes de revisão pelas autoridades fiscais. As administrações das empresas incluídas na consolidação consideram que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2001.

O Grupo Novabase regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporais que se verificam entre os resultados anuais determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, de acordo com o disposto na Norma Internacional de Contabilidade (revista) n.º 12. O imposto sobre o rendimento no exercício de 2001, que apresenta um valor de 2487 milhares de euros, inclui o efeito do imposto diferido activo proveniente quer de prejuízos fiscais, quer resultante da utilização de programas de benefícios fiscais, totalizando, 763 milhares de euros.

A diferença entre a taxa real (20,1%) e a taxa nominal (35,2%), resulta essencialmente da utilização de benefícios fiscais.

39 — Remuneração dos membros dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da empresa-mãe durante o exercício de 2001 ascenderam a 1322 milhares de euros.

43 — Contas de balanço e demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o exercício anterior:

Conforme mencionado na nota n.º 23, alínea p), a empresa alterou o método de amortização dos bens adquiridos durante o exercício, não sendo no entanto significativamente relevante este impacto.

44 — Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS		
	2001	2000
Juros suportados	656	594
Perdas em empresas do Grupo e associadas (nota n.º 18)	202	81
Diferenças de câmbio desfavoráveis	226	89
Desconto de pronto pagamento concedidos	1	1
Perdas alienação aplicações tesouraria	48	—
Outros custos e perdas financeiros	179	136
	1 303	901
Resultados financeiros	(208)	3 360

PROVEITOS E GANHOS

	2001	2000
Juros obtidos	978	797
Ganhos em empresas do Grupo e associadas (nota n.º 18)	11	32
Rendimento participações de capital	2	—
Diferenças de câmbio desfavoráveis	99	56
Descontos de pronto pagamento obtidos	—	9
Ganhos alienação aplicações tesouraria	—	3 365
Outros proveitos e ganhos financeiros	5	3
	1 095	4 262

45 — Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS		
	2001	2000
Donativos	33	23
Perdas em existências	62	—
Perdas em imobilizações	31	2
Multas e penalidades	10	4
Correcções relativas a exercícios anteriores	165	97
Outros custos e perdas extraordinários	1	990
	303	1 116
Resultados extraordinários	917	(639)
	1 220	477

PROVEITOS E GANHOS

	2001	2000
Ganhos em imobilizações	479	46
Recuperação de dívidas	69	—
Redução de amortizações e provisões	169	7
Correcções relativas a exercícios anteriores	105	163
Outros proveitos e ganhos extraordinários	397	261
	1 220	477

A rubrica de outros proveitos e ganhos extraordinários é composta essencialmente pelo montante dos subsídios ao investimento transferidos de balanço para a demonstração de resultados, em conformidade com a prática contabilística descrita na nota n.º 23, alínea n).

46 — Movimento nas provisões:

O movimento ocorrido nas provisões pode ser detalhado da seguinte forma:

	Saldo inicial	Aumentos	Varição do perímetro	Reduções	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	1 052	353	84	(119)	1 370
Provisão para existências	10	10	—	—	20
	1 062	363	84	(119)	1 390

VII — Informações diversas:

50 — Movimentos ocorridos nos capitais próprios:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 realizaram-se os seguintes movimentos:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital (nota n.º 51)	14 100	28	—	14 128
Ações próprias	—	—	(44)	(44)
Prémios de emissão de ações	34 692	1 371	(901)	35 162
Diferenças de consolidação (nota n.º 10)	87	—	—	87
Ajustamentos partes capital em associadas	19	—	(100)	(81)
Reserva legal	66	506	(9)	563
Outras reservas	93	4 574	—	4 667
Diferença de conversão cambial	(138)	185	138	185
Resultados transitados	(191)	617	(597)	(171)
Resultado líquido consolidado do exercício:				
2000	6 399	—	(6 399)	—
2001	—	8 886	—	8 886
	55 125	16 167	(7 912)	63 381

De acordo com a legislação vigente as empresas que constituem o Grupo Novabase são obrigadas a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva não poderá ser distribuída aos accionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

No Grupo está incluída uma empresa localizada no Brasil, cujas contas estão expressas em moeda do país. Em conformidade com a prática contabilística descrita na nota n.º 23, alínea f), estas contas foram convertidas na moeda em que se expressam as contas consolidadas gerando uma reserva de diferença cambial (v. nota n.º 24).

51 — Composição do capital:

Em Junho de 2001, a empresa procedeu a um aumento de capital, sendo o seu montante, integralmente subscrito e realizado, de 27 982 euros, através da emissão de 55 964 novas ações ordinárias, com o valor nominal de meio euro cada. Assim, a 31 de Dezembro de 2001, o capital social da empresa no valor de 14 128 milhares de euros, era representado por 28 255 964 ações, no valor nominal de meio euro cada.

52 — Dividendos:

A Novabase desde a sua constituição e, não obstante ter apresentado sempre resultados positivos, optou por nunca distribuir dividendos aos seus accionistas decidindo manter na empresa os meios financeiros necessários ao seu desenvolvimento.

53 — Interesses minoritários:

Em 31 de Dezembro de 2001 o detalhe dos interesses minoritários incluídos no passivo, refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

	2001	2000
Novabase Saúde	874	1 054
OctalTV	666	122
Novabase — Sistemas Informação	354	—
Celfocus	265	67
SAPI2	202	144
SAF	200	206
Novabase — Desenvolvimento Medida	192	70
Novabase Outsourcing	190	187
ONTV	190	66
Novabase Brasil	168	204
CFocus	111	61
Novabase — Data Quality	99	111

	2001	2000
Novabase — Suporte Decisão	62	119
Novabase — Integração Processos	33	14
Milenar	26	26
Mentor.IT	17	13
Novabase — Gestão Empresarial	14	—
Novabase — Geoinformação	11	3
Praetor 3	2	—
Mercabolsa	—	22
Codeware	—	400
Clip Anúncios	—	13
Manchete	—	71
	3 677	2 974

54 — Dívidas a instituições de crédito:

	2001	
	Curto-prazo	Médio e longo prazos
Empréstimos bancários:		
Dívidas a instituições de crédito:		
Descobertos bancários e linhas de crédito renováveis	1 753	1 983

As dívidas a instituições de crédito correspondem a descobertos bancários e linhas de crédito renováveis, descaminados da seguinte forma:

	Descobertos bancários	Emprést. bancários	Total
Octal	1 621	1 409	3 030
OctalTV	8	469	477
Sapi2	—	97	97
NB Capital	85	—	85
SGPS	31	—	31
NBO	8	—	8
NB Brasil	—	6	6
	1 753	1 983	3 736

55 — Aplicações de tesouraria:

O Grupo adquiriu títulos com o objectivo de aplicações de tesouraria de curto prazo.

56 — Estado e outros entes públicos:

O conteúdo da rubrica em epígrafe é como segue:

	Saldo devedores		Saldo credores	
	2001	2000	2001	2000
Imposto sobre o rendimento — IRC	230	433	2 018	1 586
IRS/IRC — Retenções na fonte	—	—	770	474
Imposto sobre o valor acrescentado	290	276	4 299	3 067
Segurança social	—	—	1 002	583
Outras tributações	129	86	31	—
	649	795	8 120	5 710

A empresa não tem débitos em mora ao Estado ou outros entes públicos. Contudo, existe uma participada, cuja regularização de dívidas ao Estado foi autorizada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto — Plano Mateus; o valor total em dívida a 31 de Dezembro de 2001, ascende a 9 milhares de euros e o vencimento da última prestação é em Março de 2002.

Para além do mencionado acima, o Grupo não tem quaisquer outros débitos em mora ao Estado ou outros entes públicos.

O montante de IRC a receber resulta de *i)* pagamentos por conta superiores ao montante de imposto a pagar e *ii)* retenções efectuadas por terceiros a empresas do Grupo que geraram prejuízos no exercício. A decomposição dos saldos devedores e credores por empresa, é como segue:

	Devedores	Credores
NB, SGPS	69	—
Novabase — Sistemas de Informação	69	—
Novabase — Desenvolvimento à Medida	—	313
Novabase — Suporte à Decisão	38	—
Novabase — Data Quality	—	248
CFocus	19	—
MentorIT	—	3
NBO	—	619
Deltafor	—	19
Novabase Porto	9	—
NB Serviços	—	6
NB Capital	—	4
Novabase Geoinformação	—	157
Octal	—	48
Mind	—	6
Milenar	5	—
Novabase Outsourcing	—	2
Celfocus	—	98
Novabase — Integração de Processos	—	17
SAF	11	—
Praetor II	3	—
Novabase — Gestão Empresarial	—	5
TV Lab	—	—
OctalTV	—	609
Sapi2	—	5
ONTV	6	—
	230	2 018

57 — Outros devedores e credores:

	2001	2000
Outros devedores:		
Empregados	194	139
Devedores diversos	12 911	1 672
Saldo devedores de fornecedores	—	16
Outros devedores	1	3
	13 106	1 830
Provisão para devedores duvidosos	(197)	(49)
	12 910	1 781

	2001	2000
Outros credores:		
Empregados	42	48
Credores por subscrições não liberadas	3	3
Credores diversos	1 918	1 886
Saldo credores de clientes	35	59
	1 998	1 996

Os valores a pagar a diversas entidades no âmbito de aquisições de empresas para o Grupo Novabase encontram-se relevados na rubrica de credores diversos.

58 — Acréscimos e diferimentos:

	2001	2000
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber (a)	24	461
Consultoria (b)	1 765	1 109
Outros acréscimos de proveitos	141	145
	1 930	1 715
Custos diferidos:		
Manutenção de <i>software</i> (c)	465	725
Rendas	58	51
Seguros	94	99
Conservação plurienal	140	243
Impostos diferidos (nota n.º 38)	763	157
Outros custos diferidos	197	132
	1 718	1 407

(a) Foram reflectidos neste exercício os correspondentes juros de aplicações financeiras, os quais só serão recebidos na data do seu resgate.

(b) Para os projectos em curso foi preparada uma relação entre os custos ocorridos e registados até final do período e facturação efectuada. Este método permite imputar a cada exercício o correspondente proveito e custo que lhe está directamente associado.

	2001	2000
Acréscimos de custos:		
Férias, subs. de férias e outros encargos com órgãos sociais	3 763	2 452
Juros a liquidar	44	48
Outros acréscimos de custos	1 822	325
	5 628	2 916

Proveitos diferidos:

	2001	2000
Subsídios para investimento em imobilizado	587	167
Facturação antecipada (d)	1 952	920
Manutenção de <i>software</i> (c)	1 351	681
Outros proveitos diferidos	21	137
	3 912	1 905

(c) Os contratos de manutenção de *software* são licenciados por terceiros. Para o correcto balanceamento destes serviços foram especializados custos e proveitos os quais serão reflectidos nos resultados de 2002.

(d) Por forma a reflectir a correcta especialização dos serviços, foi diferido para 2002 facturação no montante de 1952 milhares de euros.

59 — Reconciliação da rubrica de resultados extraordinários evidenciado na demonstração dos resultados consolidados por naturezas e na demonstração dos resultados por funções:

A demonstração consolidada dos resultados por funções foi preparada em conformidade com o estabelecido pela directriz contabilística n.º 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários

diferente do definido no POC para preparação da demonstração consolidada dos resultados por natureza.

Assim, o valor dos resultados extraordinários 917 milhares de euros apresentado na demonstração consolidada dos resultados por naturezas (v. nota n.º 45), foi reclassificado para as rubricas de outros proveitos e ganhos operacionais, o que proporciona as seguintes diferenças nas naturezas de resultados:

	2001			2000		
	Por naturezas	Reclas-sificação	Por funções	Por naturezas	Reclas-sificação	Por funções
Resultados operacionais	11 666	1 433	13 099	6 294	(297)	5 997
Resultados financeiros	(208)	208	—	3 360	(3 360)	—
Resultados correntes	11 458	917	12 375	9 654	(639)	9 015
Resultados extraordinários	917	(917)	—	(639)	639	—
Resultados líquido do exercício	9 888	—	9 888	6 594	—	6 594

60 — Eventos subsequentes após 31 de Dezembro de 2001:

A empresa exerceu em 28 de Fevereiro de 2002 a opção de venda de 25,1% do capital social da Infordesporto.

Início de actividade da Novabase Gestão de Activos — Sistemas Informáticos para Gestão de Activos Financeiros, S. A., em 17 de Janeiro de 2002, cuja constituição ocorreu em 23 de Outubro de 2001. O capital social é de 50 milhares de euros, representado por 50 000 ações nominativas, com valor nominal de um euro cada uma. A Novabase detém 100% do capital social desta empresa.

O Conselho de Administração: *Rogério dos Santos Carapuça*, presidente — *José Afonso Oom Ferreira de Sousa* — *Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho* — *Luís Paulo Cardoso Salvado* — *João Nuno da Silva Bento* — *Alvaro José da Silva Ferreira* — *Paulo Jorge Freire Andrez* — *João Vasco Tavares da Mota Ranito* — *João Filipe Santos Teixeira Neto* — *José Carlos de Almeida Pedro de Jesus* — *Nuno Miguel Isidoro Duarte*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Certificação legal das contas e relatório de auditoria das contas consolidadas

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e o relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2001, (que evidencia um total de 108 008 milhares de euros e um total de capital próprio de 63 382 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 8886 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração da empresa:

a) A preparação das demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;

b) A informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;

e) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão respectivo, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;

A apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação:

a) Da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., em 31 de Dezembro de 2001, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante e completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

8 — *Ênfase*. — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:

8.1 — O perímetro de consolidação é constituído pela empresa-mãe — Novabase, SGPS, S. A. — e 31 subsidiárias. Todas as empresas subsidiárias, com materialidade, foram sujeitas a auditoria por parte de outros revisores/auditores, os quais nos facultaram as suas opiniões.

Lisboa, 7 de Março de 2002. — Oliveira Rêgo & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Mamuel de Oliveira Rêgo*.

Relatório e parecer do conselho fiscal às contas consolidadas

1 — No desempenho das funções previstas no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao conselho fiscal emitir

o relatório e dar o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

2 — O conselho fiscal acompanhou os actos de gestão mais relevantes e efectuou verificações ao longo do ano às contas e aos sistemas de controlo interno, apresentando relatórios dos trabalhos, bem como sugestões quando as considerou adequadas. No desenvolvimento da sua actividade este conselho contou sempre com a melhor colaboração do conselho de administração e dos serviços.

3 — Nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, o conselho apreciou o relatório anual do revisor oficial de contas.

4 — No final do exercício o conselho fiscal analisou os documentos de prestação de contas e o relatório apresentados pelo conselho de administração, procedeu às verificações que considerou convenientes e apreciou a certificação legal e relatório de auditoria das contas consolidadas, em relação à qual dá a sua concordância.

5 — *Parecer.* — Tudo devidamente ponderado, designadamente o que se contém na certificação legal das contas, somos de parecer que a assembleia geral aprove o relatório de gestão e as contas consolidadas do exercício de 2001, apresentados pelo conselho de administração.

Lisboa, 7 de Março de 2002. — O Conselho Fiscal: *Pedro Rebelo de Sousa*, presidente — *João Francisco F. de A. E. Quadros Saldanha*, vogal — *Oliveira Rêgo & Associados* — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel de Oliveira Rêgo*.

Relatório de auditoria

1 — Efectuámos a auditoria ao balanço consolidado da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., à data de 31 de Dezembro de 2001, bem como às demonstrações consolidadas dos resultados por natureza e por funções do exercício findo naquela data e ao respectivo anexo e à demonstração consolidada dos fluxos de caixa e respectivo anexo. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do conselho de administração da empresa, competindo-nos como auditores a emissão de uma opinião sobre estas, baseada na nossa auditoria.

2 — A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que planeemos e executemos a auditoria por forma a obtermos segurança aceitável sobre se as referidas demonstrações financeiras consolidadas contêm ou não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de teste, das evidências que suportam os valores e informações constantes das demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela administração bem como a apreciação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Em nosso entender a auditoria efectuada constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., a 31 de Dezembro de 2001, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 6 de Março de 2002. — O Auditor, *PricewaterhouseCoopers*.

Extracto da acta da assembleia geral

Aos 29 dias do mês de Abril do ano de 2002, pelas 15 horas, teve lugar no Hotel Dom Pedro Lisboa, sito na Av. Engenheiro Duarte Pacheco, 24, em Lisboa, por as instalações da sociedade não reunirem as condições necessárias, a assembleia geral anual de accionistas da

Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas relativas ao exercício de 2001;
- 2 — Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas consolidadas relativas ao exercício de 2001;
- 3 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 4 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 5 — Deliberar sobre a supressão do direito de preferência dos accionistas relativamente ao eventual aumento de capital a deliberar pelo conselho de administração para suporte do plano de opção de compra de acções em vigor no Grupo Novabase;
- 6 — Deliberar sobre a aquisição e alienação de acções próprias.

A assembleia geral foi regularmente convocada, mediante aviso convocatório, devidamente publicado conforme a lei determina, que fica arquivado junto à presente acta. Encontravam-se presentes e representados os accionistas constantes da folha de presenças, representando 20 174 votos correspondentes a 20 181 970 acções, que correspondem aproximadamente a 71,43% do capital social da sociedade, que é de 14 127 982 euros.

A assembleia foi dirigida pelo presidente da mesa da assembleia geral, o Dr. Raul Bordalo Junqueira.

Encontravam-se ainda presentes o secretário da mesa da assembleia geral da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., o Dr. Diogo Leônidas Rocha, o presidente do conselho de administração, Prof. Rogério dos Santos Carapuça, os vogais do conselho de administração, Eng. José Oom Afonso de Sousa, Eng. Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho, Eng. Álvaro José da Silva Ferreira, Eng. Paulo Jorge Freire Andrez, Eng. João Filipe Santos Teixeira Neto, Eng. José Carlos de Almeida Pedro de Jesus e Eng. Nuno Miguel Isidoro Duarte, e o vogal do conselho fiscal, Eng. João Francisco Ferreira Almada e Quadros Saldanha.

A folha de presenças e as cartas mandadeiras dos accionistas representados ficam arquivadas junto à presente acta e consideram-se parte integrante da mesma. O presidente da mesa da assembleia geral verificou que a assembleia se encontrava em condições de deliberar sobre todos os pontos da ordem de trabalhos.

Passados que foram cerca de 15 minutos sobre a hora marcada, o presidente da mesa da assembleia geral declarou aberta a sessão começando por cumprimentar os órgãos sociais da sociedade presentes, bem como os accionistas presentes, tendo dispensado a leitura integral da convocatória da presente assembleia, dado o seu conteúdo ser do conhecimento de todos os accionistas presentes, lendo apenas a ordem de trabalhos.

Dando entrada no ponto um da ordem de trabalhos o presidente da mesa procedeu à leitura do mesmo e da respectiva proposta:

«Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 376.º, n.º 1, alínea a), do Código das Sociedades Comerciais e das disposições estatutárias aplicáveis, propõe-se que a assembleia delibere sobre o relatório de gestão e as contas da relativas ao exercício de 2001.»

O presidente da mesa deu a palavra ao presidente do conselho de administração, Prof. Rogério dos Santos Carapuça, que fez uma apresentação gráfica das contas do exercício do ano 2001, e expôs sumariamente as conclusões constantes do relatório de gestão relativo ao ano transacto.

Retomando a palavra, o presidente da mesa solicitou aos accionistas a colocação de questões que entendessem convenientes. Não tendo sido por estes requerido qualquer esclarecimento, o presidente da mesa colocou a proposta a votação. Terminado o escrutínio, procedeu-se à leitura e projecção dos respectivos resultados, que foram os seguintes:

Votos a favor: 20 174.
Votos contra: nenhum.
Abstenções: nenhuma.
Votos nulos: nenhum.

Perante os resultados, o presidente da mesa proclamou ter sido aprovada por unanimidade a proposta relativa ao ponto um da ordem de trabalhos.

A proposta do conselho de administração, bem como a documentação relativa a esta votação ficam arquivadas junto à presente acta e consideram-se parte integrante dela.

Dando entrada no ponto dois da ordem de trabalhos o presidente da mesa procedeu à leitura do mesmo e da respectiva proposta: «Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 376.º, n.º 1, alínea a)

e 508.º-A, n.º 1 e n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais e das disposições estatutárias aplicáveis, propõe-se que a assembleia delibere sobre o relatório de gestão e as contas consolidadas relativas ao exercício de 2001.»

O presidente da mesa deu novamente a palavra ao presidente do conselho de administração, Prof. Rogério dos Santos Carapuça, que afirmou que nada tinha a acrescentar relativamente à exposição anteriormente realizada, a qual deveria ser considerada para ambos os pontos da ordem de trabalhos, e disponibilizou-se a responder às questões que os senhores accionistas entendessem convenientes. Não tendo sido por estes requerido qualquer esclarecimento, o presidente da mesa colocou a proposta a votação. Terminado o escrutínio, procedeu-se à leitura e projecção dos respectivos resultados, que foram os seguintes:

Votos a favor: 20 174.
Votos contra: nenhum.
Abstenções: nenhuma.
Votos nulos: nenhum.

Perante os resultados, o presidente da mesa proclamou ter sido aprovada a proposta por unanimidade relativa ao ponto 2 da ordem de trabalhos.

Dando entrada no ponto três da ordem de trabalhos o presidente da mesa procedeu à leitura do mesmo e da respectiva proposta:

«Nos termos das disposições legais e estatutárias, o conselho de administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, no valor de 8 678 420,25 euros seja aplicado do seguinte modo:

Reserva legal: 433 921,01;
Resultados transitados: 8 244 499,24 euros.»

Dada a palavra ao conselho de administração, o Eng. José Afonso Sousa explicou que aquando da divulgação do prospecto do IPO, no 2.º trimestre do ano 2000, foi comunicado aos actuais e futuros accionistas a intenção do actual conselho de administração da Novabase, SGPS, de propor que nas assembleias gerais a realizar nos três anos seguintes (2001, 2002 e 2003, referente às contas, respectivamente, dos exercícios de 2000, 2001 e 2002) em que sejam apreciados os documentos de prestação de contas anuais da Novabase, os resultados

do exercício continuassem a ser investidos na própria empresa com vista a privilegiar investimentos de natureza estruturante, com impacto decisivo no crescimento e na rentabilidade da empresa. Assim, e de acordo com os preceitos legais, a proposta apresentada pelo conselho de administração foi que os resultados apurados se destinassem 5% para reservas legais e o restante para resultados transitados, conforme consta do relatório e contas.

Retomando a palavra, o presidente da mesa solicitou aos accionistas que colocassem as questões que entendessem convenientes. Não tendo sido por estes requerido qualquer esclarecimento, o presidente da mesa colocou a proposta a votação. Terminado o escrutínio, procedeu-se à leitura e projecção dos respectivos resultados, que foram os seguintes:

Votos a favor: 20 174.
Votos contra: nenhum.
Abstenções: nenhuma.
Votos nulos: nenhum.

Perante os resultados, o presidente da mesa proclamou ter sido aprovada a proposta por unanimidade relativa ao ponto três da ordem de trabalhos.

(...)

Findos os agradecimentos, e nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa declarou encerrada a assembleia geral, pelas 17 horas, sendo lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo presidente da mesa da assembleia geral e pelo secretário da mesa da assembleia geral.

As presentes deliberações da assembleia geral de accionistas da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., Sociedade Aberta, com sede na Av. Engenheiro Duarte Pacheco, Amoreiras, torre 1, 9.º, em Lisboa, pessoa colectiva n.º 502280182, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 1495, com o capital social de 14 127 982 euros, são certificadas pelo signatário, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 446.º-B, alínea f) do Código das Sociedades Comerciais, destinando-se a presente certificação a ser depositada junto da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa em cumprimento do disposto no artigo 42.º do Código do Registo Comercial.

Lisboa, 9 de Setembro de 2002. — O Secretário da Sociedade, *Diogo Leónidas Rocha*.
2005934615

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750
